

ORGANIZAÇÃO

PHELLIPE MARCEL

IURI PAVAN

MAURO SIQUEIRA

HOJE ACORDEI PRA LUTA!

INTELECTUAIS PELA

UNIVERSIDADE PÚBLICA



HOJE ACORDEI
PRA LUTA!

INTELECTUAIS PELA

UNIVERSIDADE PÚBLICA

ORGANIZAÇÃO

PHELLIPE MARCEL

IURI PAVAN

MAURO SIQUEIRA

HOJE ACORDEI PRA LUTA!

INTELECTUAIS PELA

UNIVERSIDADE PÚBLICA



Rio de Janeiro
2017

A EDUCAÇÃO PELA PEDRA

Uma educação pela pedra: por lições;
para aprender da pedra, freqüentá-la;
captar sua voz inenfática, impessoal
(pela de dicção ela começa as aulas).
A lição de moral, sua resistência fria
ao que flui e a fluir, a ser maleada;
a de poética, sua carnadura concreta;
a de economia, seu adensar-se compacta:
lições da pedra (de fora para dentro,
cartilha muda), para quem soletrá-la.

*

Outra educação pela pedra: no Sertão
(de dentro para fora, e pré-didática).
No Sertão a pedra não sabe lecionar,
e se lecionasse não ensinaria nada;
lá não se aprende a pedra: lá a pedra,
uma pedra de nascença, entranha a alma.

João Cabral de Melo Neto
O concreto nos entranha

SUMÁRIO

10

PREFÁCIO: UM EXEMPLO QUE SERÁ REPRODUZIDO BRASIL AFORA

Phellipe Marcel

17

UNIVERSIDADE PÚBLICA: UM ESPAÇO DEMOCRÁTICO PARA O
TRABALHO INTELECTUAL

Lauro Baldini & Mónica Zoppi Fontana

22

UNIVERSIDADE: O QUE É MESMO?

Raquel Paiva & Muniz Sodré

26

EDUCAÇÃO PARA QUEM?

Anna Maria Linhares

32

UNIVERSIDADE PÚBLICA: O SENTIDO DA NOSSA LUTA

Ivo Tonet

41

EM DEFESA DA UERJ QUE REALIZA E INSPIRA

Bruno Deusdará

49

O GOLPE DE ESTADO E O DESMANCHE DA UNIVERSIDADE E DA ESFERA PÚBLICA

Gaudêncio Frigotto

60

NA DURA POESIA CONCRETA DOS NOSSOS DIAS:

UERJ RESISTE, E EXISTE

Simone Ricco

69

O MITO DO AUTOFINANCIAMENTO DA UERJ COMO ESTRATÉGIA PARA O AUMENTO
DA EXPROPRIAÇÃO DO FUNDO PÚBLICO NO RIO DE JANEIRO

Deise Mancebo, Guilherme Abelha & Rodrigo dos Reis

84

O CONHECIMENTO NÃO É UMA MERCADORIA

Maud Chirio

93

O PROFESSOR PODE SER O HERÓI DO FILME?

Gustavo Bernardo Krause

99

NÚMEROS DA EDUCAÇÃO COMO SINTOMA DE UM MODELO DE DESENVOLVIMENTO

Carlos Frederico Leão Rocha & Tatiana Roque

108

TODAS AS CORES DE UM CINZA

Charles Antonio Moreira

110

DRIBLANDO AS INJUNÇÕES ECONÔMICAS DO “MÉRITO”: APONTAMENTOS SOBRE O
CUSTO DO ENSINO SUPERIOR NA COLÔMBIA E A

MIGRAÇÃO DE ESTUDANTES AO BRASIL

Guilherme de Alcântara

116

ENSINO SUPERIOR PÚBLICO E GRATUITO: PATRIMÔNIO DO BRASIL

Márcio Couto Henrique

123

PELO COMBATE CONTÍNUO

Dau Bastos

130

REFLEXÕES SOBRE A FUNDAÇÃO CENTRO UNIVERSITÁRIO
ESTADUAL DA ZONA OESTE

Rosana da Paz Ferreira

139

ENQUANTO AS UNIVERSIDADES CAMINHAM PARA UM MODELO DE NEGÓCIOS
CORPORATIVO, A PRECARIIDADE É IMPOSTA PELA FORÇA

Noam Chomsky

156

COMUNICAÇÃO SOCIAL NA UNIVERSIDADE PÚBLICA: A FORMAÇÃO DO
COMUNICADOR PLURAL CONTRA A HEGEMONIA DO INTERESSE ECONÔMICO

Amaury Fernandes & Ricardo Benevides

166

DEFENDER A UERJ: RECUSA À LÓGICA PRIVATISTA NEOLIBERAL DO ENSINO
SUPERIOR BRASILEIRO

Vera Salim

173

INVESTIMENTO PÚBLICO E CIÊNCIA CONTEMPORÂNEA

Lisandro Lovisolo

187

UERJ: UMA CRISE E SUAS RAÍZES

João Cezar de Castro Rocha

194

UM REGISTRO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE

Carlos Eduardo de Rezende

207

NO OLHO DO FURACÃO

André Lázaro & Tatiane Alves Baptista

221

NÃO PODEMOS DEIXAR

Ricardo Lísias

227

SOBRE FAZER CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
EM ÉPOCAS DE HEGEMONIA NEOLIBERAL

Lia Rocha

234

POSFÁCIO: A UERJ CRESCEU, CRESCEU, SIM!

Maria Georgina Muniz Washington

249

SOBRE OS ORGANIZADORES

250

SOBRE OS AUTORES



PREFÁCIO: UM EXEMPLO QUE SERÁ REPRODUZIDO BRASIL AFORA

Phellipe Marcel

PARA O INTELLECTUAL, A UNIVERSIDADE NÃO É TUDO. E é exatamente por isso que a universidade, para o intelectual, *precisa* hoje ser tudo. Para muitos professores universitários, pesquisadores, cientistas, a defesa das instituições é um incômodo, já que o tempo dedicado a isso significa também menos tempo a ser aplicado em suas reflexões, experimentos, investigações, escritas. Assim, de fato a universidade não é tudo. Sobretudo quando há universidade. Entretanto, num momento em que a universidade vem sendo hodiernamente ameaçada, ela precisa ser tudo.

Por quê? Doutra maneira, as outras preocupações do intelectual não têm mais espaço para serem explicitadas, dialogadas, trabalhadas, compartilhadas, divulgadas e aprofundadas. Sem a universidade, não há espaço para a pesquisa, dada a maneira como se constituiu historicamente o campo da pesquisa — em ciências humanas, em desenvolvimento tecnológico, em biomédicas etc. — no Brasil. A universidade é praticamente o único espaço em que é possível pensar e produzir reflexão de modo mais ou menos autônomo no país. Evidentemente, tudo se transforma e pode acabar um dia. A universidade não é um aparelho com funcionamento perfeito hoje, e as ciências humanas se esforçam há décadas nas críticas a ela, o que gerou, por exemplo, um programa de cotas no acesso universitário sem precedentes no Brasil — nem dentro nem fora das instituições de ensino superior —, iniciado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, pela Universidade de Brasília e pela

Universidade Federal da Bahia.¹ Entretanto, há mudanças que vêm para piorar. Há mudanças que vêm para acabar. Estamos sob ameaça. A UERJ tem ano a ano sido menos financiada, sofrendo as duras consequências de uma austeridade que parece não atingir outros setores governamentais, tampouco o caixa de empresas que receberam isenções fiscais bilionárias nos últimos anos.

A comoção pública diante da universidade é visível. A mídia hegemônica já simula uma defesa das universidades públicas, desde que com autofinanciamento ou financiamento privado. *Hoje acordei pra luta* se coloca, assim, num espaço de discussão e, em muitos momentos, de contra-argumentação da imprensa de referência. Se inicialmente pensamos neste livro como um conjunto de textos em defesa da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, a ideia evoluiu, precisamente porque tanto a luta em defesa dela quanto o esforço por seu desmonte têm sido paradigmáticos no Brasil inteiro. Falar e produzir sentidos sobre a UERJ, hoje, representa uma metonímia sobre todas universidades públicas nacionais, bem como sobre as agências de fomento estaduais e federais. Muito recentemente, a Universidade Estadual da Paraíba, por exemplo (em decorrência de um corte orçamentário de R\$ 27 milhões do governo do estado para 2017 em relação ao montante de 2016), anunciou a demissão de 120 professores substitutos e o cancelamento da chamada de 2.700 estudantes que ingressariam na universidade no segundo semestre de 2017. Os docentes e demais servidores da universidade, assim como no Rio de Janeiro, acumulam perdas salariais significativas nos últimos anos, e veem suas condições de trabalho cada dia mais difíceis. De exceção, esses cenários estão se tornando *modus operandi*.

1 Em "Pesquisas apontam o impacto das cotas nas universidades brasileiras" (UFC, 2013), a Coordenadoria de Comunicação da Universidade Federal do Ceará compila três pesquisas recentes sobre o rendimento de alunos cotistas nas referidas universidades, mostrando que, embora fosse um receio apontado entre os críticos das políticas de cotas, as notas de alunos cotistas não são muito discrepantes das notas de alunos não cotistas com o caminhar dos cursos de graduação em que estão matriculados, e em determinados cursos até superam o rendimento dos alunos não cotistas.

O modo como o intelectual tem reagido a esses ataques governamentais, midiáticos, financeiros é múltiplo. Em assembleias, em reuniões, em eventos acadêmicos, em manifestações, em conversas abertas ou íntimas, raramente não se fala sobre a Universidade. A universidade, portanto, está sendo dita, e não passa um dia sem que ela esteja presente no noticiário. Luta-se das maneiras mais divergentes, e mesmo entre os intelectuais não há respostas muito evidentes em relação ao que poderia resultar em ganhos para as instituições que defendemos.

A argumentação de que as formas de luta ditas “tradicionais” não funcionam, não são efetivas ou rendem muito pouco pode muitas vezes vir acompanhada de um sentimento não intencional de superioridade e de arrogância de quem supostamente sabe qual é a solução para os problemas que vivemos. Alguém sabe? Muitos entre os intelectuais repetem que greves, suspensões de calendários, ocupações, não lançamento de notas, paralisações parciais de atividades, passeatas etc. não funcionam. Outros defendem que a universidade aberta, a realização de eventos e shows, a escrita de textos nas redes sociais são medidas insuficientes. Muitos dos leitores deste livro — e seus três organizadores — já se pegaram pensando ou falando coisas do tipo. E não negamos que haja estratégias individuais ligeiramente mais efetivas do que outras, mas nenhuma delas é absoluta. O modo como reverberam depende de toda uma exterioridade política e midiática incontrolável para quem está obstinado a salvar a universidade. É algo determinado, por exemplo, por acontecimentos concomitantes, como a queda de um helicóptero ou de um avião com cocaína ou com um ministro dentro. E também pela movência da cidade, pelo diálogo com movimentos sociais, pela inflamação conjunta de uma sociedade cansada, mas com energia para talvez lutar.

Questionando-nos sem essa arrogância, podemos então perguntar: o que funciona? O que efetivamente *tem funcionado*? Historicamente, sabemos que não é um acontecimento o responsável pela transformação. A Revolução Francesa, a Independência dos

Estados Unidos da América, a Abolição da Escravatura no Brasil não são *pontos*. São *processos* antecedidos de dizeres, entre outras práticas, que abrem o caminho para o deslocamento. Que *co-laboram* a instaurar o novo.

A publicação de um livro é fundamental para a salvação e/ou para a transformação positiva de uma universidade? Não. Mas, diferentemente de textos publicados em redes sociais, um livro reúne e registra numa efemeridade diferente da internética, para espaços e públicos também distintos. Um livro entra para uma história bibliográfica recuperável. Além de tudo, um livro é mais um item a *co-laborar* na disputa pelos sentidos de como deve ser a universidade. Nesse caso, um livro eletrônico gratuito.

Fazer o novo como estratégia para a transformação positiva, no momento em que vivemos, talvez signifique reconhecer o status do professor, do técnico-administrativo, do estudante e do terceirizado como pertencentes de uma mesma classe — a dos precarizados — em diferentes escalas de precarização. A comunidade universitária talvez esteja finalmente em condições de notar que nunca foi uma elite socioeconômica, e que sua condição não é muito distante da de um proletário:

Longe da fábrica, a nova composição de classe que emergiu ao longo desses anos é constituída por uma multiplicidade de situações de emprego, de não emprego, de emprego temporário e de pobreza mais ou menos intensa. Ela está dispersa, fragmentada, precarizada, e está longe de adquirir os meios para ser uma “classe” política, ainda que constitua a maior parte da população (Lazzarato, 2016, p. 12).

Talvez um dos efeitos deste livro seja o de um autorreconhecimento como classe trabalhadora, como classe política identificada com uma causa comum à dos demais trabalhadores. O trabalho intelectual não difere substancialmente do trabalho braçal, do trabalho automatizado, do trabalho auxiliado por computador. Do trabalho imobilizado em cadeiras de escritório: mãos no teclado, olhos

na tela, demais sentidos controlados. O intelectual é isso tudo, e é explorado como esses outros trabalhadores. Sua luta, na crítica social, é *por* eles há décadas, mas talvez a grande novidade dessa atual situação da universidade brasileira seja a mudança da preposição. A luta do intelectual deve ser *com* eles. As flexibilizações, as reestruturações, as perdas na carreira aproximam, por exemplo, o professor universitário cada vez mais das demais profissões urbanas. A falácia da crise convence há décadas — que se observe a data original da citação abaixo: uma França dos anos 1970 —, mas deve ser desconstruída:

[...] o poder está pronto a tudo, incluindo manipular a massa dos universitários e dos pesquisadores através do espectro da “crise”, da “austeridade” e do “crescimento-zero”; ele organiza a escassez para suscitar a inquietude e docilidade das pessoas e desenvolver a concorrência entre as formações de modo que sobrevivam e desenvolvam-se mais aptas a... servir o capitalismo na sua fase atual (Pêcheux, 2011 [1976], p. 236).

Como modo de repensar a maneira como o poder se desenvolve cruelmente no sentido de precarizar as universidades, os três organizadores deste livro — que também são uma metonímia da universidade: um discente, um técnico e um docente — convidaram diversos intelectuais, de diversas áreas do conhecimento e de universidades brasileiras e estrangeiras, para escreverem textos curtos, num leque que vai de artigo de opinião a revisão bibliográfica e crônica, compondo assim um documento que circule na internet afetando seus leitores quanto ao juízo sobre o ensino superior.

Além desses textos, coletamos também outros três materiais: moções institucionais de apoio à UERJ, relatos de estudantes, professores e alunos e fotografias da universidade, algumas resultantes de um concurso de fotografia realizado em 2016 pelo Selo Editorial Lima Barreto (SELB) — iniciativa dos discentes do curso de Letras da Universidade. Acreditamos que essas materialidades possam ilus-

trar a publicação com um tom intelectual mais situado, o de apoiador da UERJ, o de vivente na UERJ. Um tom de intelectuais e possíveis/futuros intelectuais que lutam pela universidade.

Sabemos que o que acontecer aqui será exemplo para o Brasil, como a UERJ sempre foi. Só batalhamos para que esse exemplo seja, mais uma vez, o de um lugar de transformação social, de crítica às desigualdades, de produção de ciência e tecnologia de ponta. Chega de cortes, desmontes e precariedade.

Referências

LAZZARATO, Maurizio. *Glossário do homem endividado*. Trad. Daniel P.P. da Costa. São Paulo: N-1 Edições, 2016.

PÊCHEUX, Michel. “Posição sindical e tomada de partido nas ciências humanas e sociais” [1976]. Trad. Lauro Baldini. *Análise de discurso – Michel Pêcheux: textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi*. Campinas: Pontes, 2011.

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR. *UEPB anuncia demissão de substitutos e fechamento de vagas de graduação*. 20 fev. 2017. Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=8672>. Acesso em: fev. de 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. *Pesquisas apontam o impacto das cotas nas universidades brasileiras*. 4 out. 2013. Disponível em: <http://www.ufc.br/noticias/noticiasde-2013/4210-pesquisas-apontam-o-impacto-das-cotas-nasuniversidades-brasileiras>. Acesso em: fev. de 2017.



UNIVERSIDADE PÚBLICA: UM ESPAÇO DEMOCRÁTICO PARA O TRABALHO INTELCTUAL

Lauro Baldini &
Mónica Zoppi Fontana

Essa americanização das condições da pesquisa em ciências humanas e sociais leva paradoxalmente a reativar no nível das universidades e das formações de pesquisa o fantasma do “livre jogo da concorrência” e o espírito da livre iniciativa, no momento mesmo em que a liberdade de investigação está em realidade diretamente ameaçada, através do desmantelamento e da submissão do setor público.

– Michel Pêcheux

EMBORA ESCRITAS EM 1976, AS LINHAS DA EPÍGRAFE podem ser interpretadas como um diagnóstico preciso da situação que aflige hoje a universidade pública e as ciências humanas em particular. A atualidade do pensamento de Michel Pêcheux nos impacta em toda sua potência. Esse autor desenvolveu nas décadas de 60 e 70 do século XX uma prática de pensamento crítico que articulava filosofia, materialismo histórico, linguística e psicanálise para fazer um diagnóstico certo e visionário do lugar das ciências humanas e sociais no campo do saber e das condições materiais de existência de uma prática de conhecimento não arremetida pela lógica mercantilista nem submissa aos interesses de reprodução do capital a qualquer custo.

Já em 1976, Michel Pêcheux nos alertava sobre as armadilhas do discurso do “espírito da livre iniciativa e do livre jogo da concorrência” em relação à pesquisa em ciências humanas. Também denunciava o discurso da abertura ao exterior dos centros de ensino e

pesquisa, argumentando que essa proposta simulava, sob a cobertura da modernização e internacionalização do conhecimento, uma submissão aos interesses do capital estrangeiro no campo da educação. Com efeito, ao definir educação como serviço, tal como o professam os defensores do “mercado educacional”, está aberta a via para igualar o processo de produção de conhecimento a puras relações comerciais de compra-venda de produtos e serviços no mercado de consumo. Assim, em lugar de pesquisadores, docentes e estudantes, temos relações entre servidores, gestores, clientes e usuários, deixando pouco espaço ou nenhum para uma prática do público como espaço de construção do laço social.

E se trata é de sociedade e de direitos, e não de mercado e de serviços.

É certo que aquilo que se chama “sociedade brasileira” sempre foi uma fratura, mas estamos diante de um momento em que essa fratura é exposta, e, diríamos, orgulhosamente exposta, como sinal de que é preciso abandonar as velhas ilusões da esquerda e admitir que há apenas uma via possível, e que nessa via não há sequer a simulação de que haverá lugar para todos. Nesse sentido, o poder perde todos os pudores e avança rumo à barbárie pura e simples, ao funcionamento de uma quadrilha que exhibe suas garras sem medo e oferece como única saída a guerra de todos contra todos, nomeada como empreendedorismo. Não há laço social possível entre consumidores, usuários e clientes. O sentido de cidadão, tão contraditório e frágil, ao mesmo tempo lugar de resistência e afirmação de uma potência comum, cede aos sentidos da competição. No nível das universidades e dos centros de pesquisa, como enfatiza Pêcheux, isso significa o desaparecimento de um lugar onde se formulavam outros sentidos possíveis para a vida em comum, para as relações com o outro. É por isso que se começa por aí, pois, eliminado esse lugar precário, cuja construção se deu através de muitas vidas em luta, a trilha se abre para um mundo em que o único sentido possível é disputarmos espaços, mas sem a dimensão do outro enquanto possível parceiro diante dos desafios da vida em comum.

A universidade pública tem sido um espaço de produção de laço social, onde o outro está presente em sua alteridade mesma, em toda a força das contradições que ocasiona, se constituindo, dessa forma, como um lugar de resistência à mercantilização das relações sociais. Nesse sentido, a universidade pública e o financiamento público de centros de pesquisa têm garantido historicamente condições minimamente democráticas para o exercício da reflexão. Sua principal força é e sempre foi possibilitar a formulação de um pensamento crítico, e, pese aos embates da história, defender um espaço de liberdade de pensamento e expressão, impossível se atrelado à lógica do financiamento privado.

Assim, a universidade pública e o financiamento público da pesquisa têm se mostrado na história como garantia do exercício democrático das práticas de conhecimento e, por extensão, da democracia mesma.

Nesse embate entre a preservação de uma dimensão pública no âmbito da universidade e sua redução a um campo análogo ao de qualquer relação privada de comércio, o que está em jogo é a defesa da própria democracia, como nos indica Pêcheux, ao localizar a contradição principal que opera no campo da pesquisa em ciências humanas e sociais:

- de um lado, a burguesia monopolista luta para impor (pelo sistema generalizado dos contratos, pela insegurança do emprego e pela desprofissionalização da pesquisa universitária) o dispositivo antidemocrático do qual tem necessidade;
- de outro lado, as camadas intelectuais universitárias lutam com as suas próprias forças sindicais e políticas, essencialmente para preservar as sobrevivências democráticas do período precedente e fazer obstáculo à ofensiva do poder (2011 [1976], p. 237).

Esse diagnóstico, válido para a década de 70 do século passado, continua hoje mais pertinente do que nunca, face aos ataques

proferidos pelo governo aos espaços e às práticas democráticas conquistados tão duramente no período da chamada redemocratização do Estado brasileiro.

Nesse sentido, o que está em questão é como resistir a essa ofensiva do poder aos direitos garantidos pela Constituição de 1988. Pêcheux continua a nos indicar o caminho, propondo lutar pela:

- defesa da universidade e do setor público de pesquisa
- defesa dos pesquisadores, professores-pesquisadores, e do pessoal que intervêm no processo de trabalho intelectual da investigação em ciências humanas e sociais, sem dissociar nem opor “defesa da pesquisa” e “defesa do pessoal” (2011 [1976], p. 237).

Há uma falácia que costuma opor universidade e sociedade, representada pela conhecida metáfora da bolha de cristal, cujo objetivo é apagar os vínculos reais existentes entre esses espaços, dado que os sujeitos que os habitam circulam entre eles de diversas maneiras, construindo modos originais de laço social e construção de pensamento crítico.

Outra falácia com bastante trânsito é aquela que liga o “atraso” dos países do Terceiro Mundo ao “fracasso escolar” da população pobre. A panaceia que se oferece como solução para esses “problemas” dos países periféricos é a divisão escolar entre ensino técnico e ensino superior aliada à manutenção de algumas poucas universidades de excelência e à pulverização do restante do ensino em faculdades privadas de qualidade no mínimo duvidosa. Como bem nos aponta Pêcheux em outro texto, é preciso lembrar que.

[...] os dois tipos de exclusão mencionados (o atraso do Terceiro Mundo e o fracasso escolar das camadas desfavorecidas) não são de nenhum modo imperfeições lastimáveis das sociedades industriais, mas trata-se sim de desigualdades estruturais, inerentes à própria essência do modo de produção capitalista no estado do imperialismo:

o “atraso” dos países em desenvolvimento, porque assegura a pilhagem das matérias-primas e dos recursos energéticos, é uma condição estrutural da manutenção da exploração capitalista a nível mundial; do mesmo modo, o fracasso escolar, porque permite a reprodução da divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, é também ele uma condição da manutenção da exploração no quadro dos países capitalistas desenvolvidos (2011 [1977], p. 306).¹

Quando dizemos defesa da universidade tentamos justamente expor essas falácias na medida em que defender a universidade pública e o financiamento público da pesquisa é garantir um espaço coletivo de sobrevivência e alargamento de modos democráticos de coexistência, possibilitando o acesso ao trabalho intelectual a amplas parcelas da população.

Educação é direito, acesso à universidade é direito, liberdade de pensamento e expressão é direito. O ataque à universidade pública é um ataque aos direitos fundamentais dos cidadãos e cidadãs do Brasil. Face ao despudor de quem nos governa, lutar pelos direitos garantidos na Constituição é um dever.

Referências

PÊCHEUX, Michel. “Posição sindical e tomada de partido nas ciências humanas e sociais” [1976]. Trad. Lauro Baldini. *Análise de discurso – Michel Pêcheux: textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi*. Campinas: Pontes, 2011.

———. “Há uma via para a linguística fora do logicismo e do sociologismo?” [1977]. *Análise de discurso – Michel Pêcheux: textos selecionados por Eni Puccinelli Orlandi*. Campinas: Pontes, 2011.

1 Agradecemos a Sílvia Nunes por nos fazer lembrar dessa consideração.

UNIVERSIDADE: O QUE É MESMO?

Raquel Paiva & Muniz Sodré

AQUI ESTÁ ALGO QUE SE DISPÕE A UM ACORDO inicial: universidade é uma *instituição social* destinada ao ensino superior pluridisciplinar, com vistas à formação de quadros intelectuais e ao cultivo do conhecimento em sua totalidade possível. É uma das mais antigas instituições do mundo. A Índia teve universidades, progressivamente destruídas, desde o século V. Na Europa, reconhece-se a Universidade de Bolonha (fundada em 1088 na cidade italiana homônima) como a primeira universidade europeia. Na África, além das universidades islâmicas criadas antes do ano 1000 a.C., outras foram criadas no período equivalente à Idade Média europeia, como a famosa Universidade de Sankore (século XII) em Tombuctu, no atual Mali.

Acentuamos a palavra *instituição social* para marcar uma diferença estratégica entre ela e *organização*. Claro, os modelos de organização universitária podem ser múltiplos e diferir entre si. Mas de que diferença estamos falando? É que geralmente se tem como assentado que “instituição” e “organização” designam indiferentemente a normatização de regras e condutas para grupos, desde que reconhecidos num processo de interação social. Nessa indiferença, uma organização financeira pode ter o mesmo grau de reconhecimento que uma organização ou instituição escolar.

No limite, porém, reserva-se o conceito de instituição a um tipo de organização de condutas sem finalidades estritas, em que não prevaleça a dimensão econômica, por exemplo. A instituição define um modo de regulação que assegura, de maneira duradoura, a transmissão de um saber obrigatoriamente internalizado. É o caso da família, da escola, da religião, do exército etc., que são modos regulatórios permeados e constituídos por uma multiplicidade de forças

e discursos, com função pedagógica, voltados para a aglutinação de cidadãos. O saber da instituição é tanto ideia como comportamento.

Mas é um saber transindividual — tanto que, para Marcel Mauss, instituição é um modo de pensar e de fazer independente do indivíduo. No plano estritamente institucional, o modo de ser de um comportamento tem a ver com a ontologia dos modos humanos de perceber e de realizar algo no mundo. Os atos de perceber, sentir, pensar, conhecer, empenhar-se e fazer implicam o levar-se a si mesmo ao encontro (“com”) de um comum, que é o centro aglutinador da instituição.

Uma *organização*, por outro lado, define-se pela regulação de finalidades objetivas e comuns, porém voltadas para a produção de bens e serviços, embora existam *organizações voluntárias* (sindicatos, partidos políticos, ONGs etc.) destinadas à defesa de interesses de grupos. Diferentemente da instituição, a organização articula-se em função do poder (e não do saber, portanto) e não conduz à internalização de suas regras de funcionamento, tão só à sua aceitação contratual.

Uma universidade pautada por regras puramente organizacionais (auferir lucros na preparação de quadros profissionais) pode ter êxito empresarial, satisfazendo plenamente os seus alunos-clientes, mas não é universidade no sentido institucional apontado. Isso não quer dizer que a universidade não possa ser financiada também por recursos privados, como acontece com as americanas e as inglesas, qualificadas como as melhores do mundo. O que especifica uma universidade como instituição é seu modo de organização interno (ensino-pesquisa-cultivo pluridisciplinar do saber) e seu relacionamento com as formas de hegemonia social. Mas a instituição prevalece como abrangência ou como *transcendência* sobre a organização empresarial.

A antiguidade institucional da universidade (a estabilidade de suas formas *político-sociais* de existência) precede o Estado-nação, mas hoje lhe é contemporânea. Isso ficava historicamente mais

claro com o Estado liberal e com as formas clássicas de dominação do capital produtivo, ainda comprometido com certa margem de democratização do conhecimento necessário ao incremento qualitativo da mão de obra.

O que acontece, porém, sob o influxo do capitalismo financeiro ou do neoliberalismo? O sociólogo paulista Francisco de Oliveira dá uma pista: “É uma dominação sem transcendência, que perdeu a ilusão sobre a sua mentira, que é, agora, indistinguível da realidade; nem mercado, desde que este requer, como ideologia, a ilusão da universalidade. É a absoluta transparência, colada imediatamente a si mesma. É o ‘ovo da serpente’ bergamiano, a violência *sans ambages*.”

Nesse quadro de falência da política e das instituições sociais, o Estado nacional, arrebanhado por segmentos de classe descomprometidos com qualquer projeto cívico de país, tenta irresponsabilizar-se frente à dinâmica institucional das universidades. Sem qualquer vergonha, privilegiam organizações fabricantes de diplomas. Em termos institucionais, a educação brasileira figura entre os piores indicadores mundiais. Mas, em termos organizacionais, o Brasil conta com a maior empresa de ensino (em todos os níveis) do mundo: a Kroton Educacional, com seus um milhão e meio de alunos, distribuídos em 127 campi e 726 postos nos diferentes estados da Federação.

Defender a universidade pública — com suas excelentes avaliações institucionais — é resistir ao buraco negro do neoliberalismo e à danação das elites descomprometidas com o território nacional.



EDUCAÇÃO PARA QUEM?

Anna Maria Linhares

ATUALMENTE, NO BRASIL, VIVE-SE um momento bastante delicado na educação. Como professora há quase dez anos da rede pública de educação no estado do Pará, posso falar com propriedade que temos uma educação sucateada, com falta de financiamento aos professores que pretendem aprimorar seus conhecimentos, de estrutura nas escolas, de merenda para os alunos, de reajuste no salário dos servidores e de estímulo dos educadores e dos alunos, de uma forma geral, entre tantas outras coisas que nem caberia listar aqui. Infelizmente, esse quadro não está restrito ao estado do Pará. Professores da rede pública dos estados do Amapá e Rio Grande do Sul, por exemplo, têm seus salários parcelados atualmente.

O mais novo golpe contra a educação é o que vem sendo feito com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). A Associação de Docentes da UERJ, em nome de seus professores, argumenta não existirem condições de início do segundo semestre letivo do ano de 2016 agora em 2017, pois não houve o “pagamento regular das bolsas permanência aos estudantes do sistema de reserva de vagas (cotistas) e [...] das demais bolsas estudantis; o [...] repasse das verbas de manutenção/custeio para a UERJ; o [...] pagamento regular dos salários aos servidores docentes e técnico-administrativos — ativos e inativos —, assim como o 13º salário/2016”.¹ Ou seja, de uma forma geral, a educação vem sendo massacrada a duras golpes com o pretexto de “crise financeira”, mas em prol do capital, pois as grandes dívidas capitalistas são pagas, ao passo que quem sofre são os trabalhadores, a educação e a saúde. Se o leitor deste texto fizer uma breve

1 Disponível em: <http://www.asduerj.org.br/>. Acesso em: 29 jan. 2017.

pesquisa na internet sobre “trabalhadores com salários parcelados”, terá a noção do que afirmo sobre a situação do trabalhador nesse país; entretanto, as grandes empresas continuam enriquecendo de forma exorbitante.

A falta de políticas públicas educacionais acarreta um país violento, pobre e sem qualidade de vida. O que se vê atualmente são os números da violência crescendo de forma absurda, as rebeliões em presídios, o número de desempregados ocasionando pessoas depressivas e sem perspectivas de vida. Como almejar um país civilizado se não se investe em educação? Como vislumbrar um país sem violência se não existem políticas públicas educacionais para formar cidadãos conscientes de seu papel e aptos para o mercado de trabalho?

Sou doutora em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará e só posso dizer que sou doutora atualmente porque tive a oportunidade de fazer meus estudos numa instituição pública, desde a graduação até o doutorado. Foi na graduação em Ciências Sociais que aprendi a fazer pesquisa, porque, contemplada com bolsa, tive a oportunidade de passar quatro anos trabalhando em uma das maiores instituições de pesquisa da Amazônia, o Museu Paraense Emílio Goeldi.

Nesse período, ainda estudante de Ciências Sociais com ênfase em Antropologia, o governo me concedeu uma bolsa para trabalhar na Reserva Técnica Curt Nimuendajú. Essa reserva acondiciona objetos indígenas das mais diversas regiões e é uma das maiores da região Norte, quiçá da região amazônica. Por ter tido a concessão de bolsa para trabalhar naquele lugar, passei a estudar mais a fundo a importância do patrimônio indígena e desses povos para a história do nosso país.² Essa oportunidade me fez ver os índios, verdadeiros donos dessa terra, de forma diferente e entender um pouco mais da história desse povo.

2 Meu trabalho de conclusão de curso: LINHARES, Anna Maria Alves. *Os múltiplos contextos dos objetos indígenas: uma etnografia das bonecas de cerâmica Karajá* (TCC). UFPA, 2004. (mimeo.) Artigo sobre a pesquisa disponível em: <http://revistas.ucg.br/index.php/habitus/article/view/370>.

O gosto pela pesquisa sobre história indígena me fez ter mais interesse em aprofundar minhas pesquisas. Quando finalizei meu curso em Ciências Sociais, achei necessário fazer o mestrado, mas não teria tido condições de fazê-lo se não fosse a bolsa concedida pela CAPES no período, para que eu realizasse meus estudos, afinal de contas, não tinha emprego na época, e fazer mestrado sem condições financeiras seria quase impossível. Assim o fiz. Dois anos de mestrado em Antropologia me fizeram aprofundar ainda mais meu olhar acerca dos povos indígenas da Amazônia.³ Após o fim do mestrado, fiz concurso para a Secretaria de Educação do Estado do Pará — aliás, o último feito pelo governo —, para a vaga de professora de Sociologia do ensino médio, e fui aprovada. Desde 2017, prefere-se contratar professores a promover concursos públicos. Desde então, tive a oportunidade de ser uma professora que, além de conhecimento sociológico, tinha conhecimento antropológico aprofundado para trabalhar em sala de aula com meus alunos dos três anos do ensino médio, tanto da Antropologia, de uma forma geral, quanto meus conhecimentos acerca dos povos indígenas.

Ter tido a oportunidade de cursar graduação e mestrado fez de mim uma professora mais completa e com mais conhecimento acadêmico e de mundo para trabalhar com meus alunos. Sempre que recebo notícias de que meus alunos ingressaram na universidade pública, sinto-me extremamente feliz e gratificada por saber que estou contribuindo com o ingresso dessas pessoas no ensino superior público com qualidade.

Alguns anos depois de ingressar na docência, fiz doutorado em História Social da Amazônia, aprofundando ainda mais meus conhecimentos acerca dos povos indígenas. Parte de meu doutorado

3 LINHARES, Anna Maria Alves. *De caco a espetáculo: a produção cerâmica de Cachoeira do Arari, ilha do Marajó* (dissertação). UFPA, 2007.

Artigo de livro sobre a pesquisa: LINHARES, Anna Maria Alves e HENRIQUE, Márcio Couto. "Museu do Marajó e educação patrimonial em Cachoeira do Arari, Pará". In COELHO, Wilma de Nazaré Baía e COELHO, Mauro Cezar Coelho (orgs.). *Trajetórias da diversidade na educação: formação, patrimônio e identidade*. 1 ed. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2012, v. 1, pp. 85-121.

foi feito na Espanha, também porque me foi concedida no governo Dilma uma “bolsa sanduíche”, financiada pela CAPES, para que eu pudesse realizar meus estudos na Europa.⁴ Hoje, doutora, posso perceber que, depois de aprimorados meus conhecimentos, sou uma professora mais completa, pois, além da experiência que adquiri, levo o conhecimento que obtive para a sala de aula, formando meus alunos cidadãos ainda mais conscientes de seu papel na sociedade.

Atualmente, meu orgulho é ser professora do Programa de Formação de Professores, o Parfor. Em vigor desde 2009, sancionado no final do governo Lula, o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica abre todos os anos turmas especiais em cursos de licenciatura e em programas de segunda licenciatura, na modalidade presencial, exclusivas para educadores das redes públicas que não possuem formação superior na área em que atuam, conforme exigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

Já lecionei no Parfor de História da Universidade Federal do Pará; atualmente, leciono no curso de História da Universidade do Estado do Pará e tenho muita satisfação em dar aula nesse programa, porque sei da importância desse curso de graduação para professores que não tiveram a oportunidade de estudar. O Parfor faz com que eles aprofundem seus conhecimentos em suas áreas de atuação e transformem a educação dos diversos municípios em que atuam. Infelizmente, no atual governo federal, muitas bolsas de docência foram cortadas, e muitas turmas foram impedidas de ingressar, sob o pretexto de que não existe dinheiro por conta da “crise” financeira que assola o país.

O que pretendi mostrar com esse meu breve relato é que só pude chegar ao doutorado em uma universidade pública porque recebi uma série de financiamentos; sem isso, certamente eu não teria desenvolvido minha pesquisa na graduação, meu mestrado em

⁴ LINHARES, Anna Maria Alves. *Um grego agora nu: índios marajoara e identidade nacional brasileira* (tese). UFPA, 2015. No prelo pela Editora CRV.

Antropologia — que me proporcionou inúmeras viagens de campo para a ilha do Marajó com a finalidade de estudar os objetos arqueológicos no Museu do Marajó numa cidade chamada Cachoeira do Arari⁵ —, não teria tido a oportunidade de viajar também no doutorado e de pesquisar por seis meses na Europa. Todo o conhecimento que obtive eu levo para meus alunos, que levam para seus alunos ou para quem vive com eles, o que os torna cidadãos melhores. O conhecimento trabalhado em sala de aula é multiplicado para a sociedade.

Mas, infelizmente, o que tem acontecido no cenário político atual é uma série de ataques contra a educação. Vivemos num país em que a maioria da população é pobre. Uma das possibilidades de melhoria de vida dessa população é a educação, mas, com tantos cortes, tantos golpes, tantos ataques contra a educação, quais serão os sonhos desses jovens? Quais as perspectivas de vida para centenas de moças e rapazes no país da desigualdade social se não for através da educação? O que esses jovens podem esperar de seus futuros sem escolas públicas, sem universidades públicas, sem financiamento para seus estudos? Serão futuros adultos mergulhados na violência por não terem outra saída? Privatizar a educação serve para quem? Para quê? Para alimentar ainda mais esse sistema capitalista que gera desigualdade a cada dia de forma mais acirrada?

É muito fácil o Estado privatizar a educação ou não se importar com a população pobre, que é a maioria no nosso país, ou com todos os próprios privilégios de classe, cor e gênero, afinal de contas, temos um Congresso masculino, branco e rico. Mas o certo é que as consequências de todo esse sistema perverso atinjam todos, inclusive os privilegiados. É preciso reverter esse quadro alarmante. Este é um pedido de socorro.

5 Para saber um pouco sobre o Museu do Marajó, acesse: http://revistamuseu.com/artigos/art_.asp?id=16829.



UNIVERSIDADE PÚBLICA: O SENTIDO DA NOSSA LUTA¹

Ivo Tonet

Introdução

A DEFESA, NESTE MOMENTO, DA UNIVERSIDADE pública deveria ser, também, uma oportunidade privilegiada para examinar os rumos das lutas que vêm sendo travadas, há longos anos, em defesa dos serviços públicos. E, para melhor orientar e sustentar a nossa luta, é importante compreender as dimensões mais gerais em que ela se situa.

Os fatos imediatos

Nossas considerações, neste momento, estarão mais voltadas para o setor público, especialmente para a educação e, mais ainda, para o ensino superior.

O que está em curso nos dias de hoje no mundo todo e, em especial, no Brasil, no bojo das transformações por que passa a sociedade atual, é, entre outras coisas, uma reconfiguração das relações entre o setor público e o setor privado. Sem entrar no mérito da questão e, ainda, sem buscar as causas dessa reconfiguração, quais são os fatos mais significativos? Podemos dizer que a tônica mais geral desse processo é a privatização. Lembrando sempre que privatização não é, em essência, uma questão técnica, administrativa ou de simples política econômica, mas uma expressão da luta de classes. Ou seja,

¹ Este texto foi escrito por ocasião da greve de 2001 nas universidades federais. Parece-nos, contudo, que permanece inteiramente atual com relação não só à universidade, mas também a outros setores do serviço público. Foram feitas algumas alterações para adaptá-lo à finalidade atual.

é o modo como a classe burguesa procura fazer pender a seu favor a apropriação da riqueza socialmente produzida. Essa apropriação privada da riqueza produzida pelos trabalhadores é da própria essência do sistema capitalista, mas a luta em torno dela se intensifica de modo extraordinário em momentos de crise, como é o caso atualmente.

Como se manifesta essa privatização? Em primeiro lugar, pelo grande aumento — quantitativo — do setor privado na educação superior. Os dados, aqui, são dispensáveis de tão óbvios. Em segundo lugar, pela intensificação do caráter mercantil da educação. Quanto ao setor privado, não é preciso comentar. Quanto ao setor público, isso se expressa na diminuição dos recursos destinados à universidade, o que resulta em um sucateamento geral pela introdução progressiva de cursos pagos; pela crescente parceria entre universidades e empresas privadas, submetendo a estas a direção da produção do conhecimento; pela diminuição do quadro de professores e funcionários e aumento da carga de trabalho; pela introdução da perversa forma do “professor substituto”, precária, mal remunerada e sobrecarregada de trabalho; e, enfim, pelo aviltamento salarial, com o claro objetivo de rebaixar o nível do ensino público superior.

Tudo isso tem como consequência o rebaixamento geral do sistema universitário público e a imposição da lógica empresarial à educação pública.

Uma observação final: de forma diversa e com as especificidades próprias, aquilo que dissemos a respeito da educação pública de terceiro grau também se refere a todos os outros setores do serviço público.

O que explica isso?

1. A crise do capital

Indignadas com esses e outros inúmeros fatos semelhantes, muitas pessoas se perguntam: a que se deve uma tal política de reconfi-

guração e sucateamento da universidade pública, ainda mais levada a efeito por pessoas oriundas da própria universidade? Será devido à falta de recursos financeiros? À má gestão dos recursos existentes? Ou, ainda, à insensibilidade ou má vontade dos governantes? Talvez simplesmente à necessidade de adaptar a universidade aos tempos modernos? Ou até à necessidade de atender prioritariamente a educação dos níveis mais básicos?

Sem embargo de que existam alguns desses elementos, eles não constituem, de modo algum, a explicação mais profunda. Esta deve ser procurada na crise que atingiu o sistema capitalista, em nível mundial, por volta de 1970. É na dinâmica do capital em crise, no modo como o capital enfrenta essa crise e na luta social que daí resulta que vamos encontrar a resposta mais profunda a essas indagações.

Não poderemos, aqui, mais do que apontar as linhas gerais e dessa problemática.

Tomemos como referência o período de 1945 a 1970. Nele, tivemos aquilo que se convencionou chamar, em sentido amplo, de “Estado de Bem-Estar Social”. Surgido já como resposta à crise de 1929 e às duas guerras mundiais, baseava-se numa intensa intervenção estatal na economia, numa forma de produção em massa e no “pleno emprego”. Estes e outros elementos tiveram como consequência o aumento da produção da riqueza e também um acesso maior desta à classe trabalhadora, sob a forma tanto de salários diretos como de serviços públicos de melhor qualidade e de ampliação dos benefícios e direitos sociais. É certo que isso ocorreu principalmente nos países mais desenvolvidos, até porque há uma íntima relação entre o enriquecimento destes e o empobrecimento dos outros países, mas, de qualquer forma, também teve algum rebatimento nestes últimos.

No Brasil, essa é a época do chamado desenvolvimentismo, ou seja, de uma política que pretendia, baseada no desenvolvimento de setores estratégicos (metalurgia, eletricidade, comunicações,

transportes etc.), mas em associação com o capital estrangeiro, transformar o Brasil em um país desenvolvido. A intensificação das lutas populares, que punham em risco os interesses da burguesia, levou esta a dar o golpe de 1964.

A crise do capital, desencadeada por volta de 1970, levou ao progressivo dismantelamento do Estado de Bem-Estar Social. Intensificou-se a luta pela repartição da riqueza, que se tornou mais escassa. A resposta do capital a essa crise é o que se passou a chamar de globalização.

O enfrentamento da crise, pelo capital, implicou uma profunda alteração em todo o sistema produtivo com o conjunto de transformações conhecido como “reestruturação produtiva”. Além disso, também implicou o acirramento da competição internacional e uma reconfiguração do Estado, de modo a torná-lo mais adequado à defesa dos interesses das classes dominantes. Para os trabalhadores, isso implicou um crescente desemprego, a diminuição do valor da força de trabalho e, portanto, um enorme aumento da exploração.

O acirramento da competição entre as empresas fez com que o capital exigisse condições para uma mobilidade maior, à procura do melhor lugar para obter os seus lucros. É daí que nascem a chamada desregulamentação da economia e a demanda pela intensificação da privatização, permitindo às empresas privadas o acesso a setores que antes eram de domínio do setor público.

Ao ponto disso, assistimos, também, ao desmoronamento do chamado “socialismo real” e à instauração da hegemonia única e integral do império americano.

No Brasil, de 1964 a 1988, mais ou menos, temos o período da ditadura militar, no qual a burguesia busca dar continuidade ao projeto de nacionalismo associado ao capital internacional, especialmente norte-americano. As dificuldades de implementação que esse projeto encontrou foram e estão sendo contornadas pelo capital, com uma esperteza que ele já demonstrara há anos na Europa, utilizando partidos que se proclamavam de esquerda, mas que,

na verdade, e contrariando as expectativas de milhões de pessoas, aprofundaram as mesmas políticas. A tônica desse projeto era e continua a ser uma inserção inteiramente subordinada do Brasil no processo de globalização. É por isso que as verdadeiras autoridades são o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e outras instituições internacionais, sob clara hegemonia dos interesses norte-americanos.

A eleição de Lula em 2002 acendeu, em milhões de pessoas das classes subalternas, a esperança de que houvesse profundas mudanças nessa situação, mudanças que colocassem o país em um caminho que priorizasse os interesses da maioria da população, e não, como sempre, da minoria.

Infelizmente, nada disso se verificou. Aliás, a própria trajetória do Partido dos Trabalhadores (PT), as alianças para a campanha, a “Carta aos Brasileiros” e, depois, a composição do ministério transpareciam que a política econômica, que é a viga mestra de todo o sistema social, continuaria e aprofundaria o caminho seguido pelo governo anterior. As reformas executadas e as em curso (previdenciária, educacional, trabalhista, sindical, “agrária” etc.) mostram claramente essa continuidade. A pretexto de não afugentar os investidores e criar as condições para o desenvolvimento, o que se vê é, de um lado, a criação de condições para que o capital (nacional e internacional) tenha lucros fabulosos e, de outro, a distribuição de migalhas para a população mais sofrida.

No âmbito do ensino superior, essa continuidade é muito clara. E, como mostra muito bem Kátia Lima,² em sua tese de doutorado, não se trata apenas de continuidade com o governo de FHC, mas de uma política que vem desde os tempos da ditadura. A privatização, ou seja, uma política de destruição do ensino público e de privile-

² LIMA, Kátia R. de S. *Reforma da educação superior nos anos de contra-revolução neoliberal: de Fernando Henrique Cardoso a Luiz Inácio Lula da Silva* (tese). UFF, 2005.

giamento dos interesses particulares mediante um sem número de medidas (favorecimentos e concessões ao capital privado, restrições ao investimento nas universidades públicas, mercantilização do ensino e da pesquisa e tantas outras), é em tudo coerente com as diretrizes dos órgãos do capital internacional para a educação (leia-se: Banco Mundial, Unesco etc.).

Em síntese, o que está em jogo não é a preocupação com um tipo de desenvolvimento que beneficie toda a população. A lógica do capital simplesmente não permite isso. O que está em jogo é apenas a reprodução dos interesses da burguesia, ameaçados pela crise. E esses interesses devem ser defendidos com todas as armas — econômicas, políticas, ideológicas, culturais —, inclusive com a violência mais aberta e brutal, mas, claro, sempre sob a capa da defesa dos interesses de toda a humanidade.

2. Consequências gerais

Inúmeras e enormes são as consequências desse processo em curso.

Em primeiro lugar, uma intensificação sem precedentes do poder *do econômico* sobre todas as outras dimensões sociais, o que significa que tudo deve estar submetido, o mais direta e imediatamente possível, à lógica da produção mercantil. No âmbito da *educação*, em especial, isso significa que não há mais lugar para a produção de um tipo de saber (filosófico e científico) voltado para interesses mais gerais e não diretamente mercantis, para uma formação de personalidades humanamente mais amplas, críticas e multifacetadas e nem sequer para a produção de um conhecimento que sustentasse, para o país, um caminho mais autônomo.

Em segundo lugar, um extraordinário e crescente aumento das desigualdades sociais. A concentração de renda em poucas mãos nunca atingiu proporções tão grandes e aberrantes. Apesar da intensa produção de riqueza, o fosso entre uma minoria de ricos e uma imensa maioria de pobres aumenta cada vez mais.

Em terceiro lugar, um enorme agravamento dos problemas sociais de toda ordem: desemprego, precarização do trabalho e da

vida, miséria, pobreza, fome, violência, drogas, doenças, marginalização e exclusão social, degradação da natureza etc.

Em quarto lugar, referente às relações sociais:

- exacerbação do individualismo, levando as pessoas a perder o sentido da coletividade e a preocupar-se apenas com os seus problemas particulares e imediatos;
- sensação de isolamento e de impotência face ao movimento avassalador de uma estrutura, que parece impossível de ser enfrentado e modificado;
- desmobilização social, especialmente quanto à participação nas lutas sociais, levando ao conformismo e à busca de alternativas restritas apenas aos seus interesses particulares imediatos;
- perda de um sentido maior de vida, reduzindo-a a um cotidiano cinzento e limitado;
- busca de soluções esotéricas para os problemas, por falta de compreensão da lógica responsável pela sua produção e de soluções que tenham como base a própria atividade humana.

3. Tendências atuais

Parece-nos que são duas as tendências atuais. A primeira, de longe a mais forte, é a continuidade e o aprofundamento da política neoliberal. Em resumo, significa a redução de todas as dimensões sociais, direta e imediatamente, à lógica mercantil, sendo descartado tudo o que não puder se enquadrar nela, sejam pessoas ou instituições.

A segunda é a resistência a essa lógica perversa. Essa tendência, ainda que de modo incipiente e complexo, tem se manifestado de várias formas no âmbito internacional. Mas também se manifesta nas lutas sociais, econômicas e não econômicas que se desenvolvem no interior de cada país. Infelizmente, essa resistência ainda é marcada por um forte caráter reformista ou politicista, isto é, o tom das

lutas tem sido *com* o capital e *com* o Estado — sem perceber que o capital é a força dominante e que o Estado é a ele subordinado —, e não *contra* o capital e *contra* o Estado.

Todos esses traços acima, identificados já em 2001, tornaram-se, de lá para cá, cada vez mais acentuados.

É no interior dessas lutas de resistência que se situa a defesa dos serviços públicos hoje e, no caso presente, da universidade pública. É no interior do embate maior entre os interesses do capital em crise, que brutaliza cada vez mais a vida da população, e os interesses do trabalho emancipado, única perspectiva capaz de abrir novos e superiores horizontes para toda a humanidade, que a nossa luta ganha todo o seu sentido.

Com tudo isso, fica claro que não se trata nem de falta de recursos nem de qualquer outro motivo pontual. Trata-se de uma clara política de destruição da universidade pública e gratuita, pois isso, para o capital, é uma necessidade absoluta para a defesa dos seus interesses.

Por isso mesmo, lutar por uma universidade pública e gratuita, pela sua ampliação, pela sua melhoria e pelo acesso cada vez mais amplo da população a ela é lutar pelos interesses daqueles que realmente produzem a riqueza (os trabalhadores), mas não têm acesso a ela, é lutar por uma vida efetivamente digna para a imensa maioria da população brasileira. No entanto, essa luta pela universidade pública não pode, de modo nenhum, estar dissociada da luta contra esse sistema social na sua totalidade. Limitar a luta à defesa da esfera pública é candidatar-se, de antemão, ao fracasso. Basta examinar o processo histórico para constatar essa afirmação. Durante longos anos, nossa luta limitou-se à defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade. O que constatamos, hoje, é que, em vez de avanços, estamos assistindo a um brutal retrocesso. Impõe, por isso, uma autocrítica dos rumos da nossa luta.

Esse caminho será, certamente, longo e difícil. É o que mostram claramente os últimos acontecimentos, tanto internacionais como

nacionais. Porém, a nosso ver, levar adiante a luta, conferindo a ela um caráter cada vez mais anticapitalista e antiestatal é a única alternativa para aqueles que pretendem contribuir para a construção de uma forma de sociabilidade autenticamente humana.



EM DEFESA DA UERJ QUE REALIZA E INSPIRA

Bruno Deusdará

ESCREVER SOBRE A FEIÇÃO ATUAL DA GRAVE CRISE por que vem passando a UERJ, desde o início de 2015, não é tarefa das mais simples, por diversas razões. Entre essas razões, a mais difícil reside justamente no fato de eu ter escolhido viver aqui nos últimos 29 anos. Desse modo, a UERJ que me inspira é aquela na qual se encontram as mais variadas histórias de vida e de dedicação profissional, os engajamentos pela ampliação de direitos sociais e pelo exercício ético das atividades de investigação e de extensão comunitária e as atuações no horizonte da justiça social, por meio da produção e da diversificação das formas de conhecer a realidade.

Abordando a crise atual por essa perspectiva de análise, três premissas parecem fundamentais: I) todo conhecimento emerge de indagações que se circunscrevem social e historicamente; II) todo conhecimento ganha consistência a partir do trabalho de elaboração coletiva, em redes com maior ou menor grau de institucionalização; III) todo conhecimento não é apenas ferramenta de análise e intervenção sobre a realidade exterior, mas também de suas condições teóricas e institucionais de produção. Essas três premissas nos levam a considerar que os engajamentos pela preservação e atualização de todo o patrimônio imaterial construído ao longo de décadas supõem igualmente investimentos afetivos e materiais de preservação e expansão das redes e dinâmicas institucionais que lhe dão sustentação. Em outras palavras, a defesa de anos de formação e de investigação científica supõe a defesa das condições institucionais de funcionamento da UERJ, como universidade pública e gratuita.

Com efeito, a sistematização dessa intensa e complexa malha de histórias e engajamentos profissionais e pessoais tem assumido a forma de dados, percentuais e ranqueamentos, que têm sido reiteradamente divulgados e dão conta de sua inserção nas redes nacionais e internacionais de produção de conhecimento e intervenção na realidade social. E não resta dúvida de que essa reiterada exposição de dados e informações vem contribuindo para aguçar a sensibilidade de personalidades e, principalmente, das pessoas comuns — as quais devemos ter sempre em mente quando elaboramos nossos cursos de formação profissional, nossos projetos de pesquisa, nossas propostas de ação extensionista.

Apenas para dar um exemplo concreto e recente desse efeito: em janeiro deste ano, durante um evento que mobilizou a comunidade científica do Rio, foram notórias não somente a emoção e a força dos que compareceram ao convite para o ato público, mas também a vibrante e barulhenta manifestação das pessoas que apoiavam tanto em seus próprios veículos quanto no transporte público. Ao que parece, setores diversos da população do Rio decidiram não desejar ver o fechamento de sua Universidade — cujo campus central e cujo hospital universitário se encontram situados na zona norte da capital.

Difícil captar de que modo a sensibilidade de cada um de nós é acionada a reagir e se indignar. Difícil ainda prever a intensidade necessária das manifestações para que façam o governador agir de acordo com as expectativas manifestadas. Mas não deve ser muito difícil compreender o risco que se corre com a ameaça efetiva de fechamento de uma universidade construída sobre uma favela vertical (a favela do Esqueleto), que se expandiu para municípios do Grande Rio (São Gonçalo e Duque de Caxias), do interior do estado (Nova Friburgo, Resende, Teresópolis e Petrópolis), mantendo forte vínculo com as realidades locais.

No entanto, os pronunciamentos recentes do governador do estado empobreceram brutalmente a complexidade de todos os

processos envolvidos na construção de uma universidade, fazendo ver apenas a naturalização “dos cortes de gastos”. Desse modo, o debate público a respeito do funcionamento da Universidade vem assumindo uma feição grotesca: de um lado, o conjunto da comunidade acadêmica se esforça por apresentar dados das atividades em curso, resultados da formação profissional nas diversas áreas, inserção dos pesquisadores na comunidade científica, relevância dos projetos em desenvolvimento, serviços de assistência e atividades extensionistas nas regiões as mais diversas do estado. De outro lado, tanto o (ainda) governador do estado do Rio quanto o então secretário de Ciência e Tecnologia limitam-se aos refrões redutores dos cortes de gastos, sem expressar qualquer compromisso efetivo com a formação profissional qualificada, o desenvolvimento científico e a justiça social.

E pior: em um raciocínio de difícil compreensão, mas de fácil adesão em terreno em que a ortodoxia neoliberal parece lograr algum êxito, vêm a público vozes que acusam a universidade pública de manter privilégios socioeconômicos exteriores a ela e oferecem como alternativa o pagamento de mensalidades. Como se percebe, a proposta vocalizada pela principal empresa de comunicação do país é absolutamente incapaz de apresentar solução real para a crítica que se faz. Na verdade, trata-se exatamente do contrário. Condicionar a permanência de um estudante à cobrança de taxas ou mensalidades tende apenas a intensificar as dissensões, as hierarquias, as desigualdades econômicas e de acesso ao conhecimento e aos bens culturais.

Se se tratasse de uma preocupação sincera, outra não poderia ter sido a instituição consultada, senão a própria UERJ, pioneira na implementação do sistema de cotas para ingresso no ensino superior. Em quantas ocasiões a Universidade foi efetivamente instada a se pronunciar a respeito dessa experiência? Em que circunstâncias a necessária e urgente ampliação do acesso e das políticas de permanência da juventude negra e pobre do Rio esteve realmente no centro das prioridades dos últimos governos? E eu não tenho dúvida

de que diversos segmentos de nossa Universidade teriam muito a contribuir com os impasses e os desafios a que tais iniciativas nos convocam. A esse respeito, eu acrescentaria: os debates e as tensões cotidianas vêm afirmando um sentido de inclusão muito distinto daquele habitualmente observado. A inclusão da juventude negra em nossa Universidade tem se dado por um questionamento vivo e potente da ordem atual, interrogando nossas referências, afirmando outros circuitos de produção de formas de conhecer e de habitar a vida social e cultural. Nossa experiência concreta tem convocado, assim, a pensar na inclusão para além da incorporação “do outro” em uma organização dada, mas pensar a inclusão como possibilidade de nos tornarmos diferentes do que somos.

Escrevo este texto no mesmo momento em que recebo, pelas mídias sociais, notícias da aprovação em exames vestibulares de muitos dos meus ex-alunos do CAp/UERJ — jovens que hoje compartilham seu desejo de ingressar nos cursos superiores aos quais decidiram concorrer. Mesmo sabendo que os talentos despertados e as potencialidades desenvolvidas ao longo de toda a formação escolar não se devem reduzir aos índices de aprovação, nos aproximar da alegria manifestada publicamente por esses jovens pode reacender em cada um de nós a energia necessária para atravessar a mais aguda crise da história de nossa Universidade. Talvez nos aproximar dessa alegria para ir além: o desejo de renovar sua permanência em uma instituição de formação pode ser um indicador interessante de uma parte oculta, mas igualmente importante de todo o debate que a expressão mais aguda da crise da UERJ vem induzindo a fazer. Uma universidade vale por todo o trabalho que realiza, mas vale igualmente pelo que é capaz de inspirar, pela aposta que reacende no conhecimento e no investimento coletivo em sua produção.

Diante de tudo o que se ameaça e fragiliza com a crise atual, é preciso que se assuma. Mesmo que as parcelas mensais sejam efetuadas e os salários dos servidores e as bolsas dos estudantes sejam postos em dia, uma fratura do nosso sistema republicano se expõe:

a permissão de governantes gerenciarem orçamentos públicos com pouquíssimas dotações vinculadas em percentuais previamente definidos pode nos conduzir a um colapso de nossas instituições democráticas.



moção de apoio

A Fundação Casa de Rui Barbosa, comprometida com a cultura nacional, e ciente de que cultura e educação caminham, sempre, de mãos dadas, vem manifestar sua solidariedade à UERJ. Junta-se às vozes que clamam pela superação do impasse que vem paralisando a Universidade e seus hospitais, com irreparável prejuízo para pacientes, alunos, professores, pesquisadores e servidores administrativos. Referência acadêmica no Rio de Janeiro e no Brasil, a UERJ deve ser prioridade para o governo do nosso estado. O poder público que asfixia a inteligência causa mal irrecuperável aos cidadãos.

Marta de Senna (FCRB)

Barbara Szaniecki | professora da ESDI

26 de janeiro

Com salários e bolsas atrasados, salas de aula e laboratórios sucateados e equipamentos parados por falta de apoio técnico, sem segurança e limpeza, a situação da UERJ está muito difícil. Essa situação faz parte de um quebra-de-braço dos governos (federal e estadual) para empurrar “soluções” hoje que levarão a todos nós piores serviços amanhã. “Soluções” que estão por passar na ALERJ. Medidas de austeridade deste tipo, depois de anos de investimentos num modelo de desenvolvimento baseado em megaeventos, megaequipamentos, megaprivilégios e megacorrupção é, ela sim, uma enorme irresponsabilidade e indiferença à população. Já a UERJ é garantia de diferença! Precisamos da atenção e apoio de todos para iniciarmos o semestre letivo em condições dignas. Acompanhe as ações pela página #uerjresiste. #souuerj #souesdi

#somosuerj



O GOLPE DE ESTADO E O DESMANCHE DA UNIVERSIDADE E DA ESFERA PÚBLICA

Gaudêncio Frigotto

LUIS FERNANDO VERÍSSIMO (2015), EM RECENTE CRÔNICA sobre o clima de ódio dos movimentos de rua e da mídia a favor do impeachment da presidenta Dilma Rousseff, nos dá a chave para entender os elos estruturais entre passado e presente do golpe de Estado consumado em 31 de agosto de 2016: “[...] está no DNA da classe dominante brasileira, que historicamente derruba, pelas armas se for preciso, toda ameaça ao seu domínio, seja qual for a sigla”.

De fato, ao longo do século XX, a sociedade brasileira conviveu com duas ditaduras e inúmeras manobras institucionais, várias delas após a Constituição de 1988, em especial na década de 1990, com a adoção do credo neoliberal. Ditaduras e golpes que se reiteram tendo como razão básica a de salvaguardar os interesses econômicos de uma classe dominante que construiu e mantém uma das sociedades mais desiguais do mundo.

Desse modo, entender o sentido do atual golpe de Estado, em sua profundidade, e as consequências deste para a classe trabalhadora e para universidade pública e o sentido do serviço público mais amplamente implica apreender a relação entre passado e presente ou a história em processo.

A História em processo é [...] a história dos homens, o modo como produzem socialmente a sua vida, ligando-se ou opondo-se uns aos outros, de acordo com sua posição nas relações de produção, na sociedade e no Estado, e gerando, assim, os eventos e processos históricos que evidenciam como a produção, a sociedade e o Estado se preservam ou se alteram ao longo do tempo (Fernandes, 1989, p. 47).

O que buscamos nestas breves páginas é apenas sinalizar o que define, no longo tempo, o DNA golpista da classe dominante brasileira; as forças que se articulam e o discurso ideológico para justificar os golpes; o que de novo e mais grave engendra o golpe consumado em 31 de agosto de 2016; qual o bloco de forças que, por ideologia e por interesse, tem como meta o desmanche da universidade pública e do serviço público; a crise da UERJ e do serviço público do Rio de Janeiro como o modelo de aplicação do credo da *austeridade* (anulação de direitos universais); e, como consideração final, o que nos interpela para gerar forças sociais amplas, um contraponto que possa restabelecer o Estado de direito e a construção de um outro projeto societário.¹

Alfredo Bosi e Florestan Fernandes nos permitem esboçar o traço permanente que une passado e presente e define o DNA golpista da classe dominante brasileira. Para Bosi (2010, p. 195), “o que atuou eficazmente em todo o período de construção do Brasil como Estado autônomo foi um ideário de fundo conservador; no caso, um complexo de normas jurídico-políticas capazes de garantir a propriedade fundiária e escrava até seu limite possível”. A escravidão durou quase quatro séculos e, mesmo juridicamente abolida em 1888, permanece nas relações sociais, de modo que, no caso dos negros, pretos e pardos, índios, até hoje, à desigualdade de classe soma-se o preconceito “racial”.

Em sequência, a forma de relações sociais de produção capitalistas estrutura-se tardiamente ao longo do século XX, e, como mostra Florestan Fernandes (1973, 1974), diferente das revoluções burguesas clássicas que organizaram Estados nacionais autônomos e asseguraram, ainda que de forma desigual, direitos universais básicos, a burguesia brasileira construiu um projeto societário de capitalismo dependente, associando-se aos centros hegemônicos do capital

¹ As ideias abaixo resultam de análises mais amplas e debates e, em parte, divulgadas em outros espaços como no artigo de Frigotto & Ramos (2017).

mundial, particularmente ao imperialismo norte-americano. Uma sociedade que combina altíssima concentração de propriedade, capital e riqueza e mantém na pobreza ou na miséria a maioria da população. Francisco de Oliveira (2003, p. 150) sintetiza o que define esse projeto societário com a figura do ornitorrinco: “O ornitorrinco capitalista é uma acumulação truncada e uma sociedade desigualitária sem remissão”. Uma sociedade que produz a miséria e se alimenta dela.

A síntese do DNA golpista para manter esse projeto societário desigualitário materializa-se, ao longo de nossa história, por uma cultura política colonizadora, escravocrata, autoritária que conforma uma classe dominante cínica, despótica, violenta, antinacional, antipovo e antieducação universal, pública, laica e gratuita.

O discurso ideológico e moralista para manipular a opinião pública, especialmente a grande massa de excluídos da educação básica e sem acesso ao ensino superior, reitera-se no processo que levou Getúlio Vargas ao suicídio. Na ditadura empresarial militar de 1964 e no atual golpe, reitera-se o discurso moral apelando para a defesa da religião, da família e de Deus contra o comunismo ou socialismo. Reitera-se o papel demolidor de cérebros da grande mídia empresarial. Reitera-se, na construção também desse golpe de Estado, a aliança da burguesia local com os interesses do imperialismo norte-americano. Também se reitera o discurso da crise e da “única” alternativa para sua saída: o sacrifício econômico da classe trabalhadora expresso *na palavra*.

Há um aspecto, no atual golpe, que se reitera, mas ganha consistência no projeto da classe dominante brasileira. Diferentemente dos golpes anteriores, a classe dominante brasileira estruturou-se organicamente no parlamento, no Executivo e no Judiciário, e, ao longo dos últimos cinquenta anos, os grandes grupos econômicos da indústria, do comércio, dos serviços, do capital financeiro e do agronegócio construíram seus aparelhos de hegemonia na sociedade civil.

Isso elucida o fato de que, embora o Poder Judiciário sempre estivesse presente nos golpes, legitimando-os, agora o faz de forma aberta, politizando sua ação e judicializando a política, não só, mas especialmente, por parte do Ministério Público. Isso explica, também, o fato de a classe dominante não ter recorrido às Forças Armadas no atual golpe, embora o poder de coação de setores armados agora seja feito pelo papel autônomo assumido pela Polícia Federal — perigosamente, pois, como mostra Giorgio Agamben (2015, p. 97-100), num pequeno capítulo sobre *polícia soberana*, a partir da Guerra do Golfo, a polícia passou a atuar criminalizando antes para depois condenar, não respeitando os princípios do Estado de direito. Nesse particular, o escritor Antonio Candido (1972), no texto “O caráter da repressão”, analisa, a partir da literatura e cinema, a origem da instituição policial como instrumento da burguesia e cuja função é a de arrancar dos acusados a verdade que lhes interessa.

O bloco de forças que protagonizaram o golpe de Estado, como o deus Jano, tem duas faces que se potencializam em seu caráter de violência. A face permanente do credo dos mecanismos de mercado como soberanos e que foram tomados como dogmas nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso; credo que liquidou com o patrimônio público e defendeu a ideia de educação como serviço mercantil e a privatização da universidade pública. A tese de seu ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, sobre a não prioridade da universidade pública é explícita, como veremos abaixo.

Como classe, tão logo Luiz Inácio Lula da Silva assumiu poder, em 2005, 14 dos maiores grupos econômicos do país organizaram o movimento Todos pela Educação, que, com mais 18 parceiros formados por institutos privados e fundações, disputou a educação básica pública nos municípios e estados e as diretrizes da política educacional no interior do MEC. O município e o estado do Rio de Janeiro foram laboratórios do Todos pela Educação, que interessa ao mercado.

A outra face, formada por grupos de extrema direita, apresenta como nunca suas defesas ao credo da soberania do mercado, mas

com os ingredientes das teses homofóbicas e racistas, bem como o estímulo à violência e o ódio ao pensamento divergente dos pobres e do pensamento crítico. No campo da educação, parte dessa face organizou, em 2005, o movimento Escola Sem Partido e, desde 2015, busca transformá-lo em lei pelo Projeto de Lei nº 867/2015. Ela é uma esfinge mais violenta e perigosa e já está em curso, ameaçando ou intimando reitores, como nos casos da UFRJ, da UERJ e do Colégio Pedro II. Seus adeptos do Ministério Público e da polícia soberana são os paladinos dessa pedagogia da coação e do medo.

Essas duas faces do golpe conjugam a PEC 55 e as reformas da previdência e trabalhista sob o argumento de que são a única alternativa à crise; procedem ao desmanche do ensino médio público e de universidades públicas em duas frentes — mediante um conhecimento mínimo e pragmático e a privatização célere. Nada mais real a esse respeito do que a síntese de Florestan Fernandes (1997, p. 230) sobre a relação entre dominação econômica e educacional: “A dominação imperialista não deixa claros. Ao fechar o tempo histórico no plano da economia, ela também fecha o tempo histórico no plano da cultura”.

Não por acaso, a equipe que de fato dirige a economia e a educação é a continuidade do governo Fernando Henrique Cardoso, agora com as armas do autoritarismo. As medidas econômicas contra a classe trabalhadora são de tamanho desatino que a fala de Henrique Meirelles em Davos foi rebatida pela diretora-geral do FMI, Christine Lagarde, que *realçou a importância do combate à desigualdade, não apenas como questão moral, mas também como essencial para a consolidação do capitalismo*.²

No campo da educação, Paulo Renato de Souza, se vivo estivesse, certamente seria o ministro escolhido. Como já não vive, sua equipe

2 NASSIF, Luis. “FMI contradiz Meirelles e afirma que prioridade deve ser combate à desigualdade”. *Jornal GGN*, 21 jan. 2017. Disponível em: <http://jornalggm.com.br/noticia/fmi-contradiz-meirelles-e-afirma-que-prioridade-deve-ser-combate-a-desigualdade>. Acesso em: 29 jan. 2017.

é que, de fato, administra o MEC, que tem um ministro postiço. Maria Helena Guimarães de Castro comanda o MEC, seguindo apoiada nas teses de economistas, como as de Edmar Bacha, defensor do ensino superior integralmente pago, e de Claudio de Moura Castro, confesso defensor da dualidade educacional. Tão logo assumiu a pasta, Paulo Renato expressou para a educação aquilo que foi regra na economia: a venda do país e o aprofundamento do capitalismo dependente. O trecho abaixo, da revista *Exame*, sintetiza o que o ministro proclamou logo ao tomar posse e que seguiu, mas com forte resistência, ao longo dos oito anos de seu mandato.

Segundo o ministro, a ênfase no ensino universitário foi uma característica de um modelo de desenvolvimento auto-sustentado desplugado da economia internacional e, hoje, em estado de agonia terminal. Para mantê-lo, era necessário criar uma pesquisa e tecnologia próprias, diz Paulo Renato. Com a abertura e globalização, a coisa muda de figura. O acesso ao conhecimento fica facilitado, as associações e joint ventures se encarregam de prover as empresas dos países como o Brasil do know-how que necessitam. 'Alguns países, como a Coréia, chegaram a terceirizar a universidade', diz Paulo Renato. 'Seus melhores quadros vão estudar em escolas dos Estados Unidos e da Europa. Faz mais sentido do ponto de vista econômico' (*Exame*, 1996, p. 46).

Se na década de 1990 havia um campo de esquerda e forças sociais democráticas mais amplas na resistência — o que impediu o desmonte total dos campos da educação e saúde —, agora as forças golpistas têm maior organicidade de classe e, ao contrário, uma esquerda dividida e cada vez isolada. O desmanche da universidade pública e do ensino médio público tem um roteiro e um tempo: vinte anos de nenhum investimento a mais que a inflação (oficializada) do passado. Um figurino para as universidades públicas federais, institutos federais de educação, ciência e tecnologia e para as universidades estaduais. Na verdade, uma dupla barreira se fecha para aqueles grupos da classe trabalhadora que, nos últimos 15 anos, por políti-

cas de inclusão, tiveram acesso ao ensino público superior gratuito: barreira ao conhecimento e ao trabalho complexo.

A crise do estado do Rio de Janeiro e a UERJ expressam o modelo que servirá para o conjunto dos estados e de suas instituições públicas. Vale ressaltar: por vinte anos, seguirão a PEC 55 e nenhum dinheiro a mais para a esfera pública. Com efeito, o acórdão da austeridade da PEC, que envolve o parlamento, o Poder Judiciário e o Poder Executivo, apoiado pela grande mídia, é pressuposto para suspender unicamente por três anos os juros da dívida do estado do Rio de Janeiro com a União, mas com a contrapartida que, além de não ter mais investimento em educação, saúde e serviços públicos, a crise e a dívida do estado têm de ser assumidas pelos trabalhadores do serviço público.

A contrapartida, para que logo adiante haja dinheiro para pagar a União, o dever de casa implica: liquidação total do patrimônio público do estado do Rio de Janeiro; fim de novos concursos e cortes de gratificações; aumento da alíquota do INSS de 11% para 14% eternamente e, por três anos, da alíquota de 22% — mas que, por qualquer razão, podem ser prorrogados. Como possibilidade real posta pelo ministro Meirelles em entrevistas logo após assumir o comando da defesa dos interesses do capital, o pacote da austeridade poderá incluir temporariamente o corte linear de salários. Para elucidar a possibilidade, lembrou o caso da Grécia e de Portugal. Não por acaso, seguindo a cultura mimética da classe dominante, migraram da palavra “ajuste” para “austeridade”.

Como considerações finais e a título de buscar caminhos de construção de amplas forças sociais capazes de frear essas medidas econômicas de consequências sociais genocidas, alguns pontos que nos interpelam como professores, pesquisadores, estudantes de pós-graduação e de graduação.

Um primeiro ponto é perceber que todos os golpes de Estado e ditaduras foram feitos contra os direitos da classe trabalhadora

e com o objetivo de resguardar os lucros do capital nas suas faces interna e externa. O que tem de novo neste golpe é uma crise mundial do capital e uma voracidade e rolo compressor sobre os direitos dos trabalhadores sem precedentes. Os direitos sociais e subjetivos postos na Constituição de 1988, muitos nem sequer regulamentados, são o alvo do atual golpe.

Uma tarefa que nos compete é de desmontar, o mais compreensível e didaticamente possível, a mentira de que a única alternativa à crise é o sangue e o fígado dos trabalhadores. É mostrar, por outro lado, que, se a corrupção deve ser combatida, ela é da essência do capitalismo. Mas a maior corrupção não é a propina, e sim a sonegação de impostos pelas grandes corporações econômicas. Várias análises mostram que as dívidas por sonegação e isenção fiscal — o caso do Rio de Janeiro é emblemático aqui — seriam suficientes para resolver a crise da previdência, da saúde e da educação. Mas pode-se ter um país mais justo e com menos desigualdade taxando as grandes fortunas, criando impostos progressivos, como a maioria das democracias sólidas possuem, fazendo a auditoria da dívida pública, pois nela reside um roubo legalizado. Por que não se aplica austeridade ao sistema financeiro? Cabe, de igual modo, questionar a brutal assimetria entre os salários do setor público entre Judiciário, parlamento e trabalhadores do Poder Executivo. Uma absurda desigualdade em nome da autonomia dos poderes.

No campo específico da crise da educação e da saúde, nosso desafio é mostrar que essa não é uma causa única dos trabalhadores desses setores, mas da classe trabalhadora — em particular, das esferas mais pobres. Para esferas da classe média, que cada dia embarcam mais na tese do ódio aos “petralhas” e aos “mortadelas”, cabe-nos mostrar que, se o golpe continuar, suas políticas genocidas poderão levar a convulsões e revoltas coletivas que os atingirão frontalmente.

Criar forças sociais amplas que possam se contrapor ao golpe de Estado e a suas políticas genocidas pressupõe, do campo de esquerda, o mínimo da unidade que teve para enfrentar a ditadura

empresarial militar e os anos da doutrina neoliberal da era Cardoso, que retornam potenciados. Isso é tão mais crucial pelo fato de que a classe dominante brasileira, em suas “facções” de direita e extrema direita e na sua pluralidade, ganhou organicidade para o objetivo histórico que lhe é comum, objetivo este sintetizado pelo filósofo Leandro Konder na volta de seu exílio, ao ser perguntado como definia a direita brasileira.

O pluralismo da direita pressupõe uma *unidade substancial, profunda, inabalável*: todas as correntes conservadoras, religiosas ou leigas, otimistas ou pessimistas, metafísicas ou sociológicas, moralistas ou cínicas, cientificismo ou místicas, concordam em um determinado ponto essencial. Isto é: *impedir que as massas populares se organizem, reivindicuem, façam política e criem uma verdadeira democracia* (1979, p. 4, grifos meus).

Cabe a nós, então, dentro do largo campo que define a esquerda brasileira — em seu pluralismo ideológico, estratégico e tático de luta, em nossos sindicatos, partidos políticos, instituições científicas e culturais, movimentos sociais e culturais —, a tarefa ética e política de, com extrema generosidade humana, buscar uma unidade substancial, profunda e inabalável nas tarefas de, primeiro, derrotar o golpe no detalhe e no todo e retomar o Estado de direito. O passo seguinte, avançar na construção de um projeto societário-democrático, sabendo que, no capitalismo, os limites são enormes. Sem alargar o campo democrático e as conquistas das massas da educação e da cultura que as vacinam contra as manipulações, a alternativa para a uma sociedade socialista sustentável é ilusão.

Daí, decorre-se que a tarefa é se contrapor, derrotar o golpe e salvar a esfera pública — único espaço dos direitos universais —, a escola e a universidade públicas e o conjunto dos serviços públicos; o desafio é angariar um campo de forças sociais mais amplas do campo da esquerda. Forças estas que têm de ser convencidas, mesmo aquelas que foram induzidas pela manipulação e apoiam o golpe, de que o

desmanche da esfera pública as atingirá frontalmente. A diretiva de Bertolt Brecht de que, na análise teórica, devemos fazer o caminho todo, mas, na luta política, um passo de cada vez, parece-nos adequada. E o primeiro e fundamental passo é derrotar o golpe. Nosso horizonte de luta não é o ódio, mas a justiça.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *Meios sem fim: notas sobre a política*. Belo Horizonte; São Paulo: Autêntica, 2015.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. 4 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CANDIDO, Antonio. "O caráter da repressão, segundo Antonio Candido". *Jornal Opinião*, Rio de Janeiro, jan. 1972. Disponível em: <http://outraspalavras.net/brasil/o-carater-da-repressao-segundo-antonio-candido/>. Acesso em: 29 jan. 2017.

FERNADES, Florestan. *Marx-Engels: história*. São Paulo: Ática, 1989.

———. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

———. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

———. *A sociologia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1977.

KONDER, Leandro. "A unidade da direita". *Jornal da República*, São Paulo, 20 set. 1979, p. 4.

NASSIF, Luis. "FMI contradiz Meirelles e afirma que prioridade deve ser combate à desigualdade". *Jornal GGN*, 21 jan. 2017. Disponível em: <http://jornalgnn.com.br/noticia/fmi-contradiz-meirelles-e-afirma-que-prioridade-deve-ser-combate-a-desigualdade>. Acesso em: 29 jan. 2017.

REVISTA EXAME. São Paulo: Abril, v. 30. n. 15, 17 jul. 1996, p. 46.

VERÍSSIMO, Luis Fernando. "Ódio". *O Globo*. Rio de Janeiro, 25 jun. 2015. Caderno de opinião. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/opiniaio/odio-16546533#ixzz3eAZnOCwa>. Acesso em: 28 jan. 2017.



NA DURA POESIA CONCRETA DOS NOSSOS DIAS: UERJ RESISTE, E EXISTE

Simone Ricco

*Ciência? Consciência? Pó que a estrada deixa
E é a própria estrada, sem a estrada ser.
É absurda a oração, absurda a queixa.
Resignar(-se) é tão falso como ter. [...]
Ir é ser. Não parar é ter razão.*

- Fernando Pessoa

COM POESIA INICIO MINHA BREVE REFLEXÃO sobre os caminhos percorridos pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro em seis décadas de atuação na educação pública brasileira. Um constante movimento de lutas daqueles que não desejam se resignar diante dos absurdos observados na educação.

O poema “Qualquer caminho leva a toda parte”, de Fernando Pessoa, sugeriu pensar a importância da UERJ para a caminhada de muitos sujeitos, dentro e fora da universidade. Inseridos no texto, na ciência e na consciência, são signos de significado muito importante na luta por modelos de educação que instituem, de fato, o ensino público de qualidade buscado e defendido pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro durante seu trânsito por diferentes contextos da educação pública no estado e no país.

A partir da história da UERJ, resgato na memória social e afetiva alguns episódios preciosos para a interlocução com aqueles que estão fora dos muros da universidade, especialmente os estudantes da rede pública, que hoje fazem parte do meu caminho como docente, iniciado após anos de trabalho e aprendizagem como técnica-administrativa na UERJ. Nas ruas e na sala de aula, observo os

desconhecimentos e as distorções da universidade pública tomarem vulto, criando ruídos na compreensão sobre a importância do ensino superior público e favorecendo a empatia por uma educação distanciada do pensamento crítico. A visão distorcida por narrativas negativas invadiu o senso comum e irrompe na sala de aula em falas raivosas contra as cotas e em descaso pela universidade pública, descrita por um dos meus alunos como um “ensino realizado em prédios quebrados e com poucas aulas por causa das greves”.

Disposta a não me silenciar diante das falas e dos discursos obscuros contra a universidade, tomo a proposta de inteligibilidade traçada por Michel Paty, para quem “um dos principais objetivos da ciência é mostrar que o mundo é inteligível pela razão humana” (2005, p. 1). Com tal intuito, cada sessão discorre sobre aspectos que tornem mais compreensível a percepção da UERJ como patrimônio cultural, que defendemos com nosso abraço simbólico.

Abraçar e cuidar da universidade pública se mostra ainda mais necessário no atual contexto, descrito pelo historiador e pensador pós-colonial Achille Mbembe em seu artigo “A era do humanismo está terminando”, publicado originalmente no sítio do *Mail & Guardian* e traduzido por André Langer:

Nesta nova paisagem, o conhecimento será definido como conhecimento para o mercado. O próprio mercado será reimaginado como o mecanismo principal para a validação da verdade. Como os mercados estão se transformando cada vez mais em estruturas e tecnologias algorítmicas, o único conhecimento útil será algorítmico. Em vez de pessoas com corpo, história e carne, inferências estatísticas serão tudo o que conta. As estatísticas e outros dados importantes serão derivados principalmente da computação. Como resultado da confusão de conhecimento, tecnologia e mercados, o desprezo se estenderá a qualquer pessoa que não tiver nada para vender. (Mbembe, 2017).

Inventário afetivo

A visibilidade dos bens materiais e imateriais construídos pela UERJ consiste em um “mecanismo para a validação da verdade” sobre essa instituição de ensino. Nosso inventário começa em 1950, momento do anúncio da Universidade do Distrito Federal (UDF), criada com o agrupamento de quatro escolas já existentes: a Faculdade de Ciências Médicas, a de Ciências Jurídicas, a de Ciências Econômicas e a de Filosofia. Tratava-se da retomada de um antigo projeto de educação superior iniciado por Anísio Teixeira (1900-1971), jurista, intelectual e escritor brasileiro. Anísio, defensor da oferta de educação pública a todos, se destacou como educador e foi reconhecido como o criador da escola pública brasileira. Ele via o mundo sob a ótica do pragmatismo, por isso acreditava nele como um espaço em transformação, que exigia a formação de homens conscientes e preparados para enfrentar questões resultantes da revolução provocada na vida moderna pelas ciências, pela tecnologia e pela democracia.

Levando em consideração esse olhar, em 1952 aconteceu a aula inaugural da UDF. Em 1958, com a mudança de nome para Universidade do Rio de Janeiro (URJ), só então a instituição se tornou 100% pública. Na década de 1960, com a transferência da capital do país para Brasília, outra mudança: Universidade do Estado da Guanabara (UEG). Jornais da época registram a primeira grande crise financeira da instituição, vivida em 1964. À época, o reitor Haroldo Lisboa da Cunha declarou ao jornal *O Globo* que “sem verbas públicas a UEG fecharia”. No entanto, trilhando sentido oposto, a universidade resistiu e articulou a construção do campus Maracanã a partir de 1965, após a remoção dos moradores da Favela do Esqueleto.

No decorrer das décadas seguintes, a UERJ passou a atuar em seis municípios, com campi nas cidades de Rio de Janeiro, Duque de Caxias, São Gonçalo, Ilha Grande, Nova Friburgo, Teresópolis e Resende. Outras unidades importantes para a aprendizagem dos

alunos em formação são o Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE) e a Policlínica Piquet Carneiro (PPC), ambos em Vila Isabel; o Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp), no Rio Comprido; e a Escola Superior de Desenho Industrial (ESDI), na Lapa.

Em muitos desses espaços, as práticas de aula e estágios oferecem atendimento para a comunidade. Por meio de atividades artísticas, esportivas e de pesquisa nas bibliotecas, a universidade acolhe pessoas vindas de diversos pontos da cidade, do país e do mundo, estimulando intercâmbios culturais, formação de pessoas e aprendizagem. Novos saberes resultantes dos estudos realizados contribuem com a formação de sujeitos desafiados a lidar com as revoluções apontadas por Anísio Teixeira no começo do século XX e intensificadas neste século, em que a tecnologia impera no cotidiano, novas ciências entram em cena e a democracia é achatada face às pressões da economia, impostas pelos pacotes do Banco Mundial.

Imagem e(m) crise

A mídia tem um papel central na (des)construção da imagem da UERJ na opinião pública. Em jornais da década de 1980, a crise instaurada no estado e a falta de repasse de verbas para UERJ foram notícias frequentes. Na transição para a década de 1990 houve muitas denúncias de falta de manutenção estrutural, bem como de pagamento de técnicos-administrativos, docentes e terceirizados. A leitura das denúncias sofreu influência da perspectiva neoliberal em crescimento no Brasil, formulada no pensamento de Milton Friedman e Friedrich Hayek durante a crise econômica vivida nos anos 1960, de acordo com a qual o estado é culpado pela crise.

No início dos anos 2000, o crescimento do pensamento neoliberal sofreu embates. Redes sociais inseridas na rotina serviram de vitrine para ideias e ideais que caminhavam em direções opostas. A primeira eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou a vitória da esquerda, possível em parte graças à articulação dos

movimentos sociais, em grande medida engrossada por professores, alunos e demais atores envolvidos com o pensamento crítico e as reivindicações de direitos estreitados pela visão neoliberal. O panorama configurado favoreceu as reflexões sobre reparações necessárias em nossa sociedade colonial desigual, e é nesse período que surge o sistema de cotas da UERJ, tema da reflexão final deste texto.

O ano de 2015 enfatizou o processo de precarização com sucessivos cortes de verbas na educação. Pesquisas, bolsas e serviços de terceirizados foram diretamente golpeados. Na longa escalada do sucateamento, muitas vezes professores e docentes usaram o direito de greve, previsto na Constituição. Na mídia, não faltaram narrativas sobre os prejuízos da greve na vida dos alunos, os mesmos alunos diretamente prejudicados pelo desmonte promovido pelo estado e pela tendência à privatização, subliminarmente incentivada pela mídia.

São escassas as menções aos frutos da resistência de docentes e funcionários que, em meio às lutas políticas e trabalhistas travadas nesta década, construíram excelência em pesquisas e ações realizadas em diversas graduações e pós-graduações. A inauguração do Centro Universitário de Controle do Câncer (CUCC), unidade do HUPE, em 2002, ilustra essa construção de espaços de excelência em pesquisas, que se uniu a outras ações e resultados de desempenho de alunos, posicionando a UERJ em 11º lugar entre as melhores universidades do Brasil.

Com monumental posição para uma instituição confrontada com obstáculos em diversas áreas, a UERJ remete ao que nos diz Walter Benjamin em uma de suas teses, muito lidas no espaço acadêmico: “todo monumento de cultura é também um monumento de barbárie”. Analogia muito propícia para pensar o ano de 2016, vivido sob impacto da barbárie crescente no estado do Rio de Janeiro, falido em função da bárbara corrupção de seus gestores.

Nesse ano, o golpe institucional brasileiro abriu precedentes para arbitrariedades jurídicas e afrontas aos direitos observadas em

âmbito estadual. A narrativa do sacrifício ganhou espaço no discurso oficial e na mídia. Em pouco tempo ficou claro que os maiores sacrificados eram os segmentos populares e, no Rio de Janeiro, grande parte dos funcionários públicos estaduais, atingidos pelo não pagamento dos vencimentos. O pronunciamento de uma liderança parlamentar planta a verdade que se quer hipostasiar: “o estado não tem condições de bancar a UERJ”. A resolução sugerida do problema é a federalização de uma instituição que representa o investimento do estado na educação de nível superior. Um investimento alto, que resulta em transformações no capital humano da cidade e atua no enfrentamento de desigualdades que fizeram do ensino superior público um espaço elitizado e embranquecido.

Cotas de resistência

A consciência acerca de questões sociais e históricas que dificultam a igualdade de condições de acesso ao ensino superior motivou a criação do sistema de cotas implementado na UERJ em 2001, primeiro programa de cotas brasileiro.

Hoje, 16 anos depois, 183 instituições no Brasil instituíram as cotas sociais e raciais. Durante esse período, impasses e avanços atravessaram a experiência das cotas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. As dificuldades provocadas por cortes e atrasos nas verbas atingiram ações necessárias para a manutenção do acesso de cotistas aos cursos. Esses alunos ingressaram no ensino superior gratuito e de qualidade, ocupando vagas tradicionalmente preenchidas por alunos com renda familiar mais alta, e o fato incomodou os grupos que sempre tiveram o privilégio de disputar entre si as vagas “abertas a todos” e sempre ocupadas por estes.

A mudança promovida pelas cotas gerou contradiscursos, criados para desqualificar o sistema de cotas e os cotistas. Mídias impressas e sociais questionaram a validade e a justiça das cotas, com claro propósito de rotulá-las como injustiça aos não cotistas, com base

na ideia de igualdade e no argumento de que o sistema subestima a inteligência e a capacidade dos afrodescendentes e indígenas. Além desses recursos discursivos, recursos judiciais vêm sendo usados para inviabilizar as cotas no ensino superior público. Tal como assinalado na poesia, “é absurda a queixa”, por isso “resignar-se” é inaceitável. Portanto, a UERJ luta.

O sistema de cotas é um capítulo muito bonito e historicamente importante na resistência e existência da UERJ, é medida importante para o enfrentamento das desigualdades sociais em um país que conserva o pensar colonial, atrelando negros e indígenas à hierarquia estabelecida pela sociedade colonial. No entanto, parte significativa da mídia segue desqualificando o sistema de cotas. Um exemplo está disponível em uma matéria no portal *G1*, de 23 de janeiro de 2013: “candidatos classificados no vestibular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) pela cota para alunos de escola pública não teriam sido aprovados na disputa sem reserva de vagas em 40,3% dos cursos”. A denúncia da “falta de mérito” para ocupar as vagas corrobora fragilidades da educação pública na formação de alunos aptos a competir em igualdade de condições com aqueles que têm o privilégio de acesso aos melhores colégios, entre os quais constam poucos colégios da rede pública.

Um discreto número de publicações torna conhecidos os inegáveis resultados positivos das cotas. Em abril de 2013, a revista *IstoÉ* (2013) produziu um panorama dos resultados das cotas raciais no Brasil, afirmando que a “política de inclusão de negros nas universidades melhorou a qualidade do ensino e reduziu os índices de evasão. Acima de tudo, está transformando a vida de milhares de brasileiros”.

O considerável número de ex-cotistas que vão, aos poucos, ocupando lugares não subalternos após a formação confirma a certeza de que é preciso ocupar e resistir, e disso sabem bem aqueles que sustentaram esse grito nas ocupações vistas na educação pública brasileira. Fortalecem essa certeza os que hoje se mobilizam de algum

modo, enfrentando distorções de diversas ordens, e, como no verso do poema que inicia este texto, permanecem na luta em defesa da UERJ e do ensino público e de qualidade, com a certeza de que, neste processo, não parar é ter razão.

Referências

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. Trad.: Sergio Paulo Roaunet. São Paulo: Braziliense.

G1. “EM 40% dos cursos da UERJ, cotista não passaria na ampla concorrência”. 23 jan. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2013/01/em-40-dos-cursos-da-uerj-cotista-nao-passaria-na-ampla-concorrencia.html>. Acesso em: jan. 2017.

LOPES, Teresa Rita. *Pessoa por conhecer: textos para um novo mapa*. Lisboa: Estampa, 1990.

MBEMBE, Achille. “A era do humanismo está terminando”. *Instituto Humanitas Unisinos*, 24 jan. 2017. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/564255-achille-mbembe-a-era-do-humanismo-esta-terminando>. Acesso em jan. 2017.

PATY, Michel. “Intelegibilidade racional e historicidade”. *Estudos Avançados*, São Paulo, maio/ago. 2005, v. 19, n. 54, pp. 369-390.

SEGALLA, Amauri et al. “Por que as cotas raciais deram certo no Brasil”. *IstoÉ*, 5 abr. 2013. Disponível em http://istoe.com.br/288556_POR+QUE+AS+COTAS+RACIAIS+DERAM+CERTO+NO+BRASIL/. Acesso em jan. 2017.



O MITO DO AUTOFINANCIAMENTO DA UERJ COMO ESTRATÉGIA PARA O AUMENTO DA EXPROPRIAÇÃO DO FUNDO PÚBLICO NO RIO DE JANEIRO

Deise Mancebo
Guilherme Abelha &
Rodrigo dos Reis

Assistir à derrocada da UERJ, uma das melhores universidades do país, com méritos em quase todos os campos do saber e da pesquisa, a primeira a abrir-se à política de cotas face à carência de pobres e negros, é aceitar que se mate a seiva da criatividade e se feche o horizonte de um futuro da atual geração de estudantes e de professores.

–Leonardo Boff (professor aposentado da UERJ)

Introdução

A CRISE VIVIDA PELA UNIVERSIDADE do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) é dramática!

Até o fechamento deste texto, as atividades de 2017 ainda não haviam reiniciado e as razões para tal são diversas. Os servidores técnico-administrativos e docentes estão com salários atrasados, ademais, como boa parte do funcionalismo do estado do Rio de Janeiro. Durante os anos de 2015 e 2016, os trabalhadores terceirizados (limpeza, segurança, ascensoristas e manutenção) desempenharam suas funções com salários atrasados. Em 1º de junho de 2016, cerca de quinhentos trabalhadores da limpeza foram demitidos sem receber os passivos trabalhistas a que tinham direito. Novas empresas de limpeza foram contratadas no final de 2016, contudo,

apesar de acordado, os pagamentos empenhados pela universidade não foram efetuados por parte da Secretaria de Fazenda do governo estadual, levando à interrupção do serviço. Diversas bolsas estão em atraso: residência, PROCIÊNCIA, PROATEC, iniciação científica, extensão, além das bolsas de permanência dos cotistas, o que afeta em torno de nove mil estudantes. Como a crise também afeta a FAPERJ, muitos programas de pesquisa sediados na instituição nada receberam dos financiamentos que deveriam ter sido repassados no último ano, impactando muitas das atividades programadas e a formação de estudantes, sobretudo de pós-graduação.

Adicionalmente, é grande a deterioração das condições de trabalho e estudo devido à falta de limpeza, à escassa coleta de lixo, à vigilância insuficiente e à praticamente ausente manutenção dos prédios. O bandeirão do Maracanã encontra-se fechado, diante de uma dívida de R\$ 2 milhões referente a oito meses de pagamento.

Por fim, uma das situações mais dramáticas: a redução de leitos no Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE) que, sem recursos, reduziu seus mais de 500 leitos a apenas 92, o que tem prejudicado aulas práticas e, principalmente, o atendimento à comunidade. Para dar a dimensão da importância do HUPE é preciso dizer que se trata de um hospital de alta complexidade, referência no tratamento de doenças graves e na realização de transplantes de órgãos, dentre outras especialidades.

Diante desse quadro, a própria administração da universidade reconhece a ausência de condições para o início de 2017. Na base de toda essa situação, o financiamento da universidade é o mote central!

O financiamento da universidade e a crise do estado do Rio de Janeiro

O financiamento da universidade é um problema que se arrasta por muitos anos. A UERJ esteve frente a uma solução, em 1989, em função da promulgação do parágrafo primeiro do artigo 309 da

Constituição Estadual do RJ, que garantiria à universidade o mínimo de 6% da receita tributária líquida do estado repassados em duodécimos. Contudo, este artigo jamais vigorou por ter sido alvo de ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal. O julgamento liminar, referendado somente em 26 de maio de 2010, pelo pleno do Tribunal, considera que tal vinculação restringe a competência do poder executivo para a elaboração das leis orçamentárias.

Infelizmente, a análise da série histórica do financiamento da UERJ superaria o escopo deste trabalho. Apresentaremos, portanto, uma breve análise somente do ano de 2016, o ano em que a situação se agravou vertiginosamente e no qual o governo estadual deixou de pagar cerca de um terço dos valores liquidados pela UERJ dentro do Sistema de Inteligência em Planejamento e Gestão (SIPLAG) – software que gerencia os pagamentos do governo do RJ. Portanto, segundo dados fornecidos pela Diretoria de Administração Financeira da UERJ, em 2016, foram mais de R\$ 416 milhões em valores não pagos. A partir do início de 2017, o déficit acumulado deixa a universidade inviabilizada de desempenhar todas as suas funções a contento.

Detalhando a situação, merece esclarecer que o orçamento da universidade é, inicialmente, preparado no Conselho Universitário, após criteriosa consulta a suas diversas unidades, comportando despesas de custeio, investimento e pessoal.

Da universidade, o orçamento é encaminhado para a Assembleia Legislativa (ALERJ), que operou, em 2016, um corte de 16%. O governo do estado, todavia, deixou de repassar 31,2% dos valores liquidados, fazendo a UERJ amargar, somente com serviços de manutenção das atividades operacionais (limpeza, segurança e manutenção), uma dívida que está em mais de R\$ 75 milhões, mais da metade dos valores liquidados. Só em pessoal, ficaram pendentes R\$ 324 milhões e mais de R\$ 15 milhões em bolsas para estudantes e docentes, impactando diretamente a possibilidade de permanência dos estudantes cotistas, além das atividades de pesquisa.

A argumentação oficial do governo do estado recai sobre a crise econômica pela qual passa o estado, em função do aumento dos gastos públicos, e especialmente dos gastos com o funcionalismo público. O serviço público estadual, contudo, sabe da inveracidade desse discurso, uma vez que os seguidos governos do RJ, sobretudo os do PMDB, são inflexíveis em termos de estabelecer processos de recomposição salarial. Somente para ilustrar, o último reajuste linear concedido aos docentes da UERJ foi conferido no ano de 2002. Ainda assim, com base num discurso que culpabiliza a redução dos royalties do petróleo, a crise econômica, o falacioso superdimensionamento da folha de pagamento – além do “temível” déficit da previdência –, em junho de 2016, foi decretado o estado de calamidade no estado do Rio de Janeiro!

Precisamos enfatizar que nenhuma iniciativa consistente de aumento da receita foi tomada pelo governo estadual. Apesar do aumento das alíquotas de alguns impostos, medida que pode ter efeito reverso no atual cenário de crise, o governo não cogita fazer a cobrança da dívida ativa, nem rever desonerações fiscais, nem auditar a dívida pública acumulada pelo estado, tampouco aplicar políticas de combate à sonegação.

Nesse contexto de crise de financiamento, voltam a circular, com força, os discursos que dizem que o ensino superior público é muito caro, e as saídas apresentadas para “remendar” esse quadro são diversas. Para as universidades estaduais do RJ, emergem, as “antigas” propostas de autofinanciamento da universidade, seja mediante (1) a doação de ex-alunos e a filantropia, (2) a cobrança de mensalidades e/ou (3) a venda de seus produtos, incluindo a produção de conhecimento direcionado ao mercado. Vejamos cada uma dessas situações.

(1) A doação de ex-alunos e a filantropia

A menção que fazemos a essa alternativa – simplista e descontextualizada – deve-se tão somente à grande repercussão de um artigo do

ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, publicado no jornal *O Globo*, em 14 de janeiro de 2017. Dando vazão a ideias que acalenta há muito tempo, o ministro, aproveitando-se da crise vivida pela UERJ, defendeu um modelo de financiamento privado para as universidades públicas brasileiras nos moldes norte-americanos. Conforme o ministro: “A crise da UERJ revela não apenas a falência do estado do Rio, mas também de um modelo de financiamento da universidade do Brasil”, e continua defendendo que “Precisamos conceber uma universidade pública nos seus propósitos, mas autossuficiente no seu financiamento”, capaz de atrair filantropia e doações dos ex-alunos. O texto conclui que “O orçamento público tem que ser, prioritariamente, para o ensino fundamental e médio”.

Cabe destacar que a matéria em questão não responsabiliza, em nenhum trecho, as administrações estaduais pelo sucateamento da universidade. Adicionalmente, é simplista, desinformada quanto aos custos de uma instituição desse porte, desconsidera nossa *formação histórica, cultural, socioeconômica, e, o que é mais disparatado para um membro do STF: NOSSA PRÓPRIA CONSTITUIÇÃO!*

(2) A cobrança de mensalidades

Outra alternativa que sempre retorna, quando se aborda o autofinanciamento da universidade, diz respeito ao pagamento de mensalidades, pelo menos da parte dos estudantes mais ricos.

Aqui o argumento central é o de que o acesso à universidade pública é elitizado, o que não deixa de ser verdade mesmo com a ampla cobertura da política de cotas. Todavia, “se o acesso à universidade ainda é elitizado, cabe democratizá-lo, não partir desse veredito para elitizá-lo ainda mais. O fato de que alguns não tenham acesso a direitos não deve fazer com que esses direitos passem a ser considerados privilégios, mas nos incentivar a lutar para que todos possam usufruir deles” (Miguel, 2017).

Na realidade, a proposta de cobrança de mensalidade esconde a discussão principal: nossa carga tributária é muito mal distribuída,

em benefício dos que já são privilegiados. “O problema não é que os ricos não pagam pela universidade, é que pagam muito menos imposto do que deveriam. Isso não quer dizer que os mais ricos não devam pagar pela educação. Mas devem pagar pela educação de todos, por meio da taxaçoão progressiva” (Miguel, 2017).

Para esse mesmo autor, são duas as vantagens do financiamento público do ensino superior.

Em primeiro lugar, ele garante que os pobres terão seu lugar sem discriminação. Caso se adotasse um sistema misto, como em geral é proposto, com ricos pagando e os pobres não, o interesse das universidades seria atrair a clientela mais abastada que conseguissem. Afinal, os estudantes ricos seriam receita e os pobres seriam despesa. [...] O segundo motivo é que o financiamento público deixa claro a quem deve servir a universidade: ela deve servir à sociedade. A sociedade financia, a fim de receber, em troca, a contribuição daqueles que se formam.

As injustiças do ensino superior brasileiro não se resolvem elitizando-o ainda mais. O caminho deve ser oposto: a democratização e a expansão, com vistas à oferta universalizada pública e gratuita. A gratuidade é, portanto, parte fundamental do processo de democratização do acesso à educação superior. A permanência é a outra face da mesma moeda, exigindo moradias universitárias, refeições subsidiadas, mais bolsas, mais mecanismos que facilitem que os mais pobres prossigam seus cursos.

(3) A produção de conhecimento direcionado ao mercado

Outro mito que é alimentado pelo senso comum é o de que a universidade pode ser financiada através de prestação de serviços ao mercado. Isso nos leva a observar o tipo de contratos que são logrados pelas universidades, sobretudo, na área tecnológica.

As unidades acadêmicas que prestam serviços de pesquisa a empresas, muitas vezes, arrecadam recursos com essa modalidade

de atividade. Contudo, os valores arrecadados pela universidade correspondem a um *overhead* de 10% a 15% do valor do investimento privado direto na execução do projeto. Dessa forma, a UERJ teria que realizar projetos de um montante superior a 10 bilhões de reais anuais para que a venda de conhecimentos pudesse substituir o orçamento público. Tudo isso num cenário de crise, no qual é bastante pouco provável que o setor empresarial esteja buscando parcerias em produção de conhecimento.

Todavia, o principal problema dessa proposta refere-se à indução de concepções utilitaristas e instrumentais quanto à produção do conhecimento científico. Produziríamos o que é mais rentável, e essa entrada ostensiva da cultura empresarial na universidade, orientada para o mercado e o lucro, progressivamente, lhe custaria a perda da autonomia.

O “Pacote de Maldades” e o “Termo de Compromisso”

Como a crise atravessada pela universidade não lhe é específica e se abate sobre todas as instituições do estado do Rio de Janeiro, a solução apontada pelo governo não recaiu sobre nenhuma das alternativas anteriores. Foi um pacote de medidas mais gerais, alcunhado de “Pacote de Maldades”! Ele compunha-se de medidas bastante prejudiciais à população do RJ, como a extinção dos Restaurantes Populares, do Aluguel Social e programas de renda básica, o aumento do valor pago no Bilhete Único e limitações para o uso deste, o aumento do desconto previdenciário e o congelamento de aumentos para servidores e de gastos públicos até 2020.

A resistência dos trabalhadores e cidadãos foi grande e vitoriosa, e o Pacote de Maldades foi derrotado em parte considerável — cabendo destaque ao aumento do desconto previdenciário e ao congelamento de salários, retirados da pauta de votação da ALERJ.

Em seguimento, o ataque veio do governo federal em conjunto com o estadual, mediante a assinatura de um “Termo de



Compromisso”, em 26 de janeiro de 2017, envolvendo o governador do Rio, Luiz Fernando Pezão, e o ministro da fazenda, Henrique Meirelles. O termo prevê mudanças na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), e por isso também conta com o aval do Supremo Tribunal Federal.¹

O orçamento do estado aprovado pela ALERJ para 2016 apresenta uma previsão de déficit de R\$ 19 bilhões neste ano. No entanto, a estimativa do governo é de que o déficit acumulado poderá chegar R\$ 52 bilhões no fim de 2018. Nos próximos três anos, o acordo com o governo federal pretende zerar essas contas com o aumento de ICMS e outras medidas para melhorar a arrecadação; corte de despesas; enxugamento de secretarias e autarquias; um plano de demissão voluntária; aumento da contribuição dos servidores para a previdência – de 11% para 14%, mais uma “contribuição” compulsória de 8%, totalizando 22% de descontos nos salários do funcionalismo estadual nos próximos três anos; renegociação de dívidas e novos empréstimos. A Companhia de Águas e Esgotos (CEDAE) deverá ser privatizada,² entrando como garantia para os empréstimos, assim como está prevista a antecipação de *royalties* do petróleo.³

Todos reconhecem que esse rigoroso programa de ajuste é politicamente importante para o governo federal, pois servirá como um balão de ensaio e modelo que poderá ser usado em negociações com outros estados que se encontrem com as contas no vermelho.

1 Até o momento em que concluímos esse texto, o Termo de Compromisso não havia sido aprovado pelo Congresso Nacional e pela ALERJ.

2 Registre-se que a Companhia de Águas e Esgotos do Rio (CEDAE) é a empresa pública mais lucrativa do estado. Entre 2011 e 2015, rendeu mais de R\$ 1 bilhão aos cofres estaduais, segundo dados divulgados em seu balanço. Além de ser rentável, sua privatização pode representar aumento do custo dos serviços prestados e a demissão de muitos trabalhadores.

3 No Termo de Compromisso, ao menos a antecipação dos *royalties* está prejudicada! Conforme matéria publicada por Lauro Jardim, nO *Globo*, o Tribunal de Contas do Estado aprovou um relatório de inspeção no Fundo de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro (Rio Previdência), com a denúncia de que o Rio Previdência criou empresas em Delaware (paraíso fiscal nos Estados Unidos), que realizaram contratos de antecipação de receita com cláusulas inusitadas, como a de exigir prioridade no recebimento da dívida sobre a União ou reter 60% das receitas dos *royalties* de petróleo.

Como já afirmamos, todas essas medidas são sustentadas pela argumentação de que o estado é deficitário porque gasta demais, fazendo-se necessários esses ajustes. Todavia, outras explicações e outras “soluções” são possíveis.

Isenções fiscais e dívida pública

Diversos aspectos confluem para o déficit do estado, como a queda no preço do barril do petróleo, gastos obscenos com obras superfaturadas para os megaeventos, corrupção deslavada, a paralisação econômica (nacional) devido à crise política etc. Esses são fatores importantes, por certo, mas há pelo menos outros dois que são estruturais e merecedores de destaque: as isenções fiscais (melhor seria os *benefícios fiscais*) e a dívida pública.

As isenções fiscais

A concessão de benefícios fiscais está no centro dos debates sobre a falência do Rio de Janeiro em 2016, cercada por denúncias de ilegalidades, injustiças e negligências. Essa prática recorrente e aprofundada a partir do segundo governo de Sérgio Cabral demanda mais transparência e revisão das isenções.

Estudo assinado por um grupo de auditores fiscais da Receita do Estado do Rio de Janeiro que se identifica como Observatório dos Benefícios indica uma renúncia declarada de R\$ 185 bilhões num período de nove anos (2007 a 2015), e uma renúncia efetiva de R\$ 47 bilhões no mesmo lapso de tempo (Observatório dos Benefícios, 2016, p. 2).

Os dados do Observatório dos Benefícios foram analisados por Adriano Belisário e André Duchiate, jornalistas da *Pública*, e atestam que:

De 2007 para 2015, as isenções reconhecidas pelo governo saltaram de 13% para 29% da receita do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Mesmo com a crise, em 2017, quando completará uma década no comando do estado, o governo peemedebista prevê uma renúncia ainda maior que a deste ano, chegando a R\$ 9,1 bilhões. (Belisário e Duchiate, 2016a).

Para o Ministério Público, que investiga “irregularidades no acompanhamento e avaliação dos incentivos fiscais estaduais”, também não há dúvidas de que diversas renúncias ilegais de receitas são a principal razão para a crise econômica do governo, impondo-se algumas questões:

Qual o argumento para a concessão das isenções? Trazer investimentos para o Rio de Janeiro em um contexto de competição entre os estados, ou seja, quem concede mais benefícios atrai mais empresas. No entanto, não há dados sobre os investimentos trazidos ao Rio graças às isenções.

Por que há fortes argumentos de que são ilegais? A Constituição de 1988 estabelece que a concessão de isenção de ICMS por um estado deve ser feita de forma consensual, junto aos demais estados. Assim, a aprovação do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) é requerida a fim de evitar a “guerra fiscal” entre os estados da federação. Todavia, conforme Belisário e Duchiate (2016a):

[...] diversos estados concedem tais benefícios por meio de leis e decretos de forma unilateral e inconstitucional [...]. Em 2015, estavam em vigor 57 convênios federais, 59 decretos estaduais e 24 leis estaduais regulando as isenções de ICMS no Rio de Janeiro.

A dívida pública

A dívida pública do estado do Rio de Janeiro vem sendo estudada pelo Núcleo da Auditoria Cidadã do Rio,⁴ que busca a gênese de

⁴ Para mais detalhes, consulte o site do Núcleo, disponível em: www.auditoriacidada.org.br/nucleo-do-rio-de-janeiro-da-auditoria-cidada-da-divida/.

uma dívida de mais de R\$ 100 bilhões. Para esse grupo de analistas, a origem desse processo deve ser remontada aos anos de chumbo, quando o próprio governo federal incentivava o endividamento dos estados, com vistas à sustentação do “milagre econômico”.

A situação do pagamento foi-se agravando com o tempo e, nos anos de 1990, com a política de juros altos do Plano Real, o quadro complicou-se, forçando o refinanciamento das dívidas públicas. Por conta de acordos feitos nesse período, hoje, o maior credor do Rio de Janeiro é o governo federal.⁵

Conforme reportagem de Belisário e Duchiate (2016b):

Depois de uma década e meia de pagamentos, essas dívidas antigas com a União já ultrapassam R\$ 70 bilhões. As demais dívidas do estado não chegam a R\$ 35 bilhões. O crescimento de 1999 para cá se deve principalmente às taxas aplicadas (IGP-DI, mais 6% de juros), que aumentaram bastante acima da inflação.

Considerações finais

A crise da UERJ revela o desinteresse dos grupos dominantes pelo nosso patrimônio intelectual – e certamente está sendo vista como um laboratório para o desmonte do ensino superior público no restante do país.

Decididamente, tenta-se destruir uma instituição com forte vocação inclusiva, que detém muitos cursos noturnos, viabilizando a vida acadêmica do estudante-trabalhador e que foi a primeira universidade brasileira a adotar o sistema de cotas. Tenta-se aplacar uma comunidade de pesquisadores que, com extremas dificuldades, desenvolveu um amplo e diversificado parque de investigações. Atacam-se, diretamente, inúmeras famílias e cidadãos usuários do Hospital Pedro Ernesto e estudantes do Instituto de Aplicação Fernando

⁵ Na mesma época, o Rio de Janeiro assumiu os encargos financeiros do BANERJ. O banco estadual foi privatizado em 1997, mas seus R\$ 3 bilhões em dívidas, não. Essas e outras obrigações foram renegociadas pelo Rio de Janeiro em 1999, no valor total de R\$ 15 bilhões.

Rodrigues da Silveira (CAp/UERJ), uma escola de ensino fundamental e médio, pública e de excelência. Ofende-se uma instituição que, com orgulho e júbilo, homenageou e recebeu Fidel Castro, Pepe Mujica e Tom Jobim! Tudo isso e muito mais dão o tom diferencial da UERJ, que tentam liquidar ou privatizar.

Enquanto a UERJ sofre com ataques brutais impetrados pelo governo do estado em diversas frentes, a expropriação do fundo público estadual segue firmemente. Seja por conta dos benefícios fiscais generosos, seja por conta da falta de iniciativa em cobrar os devedores, seja em função da falta de interesse em auditar a dívida do estado, ou mesmo pelo superfaturamento das obras para os megaeventos que estão sendo revelados pela Polícia Federal. O que todas estas modalidades têm em comum é que não passam de formas de expropriação do fundo público em favor do capital privado, podendo qualificar o estado do Rio de Janeiro como um verdadeiro Robin Hood às avessas.

Tenta-se destruir, aplacar, atacar, ofender, privatizar... Contudo, esquecem o que mais impressiona nessa instituição: sua capacidade de resistir, forjando alianças da comunidade interna com a sociedade fluminense. Assim, a UERJ está sob o maior ataque de sua história, mas sua importância continua sendo afirmada por todos que a reconhecem como patrimônio do povo fluminense e do país! UERJ RESISTE!

Referências

BARROSO, Luís Roberto. “Por um novo modelo para financiar a universidade”. *O Globo*. 14 de janeiro de 2017. Disponível em: <http://oglobodigital.oglobo.globo.com/epaper/viewer.aspx?issue=e610201701140000000001001&page=8&article=f1f4cedf-6c14-4a77-9924-41ccafcf361f&key=uitT6wYO758W1O/kcwIOoA==&feed=rss&google=1>. Acesso em: 1º fev. 2017.

BELISÁRIO, Adriano e DUCHIADE, André. “Desconto bilionário concedido a empresas é fator-chave no rombo do Rio”. *Pública: Agência de Reportagem e Jornalismo Investigativo*. 24 nov. 2016a. Disponível em: <http://apublica.org/2016/11/auditoria-cidada-prepara-estudo-sobre-divida-do-rio/>. Acesso em: 4 fev. 2017.

_____. “Auditoria Cidadã prepara estudo sobre dívida do Rio”. *Pública: Agência de Reportagem e Jornalismo Investigativo*, 24 nov. 2016b. Disponível em: <http://apublica.org/2016/11/auditoria-cidada-prepara-estudo-sobre-divida-do-rio/>. Acesso em: 4 fev. 2017.

BOFF, Leonardo. *Crise da UERJ: governo está secando a seiva da vida intelectual e artística do Rio*. 25 jan. 2017. Disponível em: <https://leonardoboff.wordpress.com/2017/01/25/crise-da-uerj-o-governo-esta-secando-a-seiva-da-vida-intelectual-e-artistica-do-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 1º fev. 2017.

JARDIM, Lauro. “Irregularidades bilionárias no fundo de previdência do Rio”. *O Globo*, 9 fev. 2017. Disponível em: <http://blogs.oglobo.globo.com/laurojardim/post/tce-do-rio-constatairregularidades-bilionarias-no-fundo-de-previdencia-do-estado.html>. Acesso em: 10 fev. 2017.

MIGUEL, Luis Felipe. “UERJ é laboratório para o desmonte do ensino superior no País”. *Brasil 247*, 28 jan. 2017. Disponível em: <http://www.brasil247.com/pt/colunistas/luisfelipemiguel/277364/uerj%20a9-laborat%20b3rio-para-o-desmonte-do-ensino-superior-nopa%20ads.htm>. Acesso em: 2 fev. 2017.

OBSERVATÓRIO DOS BENEFÍCIOS. *Jogando luz na escuridão*. Jun. 2016. Disponível em: <http://s3-sa-east-1.amazonaws.com/apublica-files-main/wp-content/uploads/2016/11/24072311/Relato%2081rioObservato%2081rio-dos-Benef%20cios.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2017.



O CONHECIMENTO NÃO É UMA MERCADORIA¹

Maud Chirio

O financiamento privado do ensino superior e da pesquisa visto da França

O MODELO SOCIAL DO MEU PAÍS, A FRANÇA, É MUITO DISTANTE do encontrado no Brasil.

É um país claramente capitalista, mas no qual, em decorrência de décadas de lutas sociais e de um contexto político particular — o fim da Segunda Guerra Mundial —, o Estado desenvolveu um papel de protetor dos trabalhadores em suas relações com o patronato e nas contingências da vida (doença-desemprego-velhice: é o “État-Providence”)², de regulador das desigualdades sociais e de promotor da emancipação individual.

Na França, a maior parte dos cuidados médicos é, por exemplo, assumida pela coletividade: a Sécurité Sociale, criada em 1945 e financiada em partes iguais pelos empregados e pelos empregadores, restitui cerca de 70% dos custos das consultas médicas, a maioria dos medicamentos de eficácia reconhecida e a quase totalidade das taxas de internação. Os hospitais públicos permanecem, além disso, lugares de excelência médica. A Sécurité Sociale paga também aposentadorias aos trabalhadores com mais de 62 anos e indenizações aos desempregados. A essa estrutura de État-Providence se soma um imposto sobre rendimentos e heranças bastante redistributivo,

1 Tradução: Phellipe Marcel.

2 N.T.: O “Estado-Providência” ou “Estado do Bem-Estar Social” ou “Estado Social”.

um salário mínimo relativamente elevado em relação aos dos outros países da OCDE³ e um sistema de educação essencialmente público. Na idade de escolaridade obrigatória (6 a 16 anos), 80% dos alunos frequentam os estabelecimentos públicos do Estado. No ensino superior, a parcela privada é ainda mais restrita: somente 3% dos estudantes frequentam as *écoles d'ingénieur*, as *écoles de commerce*⁴ e algumas universidades católicas privadas. A maioria esmagadora dos diplomados de nível superior, então, se formou nas estruturas públicas desde sua infância, com professores que são igualmente funcionários do Estado, tudo financiado com dinheiro público.

Esse modelo social não está isento de problemas. Os progressos da medicina de ponta, o envelhecimento da população francesa, o desemprego em massa e a continuação da massificação escolar se tornam cada vez mais caros para a coletividade e para as empresas, inseridas em mercados globalizados mais e mais competitivos. Consequentemente, o poder público há vinte anos financia cada vez menos nossos serviços públicos de educação e de saúde, e sua qualidade começa a se degradar. Isso provoca um recurso crescente ao setor privado por parte das classes altas e uma ampliação dos mecanismos de segregação existentes, notadamente no ensino (o sistema escolar francês já tendia, há cinquenta anos, a agravar as desigualdades sociais).⁵ Ademais, para o patronato e para uma boa parte da classe política, esse modelo social é diretamente responsável pelo alto índice de desemprego (em torno de 9% desde 1990). Para o sistema capitalista financeirizado e globalizado, o “mercado”, seja de bens ou de trabalho, seria muito atrapalhado pelo Estado regulador para funcionar bem. É algo altamente questionável, mas o fato é que

3 N.T.: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

4 N.T.: Respectivamente, as escolas de engenharia e as escolas de comércio.

5 BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean-Claude. *La reproduction: éléments pour une théorie du système d'enseignement*. Paris: Editions de Minuit, 1970. [Em vernáculo: *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Trad. Reynaldo Bairão. Petrópolis: Vozes, 2008.]

o desemprego pesa sobre o país. As regiões francesas mais afetadas (o norte, a Costa Azul) são também as que votam massivamente na Front National, um partido racista, ultranacionalista e xenofóbico e, neste momento, com chances de vencer as eleições presidenciais de maio de 2017.

Nem tudo vai bem na França, longe disso: para além da crise econômica, vivemos uma crise política, social e moral que tende a se agravar. E, para confrontá-la, é evidentemente necessário repensar e reformar nosso modelo social. Nada, numa construção coletiva, é eterno e intangível: o debate público e o exercício democrático devem justamente servir para encontrar coletivamente as soluções de um maior bem-estar coletivo. Não estamos engajados numa reflexão coletiva, mas na impregnação progressiva de uma *doxa*: para todos os problemas econômicos, não existiria senão uma solução: dar um lugar ainda mais importante aos mecanismos do mercado. Segundo a expressão célebre atribuída a Margareth Thatcher: “There is no alternative”. Essa solução é apresentada como válida quaisquer que sejam os domínios de atividade, as sociedades, os níveis de desenvolvimento humano, as histórias nacionais, as estruturas das economias. #OneWorld #SmallWorld, diriam nas redes sociais: o mundo nunca pareceu tão pequeno, tanto é que, para onde quer que se olhe, uma única via de organização social e econômica é imposta aos cidadãos.

O financiamento privado das universidades: um mito global

Os modos de financiamento do ensino superior e da pesquisa são uma faceta desse debate global.⁶ Os desafios com os quais as universidades francesas e brasileiras são confrontadas são evidentemente muito diferentes. Por exemplo, o processo de massificação universitária é muito mais antigo, e avançado, na França; já existe uma oferta importante de ensino superior privado no Brasil, o que

6 LAVAL, Christian et al. *La nouvelle école capitaliste*. Paris: La Découverte, 2012 (Col. Sciences humaines).

não é o caso na França; o Brasil é um país consideravelmente mais desigual que a França etc.

No entanto, dos dois lados do Atlântico, ouvimos exatamente o mesmo discurso, formulado por uma direita liberal que domina mais e mais o debate público: não é nem possível nem desejável financiar as universidades com o orçamento público. Isso leva o Estado à falência, e torna as universidades pobres e “não competitivas”. Seria necessário reduzir a parcela de dinheiro público e priorizar o investimento privado: o dos empresários que tivessem interesse em investir na “economia do conhecimento”, geradora de crescimento e inovação; e o dos estudantes, que financiariam seus estudos encarecidos por meio de empréstimos, investindo assim em seu próprio futuro. Para endossar essa posição, encontram-se, nos dois lados do Atlântico, os mesmos argumentos de “choque”: as melhores universidades do mundo, norte-americanas (que ocupam 17 dos 20 primeiros lugares da famosa “Classificação de Xangai”), muito ricas, seriam financiadas graças ao orçamento privado. Além disso, as grandes revoluções tecnológicas recentes (aquelas que permitiram os iPhones e as nanotecnologias) só teriam sido possíveis graças a um financiamento privado da pesquisa, mais significativo e com mais iniciativas à inovação.

Antes de entrar com mais profundidade nesse debate, é importante desconstruir esses dois argumentos. As universidades americanas não são financiadas por fundos privados.⁷ Elas dependem, em 69% de seu orçamento, de dinheiro público. O restante não provém de empresas (que contribuem com no máximo 4%), mas do mecenato e das fundações (12%) e das taxas de inscrição dos estudantes (15%). Ora, o mecenato é um elemento de cultura empresarial que se pode desejar, mas que não se fabrica da noite pro dia. Quanto ao financiamento feito pelo estudante, para além de ser uma medida

7 GERVAIS, Pierre. “Université et entreprise: histoire d’un malentendu. À propos du ‘modèle américain’ du financement de la recherche”. *La Vie des Idées*, 22 out. 2008. ISSN: 2105-3030. Disponível em: <http://www.laviedesidees.fr/Universite-et-entreprise-l.html>.

profundamente desigualitária, é algo que está em crise nos Estados Unidos, e profundamente contestado: cada vez mais, jovens trabalhadores provenientes de famílias modestas ou da pequena classe média não são mais capazes de arcar com seus empréstimos, ou passam a maior parte de suas vidas endividados. O enorme tamanho do empréstimo estudantil ameaça a economia americana há muitos anos. Se os Estados Unidos nos mostram um exemplo, é muito mais do sucesso do financiamento público do ensino superior e da pesquisa, por um lado, e da fragilidade do financiamento estudantil, por outro.

Quanto ao segundo argumento, é de uma estupidez desconcertante. Como a revolução neoliberal, desde os anos 1970, foi contemporânea de muitas revoluções tecnológicas, tentamos nos fazer acreditar que os progressos da ciência só foram possíveis graças ao livre mercado. Fazê-lo é esquecer as revoluções científicas e tecnológicas fundamentais que a humanidade conheceu desde meados do século XIX (a invenção da física, da medicina e da matemática modernas, das ciências sociais), suportadas pelo financiamento público da pesquisa, que se instala justamente na Europa e nos Estados Unidos entre 1850 e 1950, antes de se expandir depois de 1950.

O conhecimento não é uma mercadoria

O abandono do financiamento público do ensino superior e da pesquisa não é, então, um modelo que existe “lá fora”, “nos países desenvolvidos”, “nos Estados Unidos”, “lá, onde as universidades são ricas e eficazes”. As realidades universitárias são, de fato, muito variadas. Essas expressões são todas feitas por cortinas de fumaça, que visam a transmitir a ideia de que a razão, a evidência, a necessidade impõe o financiamento privado das universidades. “There is no alternative”: não haveria, então, nem debate político, nem escolha democrática possível. Ora, decidir como é produzido o conhecimento no interior de uma nação, já que é disso que se trata, é uma escolha de civilização.

Com efeito, deixar a produção de conhecimento a cargo do mercado, por consequência de interesses privados, não é uma simples escolha prática. Implica certa concepção daquilo que é a ciência. Desde a revolução galileiana do século XVII, avançou a ideia de que a busca da verdade devia ser conduzida a certa distância dos poderes políticos, religiosos e econômicos — sem o que a terra continuaria sendo vista como plana pelos homens, já que os poderes dominantes não tinham interesse que ela fosse outra coisa. Essa distância é a condição *sine qua non* do acesso ao saber, das descobertas, das revoluções científicas, dos grandes progressos inesperados. O conhecimento é, nesse modelo, considerado como um bem comum e partilhado. A responsabilidade dos cientistas, como corporação profissional, aos olhos da humanidade, é de fazer esse saber progredir, acrescentando suas pedrinhas à construção desse edifício coletivo.

Esse conhecimento puro e desinteressado, que hoje se tenta descreditar como inútil, não pode ser financiado eficazmente senão pela coletividade — quer dizer, tão logo eles tenham potência fiscal, pelos Estados. O mercado não pode, em toda lógica, financiar uma produção de saber, a não ser que se considere que ela tenha valor mercantil. E é efetivamente cada vez mais assim que se apresenta o saber. No ensino, uma parte: o saber acumulado pelos estudantes eleva seu valor no mercado de trabalho, sua empregabilidade; seu valor agregado; é lógico, portanto, que eles invistam em sua própria formação, em seu próprio futuro. Na pesquisa, outra parte: o trabalho dos pesquisadores só tem valor se é monetizável, se contribui para a inovação e, portanto, para o crescimento; é lógico, então, que ele seja financiado pelo orçamento privado.

Privatizar o saber: quais são as implicações?

Porém, determinar se o conhecimento deve ser reduzido a uma mercadoria entre outras, ou se é necessário continuar a considerá-la como um patrimônio coletivo, financiado pela República e acessível

ao maior número possível de pessoas é uma decisão fundamental. E é uma decisão política. Não podemos impô-la aos cidadãos, a partir de argumentos falsamente “técnicos” que dissimulam uma ideologia bem precisa. Ela possui, ademais, implicações concretas (1) tanto na pesquisa (2) quanto no ensino superior.

(1) Privatizar a produção de saber é algo que impõe, logo a princípio, o desenvolvimento de uma cultura de segredo. Se o conhecimento é essencialmente um valor mercantil, é preciso protegê-lo dos concorrentes, escondê-lo e patenteá-lo. Não falo das patentes necessárias a invenções técnicas, mas do patenteamento da natureza e do saber sobre ela (patentes sobre sequências genéticas, bactérias etc.). Tais patentes espoliam claramente uma parcela do bem comum da humanidade.

Além disso, os investidores privados só têm interesse em financiar os saberes que rendam interesse econômico imediato. O mercado não pensa a longo prazo, sabemos disso há muito tempo: aliás, é a isso que serve, em parte, o poder público. Diante desse fato, a pesquisa fundamental, especialmente em matemática e em física, teria grandes chances de ser abandonada, ou ao menos de se empobrecer consideravelmente. E nenhum interesse, evidentemente, de financiar as letras e as ciências humanas. Que benefícios acionistas podem esperar de trabalhos de sociologia, de antropologia, de filosofia e de história? Os domínios privilegiados teriam suas agendas científicas, talvez suas orientações, ditadas por interesses particulares. Há poucas esperanças de que os trabalhos de economistas inovadores ou heterodoxos tenham muito futuro diante desses investidores.

(2) Renunciar à gratuidade ou à quase gratuidade no ensino público é algo igualmente repleto de consequências. Tornar o acesso à universidade pago a todos equivale a barrar dela a maioria da população: os empréstimos estudantis não resolvem mais a questão, como mostra a crise desse sistema nos Estados Unidos, já que depois da conclusão do ensino superior não é certo que se arrume um emprego; e isso é um elemento que agrava consideravelmente as desigualdades.

“Cobrar apenas dos ricos” não é, a meus olhos, uma solução, ainda que mereça debate: é uma brecha aberta na universalidade de acesso ao ensino superior, que pode ameaçar torná-lo pago a todos.

Acima de tudo, elevar o nível cultural de uma sociedade não é um investimento individual, mas coletivo. É uma medida que deve ser financiada por um imposto progressivo em que os mais ricos contribuam mais, para a universidade de seus próprios filhos, e por solidariedade nacional. As nações não são articulações de mercados, elas são reunidas por projetos coletivos: o progresso e a difusão do saber me parecem alguns dos mais importantes.

O fim da busca de alternativas

Deixar os interesses privados tornarem-se o principal financiador das universidades é, então, uma aposta ineficaz. Uma nação conduzida por esse caminho, a meus olhos, se encontraria relegada a uma posição de subordinação na cena internacional, deixando os Estados mais poderosos escreverem a história, pensar as sociedades, propor soluções econômicas se nosso sistema vier a falhar, descobrir os conhecimentos fundamentais que abrirão terreno para as tecnologias do amanhã. Enfim, dominar cientificamente o mundo. Esse fenômeno seria consideravelmente reforçado se o acesso gratuito ao ensino superior não fosse assegurado, sobretudo numa sociedade desigual como a brasileira, pois o país se privaria de uma elevação global de seu nível cultural.

As elites brasileiras possuem uma longa história de fascinação por um ocidente imaginário. Os mitos que elas tomam desse ocidente, desde a fundação da República, servem frequentemente para indicar ao povo que via seguir — o único caminho rumo ao desenvolvimento e ao progresso. Hoje, esse caminho único é o das reformas neoliberais. Ora, se devemos refletir juntos sobre como perseguir o processo de massificação universitária e financiar uma ciência de alto nível, essa reflexão deverá ser coletiva, democrática e aberta. Ela deverá se projetar no futuro e não sofrer de amnésia quanto àquilo que representa o saber para a humanidade.



O PROFESSOR PODE SER O HERÓI DO FILME?

Gustavo Bernardo Krause

O ATAQUE CERRADO QUE ORA SOFRE A ESCOLA E A UNIVERSIDADE pública tem relação direta com a maneira como a sociedade vê o professor. Essa visão parece, na maior parte das vezes, negativa.

Embora tome formas específicas entre nós, esse não é um problema exclusivamente brasileiro. “Quem sabe, faz; quem não sabe, ensina”, diz-se em todas as línguas. A repetição do nefasto ditado sugere que o professor é um profissional, digamos, menor do que os outros, porque não produz conhecimento, apenas o reproduz.

Quantos de nós não despertamos mal disfarçados semblantes de piedade ao contarmos para a família que resolvemos ser professores? Parece que pensam: coitado, ele podia ser coisa melhor. Na minha própria casa, o drama foi maior. Quando disse à minha mãe, décadas atrás, que largava engenharia para fazer letras, ela chorou um mês inteiro: seu filho “acabaria” professor.

É essa visão a respeito da profissão que justifica, em surdina, a manutenção de baixos salários e péssimas condições de trabalho para os professores, principalmente da escola pública. Em teoria, todo mundo concorda sobre a importância da educação, até mesmo candidatos a cargos públicos que mal passaram pela escola. Na prática, a profissão de professor é tão desvalorizada que não atrai os melhores alunos da escola – ou seja, atrai apenas os alunos mais fracos, ou os mais desfavorecidos economicamente.

Ora, se o melhor método de educação é o do exemplo, como sabem os pedagogos desde os gregos antigos, precisaríamos que os professores fossem recrutados entre os melhores alunos, como acontece

nos países líderes em educação — Finlândia, Dinamarca e Coreia do Sul, por exemplo. Para que isso aconteça, é preciso que a sociedade de fato acredite que a educação é fundamental, e não apenas finja que acredita.

A contradição entre o discurso da sociedade e a sua prática oficial passa a impressão, muitas vezes, de que só teremos uma escola de qualidade quando não houver mais professores — como se nós é que fôssemos o problema.

O reconhecimento de semelhante percepção negativa responde de modo igualmente negativo à pergunta do título deste artigo. Claro que o professor nunca pode ser o herói do filme. Admite-se, no máximo, que ele seja um coadjuvante bem chinfrim.

Todavia, o cinema mesmo não concorda com isso. Em algum lugar menos pragmático e mais afetivo, das pessoas e da sociedade, o professor assume um lugar diferente. Qualquer espectador de cinema, em especial quem gosta de uma boa sessão da tarde, é capaz de listar vários filmes em que o herói ou heroína é um professor ou professora que, com frequência, comove profundamente a plateia.

Ora, isso significa que no íntimo todos temos a imagem do professor herói, aquele que muda a nossa vida e nos faz não apenas saber mais, mas também ser mais, tornando-nos melhores do que éramos. Quem nunca encontrou esse tipo de professor sente a falta dele por toda a vida. Quem já o encontrou, por sua vez, sonha em reencontrá-lo de algum modo — por exemplo, tornando-se ele mesmo um mestre, ou seja, tornando-se ele mesmo um professor que fará a diferença na vida senão de todos, ao menos de alguns alunos, e já terá valido a pena.

A contradição se mantém: prezamos mal a profissão de professor, mas a despeito disso sonhamos com o encontro ou reencontro com um grande professor. Ao menos, esse encontro ou reencontro se dá na ficção, literária ou cinematográfica.

No cinema, pensemos no professor Mark Thackeray, de *Ao mestre, com carinho* (1967), vivido por Sidney Poitier; no professor

John Keating, de *Sociedade dos poetas mortos* (1989), vivido por Robin Williams; no professor Joe Louis Clark, de *Meu mestre, minha vida* (1989), vivido por Morgan Freeman; no Mr. Holland de *Adorável professor* (1995), vivido por Richard Dreyfuss; no professor Dewey Finn, de *Escola de rock* (2003), vivido por Jack Black; no professor François Marin, de *Entre os muros da escola* (2008), vivido por François Bégaudeau; na professora Catharina, de *Uma professora muito maluquinha* (2010), vivida por Paola Oliveira; por fim, nos professores Jack Marcus e Dina Delsanto, de *Palavras e imagens* (2014), vividos por Clive Owen e Juliette Binoche.

Mas o mais bonito filme de professor, o que mais mexeu com este professor que vos escreve, é pouco conhecido. Trata-se do filme *Wo de fu qin mu qin* (1999), em inglês *The Road Home*, em português *O caminho para casa*, dirigido por Zhang Yimou. A tradução literal do título, em mandarim, seria algo como “Os meus pais”. Esse título e o enredo apontam para o professor como uma espécie de metáfora paterna.

O filme começa em preto e branco, com Luo Yusheng, vivido por Sun Honglei, voltando à aldeia natal para o funeral do pai. A mãe exige o cumprimento de uma tradição em desuso: que o caixão do pai seja trazido do hospital da cidade para ser enterrado na aldeia, mas num cortejo a pé, em pleno inverno rigoroso. O objetivo do cortejo é que o morto não esqueça o caminho de casa. Enquanto tenta demover a mãe, Luo relembra em flashback a história de amor deles, toda mostrada em deslumbrantes cenas coloridas.

O espectador volta junto até 1958, quando Luo Changyu, vivido por Zheng Hao, chega à aldeia para assumir o posto de professor da pequena escola primária. Acima do quadro-negro da escola, a foto de Mao Tsé-Tung. Os homens da aldeia constroem juntos a escola, enquanto as mulheres cozinham para eles.

À jovem mais bonita do lugar, Zhao Di, vivida por Zhang Ziyi, compete tecer a bandeira vermelha que será enrolada na viga principal do telhado. O professor, depois, não deixará que coloquem laje

nele, para a viga ficar aparente e, assim, ele poder olhar sempre para a bandeira enquanto dá aula. Desse modo, o símbolo nacional recebe conotação inteiramente diferente. Já na chegada do professor eles trocam olhares e logo se apaixonam.

Os encontros entre eles, difíceis naquela aldeia tão pequena, tornam-se mais difíceis ainda porque o professor é chamado de volta à cidade pelo governo, sugerindo-se que ele seja um dissidente da revolução cultural de Mao. Não sabemos por que ele seria um dissidente até o final do filme, quando nos é dito que ele criou uma cartilha própria para ensinar as crianças a ler e a escrever. Essa cartilha contém frases muito simples, que, todavia, apontam para a necessidade de olhar com os próprios olhos e pensar com a própria cabeça. Isso significa que o professor recusou a cartilha doutrinária do partido, embora essa cartilha e a recusa não apareçam no filme.

O professor Luo, punido, tem de ficar mais de dois anos longe da aldeia. Zhao o espera com paixão, às vezes permanecendo horas na neve. No meio do inverno, tenta chegar a pé até a cidade, mas desmaia e adoece gravemente.

Luo volta por duas vezes, desesperado por encontrar Zhao, na primeira delas desobedecendo ao partido. Em ambas, Zhao sabe que ele voltou porque de sua casa escuta a voz do professor dando aula. Junto com o resto da aldeia, ela vai para o lado de fora para escutá-lo, deixando todos emocionados com a sua devoção.

Finalmente eles ficam juntos, sem que o espectador testemunhe sequer um beijo. No entanto, os olhares intensos e a fixação da câmera em detalhes, como a tigela de porcelana em que o professor comia, narram com sobras esse amor absoluto.

Voltamos então ao presente, quando Luo, o filho do professor Luo, se convence a atender o desejo da mãe e contrata homens de outra aldeia para levar o pai de volta para casa. A notícia se espalha, e mais de cem homens, a maioria ex-alunos do professor que ensinou por quarenta anos, aparecem para participar no inusitado cortejo fúnebre. Ninguém aceita ser pago, nem os que foram contratados.

Todos se revezam carregando o caixão a meio de uma forte nevasca, enquanto gritam com o morto para que ele não esqueça o caminho de casa.

Com o professor enterrado, a mãe diz que o desejo do pai é que o seu filho, que não seguiu a carreira, desse pelo menos uma aula na sua vida. Na manhã seguinte, acorda com a voz do filho dando uma aula na antiga escola, e usando a mesma cartilha do seu pai.

O professor Luo deixa para o seu filho, para os seus alunos, para os chineses e para os espectadores uma herança, ou melhor, uma cartilha de paixão, independência, dignidade, constância e beleza. Não resisto à tentação de afirmar que essa cartilha só podia ser deixada por um professor — ou melhor, por um mestre.

É com esse tipo de mestre que governadores, secretários, ministros da Educação e do Supremo querem acabar, quando falam e agem para acabar com a escola e a universidade públicas. Aquele mestre que não concorda que algumas pessoas podem aprender enquanto outras não podem e não devem. Aquele que, mais do que ensinar dados e números, inspira seus alunos, com o seu exemplo, a pensar, a duvidar e a sonhar.

Sonhar com um país sem miséria, com um país sem fome, com um país sem racismo. Sonhar com um país com dignidade, com liberdade e com conhecimento. Sonhar com um país em que os professores-mestres saiam da tela do cinema e ocupem o lugar que lhes é de direito: a sala de aula das escolas e das universidades públicas.



U
E
R
J

VISA
4G

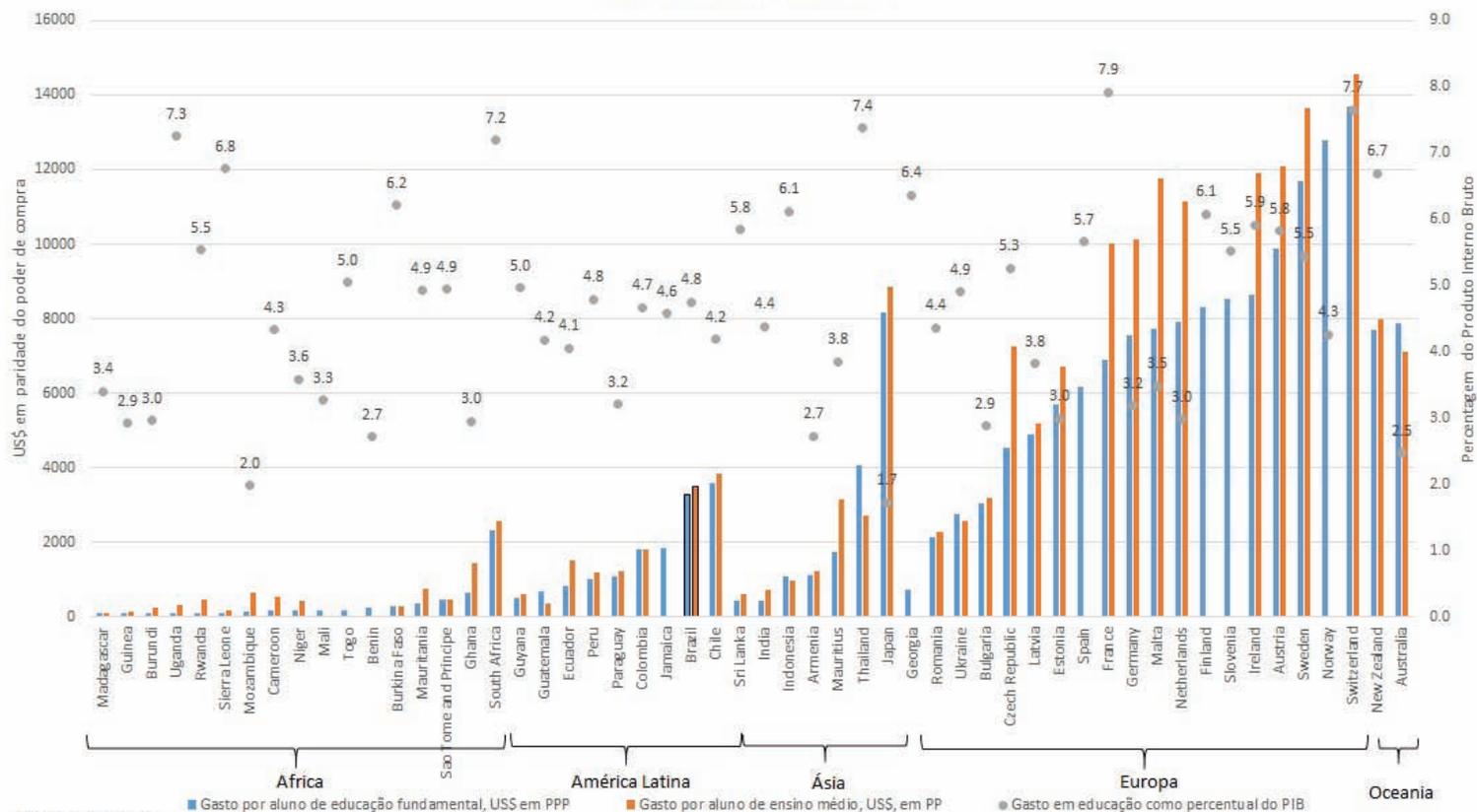
Programa
de Pós-Graduação

NÚMEROS DA EDUCAÇÃO COMO SINTOMA DE UM MODELO DE DESENVOLVIMENTO

Carlos Frederico Leão Rocha & Tatiana Roque

O PONTO MAIS GRAVE DA EMENDA CONSTITUCIONAL que institui um teto de gastos é desvincular o gasto público da riqueza gerada no país, ou seja, do Produto Interno Bruto (PIB). No caso da educação, uma das áreas mais afetadas pela Emenda Constitucional nº 95/2016, podem-se relacionar diretamente os números do investimento na área ao nível de desenvolvimento de um país, como no gráfico da próxima página.

Gasto por aluno de educação fundamental e média, em US\$ PPP, e gasto em educação como percentual do PIB, países selecionados, 2012



Fonte: UNESCO.

Os valores em dólar são calculados levando em conta a paridade do poder de compra (PPP).

O esforço de um país para melhorar sua educação pode ser medido pelo percentual do PIB investido na área. Esse indicador traduz o quanto do total, que poderia estar sendo usado em outros setores, decide-se investir na melhoria da educação. Em 2012, o Brasil investiu 4,8% do PIB de recursos públicos em educação. Trata-se de um esforço de média intensidade, aplicado a uma situação em que o gasto anual por aluno no ensino fundamental era de US\$ 3.263,00 e, no ensino médio, de US\$ 3.514,00 (valores corrigidos pela comparação com o poder de compra nos outros países). Esses montantes estão bem abaixo do investimento de países reconhecidos por terem uma educação de qualidade, como França, Japão e Noruega. Mas também estão abaixo de Chile e Tailândia. Para que o Brasil se aproximasse dos países desenvolvidos, precisaria aumentar significativamente o gasto por aluno em educação.

O Plano Nacional de Educação, já aprovado pelo Congresso Nacional, prevê atingir o patamar de 10% do PIB (privados e públicos) em dez anos. Esse plano foi elaborado por diversos setores, incluindo sociedade civil, acadêmicos, professores e formuladores de políticas públicas, logo está longe de ser uma proposta parcial ou corporativa. Uma das metas principais previa – no passado, pois, apesar de estar em vigor, não poderá sair do papel – que chegaríamos a 85% da população cursando o ensino médio em idade adequada. Hoje, temos menos de 50%. Essa meta será matematicamente impossível com a EC 95, que seguramente também terá efeito sobre os investimentos em educação dos estados e municípios.

Ao congelar os gastos públicos nos patamares de 2017 (quando serão menores que os gastos efetivos de 2016), acontecerá o seguinte:

- Nos segmentos do ensino médio profissionalizante e ensino superior, as metas de ampliação da cobertura ou não serão atingidas ou ocorrerão com um menor gasto por aluno (pois a população vai crescer).

- Se o país voltar a crescer e a riqueza aumentar, isso não vai se refletir no investimento em educação, uma vez que ele não será mais calculado em função do PIB. Em suma, o esforço do país para melhorar a educação vai diminuir.
- Com gasto menor por aluno e esforço menor, vamos alcançar rapidamente os patamares do Paraguai.

O governo afirma que a contenção de gastos vai equilibrar as contas, atrair investimentos estrangeiros e, assim, aumentar a oferta de emprego. A fadinha da confiança não tem se demonstrado tão eficiente. E mais, sem uma população bem-formada, a probabilidade desse investimento resultar em melhora das condições de vida diminui. Empresas estrangeiras que extraem petróleo na África trazem da Europa até o serviço de alimentação dos funcionários. Empresas interessadas em explorar mão de obra qualificada e mais barata migram parte dos serviços para a Índia, onde grande parte da população fala bem inglês. Claro que atrair o capital estrangeiro não é a melhor solução para o desenvolvimento do país e o argumento em si já é uma falácia, mas queremos mostrar que, mesmo se fosse verdadeiro, só geraria emprego – sobretudo emprego qualificado – com uma mão de obra educada. Que um país para se desenvolver com qualidade precisa investir em educação é um consenso que reúne as mais distintas correntes políticas.

Uma das mais graves limitações do modelo de desenvolvimento adotado nos últimos anos foi seu forte embasamento na exportação de commodities. Soa estranho que justamente o investimento em educação superior e em ciência e tecnologia, pela primeira vez priorizados e capazes de qualificar mão de obra e provocar alterações estruturais na forma de inserção produtiva nacional, não tenha se traduzido em um modelo de desenvolvimento alternativo, mais ligado à produção de conhecimento, com potencial para constituir um crescimento mais consistente e menos dependente das

flutuações do mercado internacional. Pois não teremos sequer essa possibilidade daqui para frente. Mesmo passível de críticas, todo o sistema de investimento em pesquisas e na expansão das universidades públicas estava prestes a funcionar como impulsionador de um novo patamar de desenvolvimento para o país, tendo como premissa a qualificação da população. Por isso, não é secundário o fato de as universidades terem condições de acesso mais democráticas, incluindo cotas para negros, projeto no qual a UERJ foi pioneira. Ainda que houvesse muito trabalho a ser feito e pouca dedicação efetiva dos governos nessa direção, estávamos perto de constituir uma massa crítica de universitários e pesquisadores com potencial para criar um outro modelo de desenvolvimento para o país. É à reversão desse potencial que estamos assistindo no presente momento.

O que está acontecendo no Rio de Janeiro é um laboratório para o desmonte que já se ensaia a nível nacional. A FAPERJ é um ótimo exemplo de como se estava integrando o sistema de fomento ao desenvolvimento de ciência e tecnologia, que inclusive permitia ao país economizar um grande montante em importações (de vacinas, por exemplo). Agora, ouvimos por todo lado as queixas de pesquisadores sobre a falta de condições para continuar seus experimentos, desperdiçando a infraestrutura e o conhecimento acumulados nos últimos anos.

Resumindo, o que está em jogo no desmonte atual da universidade pública é também a possibilidade de um novo projeto de desenvolvimento para o país, embasado na capacitação da população e no estabelecimento de bases mais igualitárias nos mercados de trabalho e da produção.

moção de apoio

Criada há 64 anos, UERJ é quinta universidade do Brasil

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) precisa de apoio efetivo e urgente. Cabe ao governo federal e ao governo estadual do Rio de Janeiro, frente à crise que a instituição ora atravessa, prover os recursos financeiros para o soerguimento e a manutenção desse patrimônio público do povo brasileiro.

A UERJ, criada há 64 anos, é a quinta universidade do Brasil e 11ª da América Latina, segundo o ranking “Best Global Universities 2016”, aferido com base em indicadores de pesquisa acadêmica, número de docentes premiados e reputação regional e global. Tem hoje cerca de 8 mil servidores, entre docentes e técnicos, e 35 mil alunos espalhados por seus vários campi, dos quais, 9 mil cotistas. A propósito, a UERJ é uma das universidades públicas do país pioneiras na implantação do sistema de cotas, visando à inclusão de segmentos historicamente marginalizados da sociedade brasileira no sistema acadêmico. Formou ao longo das décadas alguns milhares de profissionais graduados, além de mestres e doutores que contribuíram e contribuem para a produção do conhecimento e o desenvolvimento do país.

A crise em que a UERJ está mergulhada, cabe ressaltar, é resultado direto da irregularidade e atrasos no pagamento de salários, da suspensão do pagamento de bolsas, auxílios à pesquisa e mesmo de verbas de custeio da universidade. Uma suspensão que não prejudica apenas a universidade, mas se estende inclusive à população mais carente do Rio de Janeiro, o que é visível mesmo no exemplo de um dos efeitos dessa suspensão, qual seja, a redução do número de leitos do Hospital Universitário, de 500 para menos de 100 unidades destinadas ao atendimento público.

A crise foi provocada, assim, por decisões de governo e cabe ao governo saná-la, mas isso sem desnaturar a Universidade, sem desviá-la de seus papéis e funções fundamentais, sem lançá-la a uma busca angustiada por recursos no mercado, nem fazer depender sua sorte de recursos oriundos de eventuais mãos filantrópicas. É sim o estado o responsável pela UERJ. E, nesse sentido, a UFBA se junta aos que lhe prestam solidariedade, enquanto clamam por uma solução urgente do governo em favor de uma grande universidade.

Universidade Federal da Bahia

Beatriz Ras | aluna da UERJ

11 de janeiro

uerj, tipo um everest, qnd eu era criança passava na porta, apontava e dizia “eu vou estudar aí, ó”, uerj por um ano inteiro da minha adolescência um bicho de sete cabeças naquele vestibular q me tirou o sono mas me pintou o corpo no ano seguinte, uerj toda cinza por fora, só quem anda pelos corredores sabe o qnt é colorida por dentro, a universidade mais colorida do rio de janeiro inteiro sim senhoras e senhores, com mt orgulho, lá tem cor e amor pra caramba. conheci amigxs pro amor e pra guerra, juntxs nas lutas até hj uerj afora. uerj q tanto me deformou as faculdades, o pensamento, o sentimento, as crenças, q mexeu com a minha visão, com o coração, acabou com meu espírito, comeu meus antigos livros e me trouxe novos, pensadores lado a lado ou xerocadx. uerj q mexeu com meu calendário e bagunçou as estações do ano. uerj q me deu a real dimensão da importância das perguntas, do afeto pra acolher as perguntas feitas e mtas vezes a falta de resposta, q me deu a pesquisa e a cachaça como método, a presença dxs professores, alunes e funcionárixs como guia, uerj q me permitiu tudo isso pq é de graça: um dia, eu caloura, fui pedir dinheiro na rua por estar nela, hj eu vou pra rua pedir dinheiro pra que ela continue.

#uerjresiste



TODAS AS CORES DE UM CINZA

Charles Antonio Moreira

AO SE PARAR NA FRENTE DO PRÉDIO PRINCIPAL do campus Maracanã da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, fica-se diante de um imenso prédio cinza, de concreto, de arquitetura funcional, objetiva e fria. Naquele prédio cinza, se produz mão de obra altamente qualificada para o mercado de trabalho brasileiro, e, principalmente, se produz uma elite intelectual preparada para assumir as decisões necessárias ao desenvolvimento tecnológico e econômico da nação. Considerada uma das maiores universidades da América Latina, a UERJ é referência em cursos como medicina, direito, pedagogia, letras, entre outros. A crise que a universidade enfrenta há mais de quatro anos, agravada em 2016, vem desestabilizando as bases fundamentais para a pesquisa científica qualificada e o ensino de alta qualidade. Tanto o governo do estado do Rio quanto a União se omitem covardemente sobre a situação enfrentada pela comunidade acadêmica da UERJ. Além da falta de respeito com os profissionais da educação, alunos e cidadãos atendidos pelos serviços da universidade, tal omissão demonstra a falta de visão estratégica sobre o futuro do país. Não há país desenvolvido ou em desenvolvimento que não invista pesadamente em pesquisa tecnológica. Nesse sentido, deve-se denunciar o descaso do governo com a UERJ por ser também um descaso com o desenvolvimento do país. É irresponsável permitir que a segunda maior universidade do estado do Rio e uma das maiores da América Latina se encontre em tal situação de penúria.

Mas a UERJ não é só um bloco cinza de produção de conhecimento burocrático e técnico a serviço do desenvolvimento tecnológico e econômico. Quem entra naquele prédio tem os olhos ofuscados por tamanho brilho e colorido irradiados por sua comunidade acadêmica. A UERJ é referência, sem dúvidas, no desenvolvimento humano do país, na luta pela diminuição da desigualdade social,

na luta pelo acesso a um ensino de qualidade garantido a todos, e não a poucos privilegiados. A UERJ luta e lutará para permanecer referência no desenvolvimento humano!

Primeira instituição pública de ensino a promover o sistema de reserva de vagas, a Ousada – como é carinhosamente chamada pelos seus alunos – apresenta uma riqueza que não se observa nos dados de pesquisa objetivos que a qualificam como umas das maiores universidades brasileiras: a riqueza de ser um espaço vivo em que se encontram jovens e adultos de diferentes bairros, cidades, países, classes sociais, heranças culturais etc. A UERJ é pioneira na formação de uma elite intelectual que não é filha de uma elite econômica, e espaços como ela no ensino superior público brasileiro ainda são raros, vide a elitização econômica das universidades públicas.

Somos da Ousada, e lembrem-se disso. Lembrem-se do apelido dessa universidade: Ousada. Ousadia de quem implementou o sistema de cotas e de peito aberto enfrentou críticas ao futuro da sua qualidade de ensino. Uma década depois, somos uma das melhores instituições de ensino superior e secundário da América Latina. Essa universidade não aceita menos! Cada ousado não briga apenas por verba para pesquisa e ensino, briga por desenvolvimento humano! Somos e seremos uma universidade pública e de qualidade em ensino, pesquisa e extensão! Somos e seremos uma universidade com políticas afirmativas que garantam o direito de acesso ao ensino! Somos e seremos uma universidade referência para jovens negros, num país em que essa camada da população é a que mais morre vítima de diversos tipos violência de uma sociedade racista! Somos e seremos uma universidade brilhante e viva!

Para aqueles que veem na UERJ apenas um prédio cinza com uma folha de pagamento pesada, cuidado! Não desistiremos! Lembrem-se que filho da Ousada, ousado é! O ensino superior pode ser de qualidade, de pesquisa de ponta e de referência internacional sendo também popular, público e a serviço do desenvolvimento tecnológico, econômico e, especialmente, humano. Um abraço fraterno a cada Ousado! Obrigado! Obrigado! A UERJ resiste!

DRIBLANDO AS INJUNÇÕES ECONÔMICAS DO "MÉRITO": APONTAMENTOS SOBRE O CUSTO DO ENSINO SUPERIOR NA COLÔMBIA E A MIGRAÇÃO DE ESTUDANTES AO BRASIL

Guilherme de Alcântara

NO FINAL DE 2016, UMA TRAGÉDIA fez com que as relações entre Brasil e Colômbia ganhassem os holofotes. Muitos não sabem que essas relações vêm se intensificando bastante em diversas dimensões, em especial, desde o início dos anos 2000, tendo como uma de suas características o aumento do processo migratório de colombianos para o Brasil. Em 2015, foram registrados 7.653 colombianos na Polícia Federal brasileira, terceira nacionalidade com mais registros. Esse fluxo apresenta algumas peculiaridades, passando pelos “desplazados” do conflito armado na Amazônia, ameaçados pelas guerrilhas, por paramilitares ou pelo exército colombiano, até os estudantes universitários qualificados que chegam para cursar graduação, mestrado ou doutorado nas principais.

Dados do governo brasileiro apontam que, entre 2001 e 2010, a concessão de vistos a estudantes colombianos passou de 276 para 1.212 ao ano. Segundo o Ministério das Relações Exteriores, os colombianos estão entre os que mais procuram vistos de estudantes. Entre os nossos vizinhos, são os que mais recebem bolsas do Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), voltado para o estímulo do intercâmbio internacional.

Mas o que tem contribuído para o aumento do fluxo de colombianos nas universidades brasileiras? Neste breve texto, apontarei alguns aspectos relacionados aos fatores de expulsão dos estudantes colombianos que podem contribuir para a reflexão sobre o contexto de crise vivido no Brasil e sobre as “saídas” para a universidade. Brevemente, apresentaremos como a organização do sistema de ensino superior na Colômbia, onde mesmo as universidades públicas cobram mensalidades, funciona como limitador do acesso dos estudantes colombianos à formação de ensino superior e, dessa forma, como fator de estímulo à saída de parte desses estudantes do país, para buscar oportunidades de formação em outros países.

Em especial, entre 2003 e 2014, o governo federal brasileiro ampliou programas que contribuem para a internacionalização das universidades; num movimento que se associa à estratégia de inserção internacional do país, que incluía a busca de maior integração com os demais países latino-americanos. Paralelamente, entre 2000 e 2010, observa-se uma expansão dos cursos de pós-graduação, com um aumento de 130% na formação anual de doutores, com reflexos sobre o perfil do corpo docente das universidades, dado o aumento da proporção de professores doutores, e sobre a qualidade da pesquisa e do ensino.

Do lado colombiano, existe um sistema de ensino que se constitui de modo semelhante ao brasileiro, embora com distinções relevantes. Nesse país, há também uma concorrência entre setores público e privado no ensino básico e no superior. Como aqui, no ensino básico há uma tendência de que a classe média busque o ensino privado, deixando às escolas públicas os que não podem pagar. O ensino básico público é de administração descentralizada, mas a seleção dos docentes e a regulação do valor de seus salários são feitas pelo governo nacional.

Nas últimas gestões, a política do Ministério da Educação tem pregado uma ideologia meritocrática descolada da realidade do país e de seu sistema de ensino, cobrando uma melhora da quali-

dade da educação com pressão cada vez maior sobre alunos, famílias e profissionais da educação. Um exemplo caricato dessa lógica de ação estatal é a implementação e todo o alarde feito pelo governo colombiano em torno do programa “Ser pilo paga” (“Ser inteligente/esperto vale a pena”). Anunciado como instrumento de democratização do ensino superior, o programa oferece dez mil bolsas de graduação para os alunos pertencentes a famílias de baixa renda ou classe média baixa¹ mais bem-colocados no “Examen Saber 11” (o ENEM colombiano). Críticos apontam que, entre outras coisas, são contemplados apenas cerca de 0,02% dos estudantes dessas camadas e que 85% das bolsas financiaram os custos de estudos em universidades privadas.

Estudos indicam que no ensino superior colombiano as instituições públicas também são, em média, melhores do que as privadas. Porém, a rede de universidades públicas colombiana não tem o mesmo volume de recursos, se comparada à brasileira. Instituições como as universidades Nacional da Colômbia, de Antioquia, Del Norte e Do Vale do Cauca possuem grande relevância nacional e internacional, mas, mesmo cobrando mensalidades, vivem constante pressão para a privatização. Desde outubro de 2015, o hospital universitário dessa última, o maior hospital do sudoeste do país, vem enfrentando grave crise financeira e já chegou a fechar as portas devido à má administração e ao desvio de recursos. Em certas regiões, algumas universidades públicas sofrem também com a infiltração de máfias locais e paramilitares.

Para um país com baixas taxas de formalização do trabalho, e no qual o salário mínimo, em 12 de fevereiro de 2017, equivalia a R\$ 805,70, as universidades colombianas são caras. Hoje em dia, o custo de um curso de graduação na Universidade Nacional, a mais importante do país, é variável, de acordo com fatores como renda

¹ Na Colômbia, instituiu-se uma divisão das classes sociais, para efeito de planejamento, baseada em segmentos (“estratos”). As dez mil bolsas do “Ser pilo paga” são para os estratos de 1 a 3, que compõem um universo de cerca de 500 mil alunos formados anualmente.

familiar, lugar de residência, custo do colégio de origem etc. Minoritariamente, as universidades públicas colombianas oferecem bolsas a alunos de baixo poder aquisitivo que podem chegar ao custo zero. A situação piora na pós-graduação, na qual o custo é alto e o mesmo para todos, contribuindo para uma elitização do acesso ainda maior. Um mestrado em sociologia na Universidade Nacional, um dos cursos mais baratos, custa mais de R\$ 6.000,00 por semestre. O governo disponibiliza duas bolsas de redução de custos por turma, com as quais se paga R\$ 1.000,00 por semestre – uma para o primeiro colocado na seleção, outra para o aluno de melhor desempenho no semestre.

Nesse contexto, instituições de crédito se fartam com a oferta de financiamentos para o custeio dos estudos de boa parte dos alunos. Tal situação gera uma série de distorções no sistema de ensino e na sociedade colombianos e contribui para que as taxas de conclusão de curso no setor privado estejam abaixo dos 50% – como no Brasil. Claramente, aqui ou lá, o aspecto financeiro é um forte regulador das oportunidades de acesso e permanência dos cidadãos no ensino superior.

O perfil médio de estudantes colombianos que vêm para o Brasil se aproxima do de estudantes de classe média e média baixa que teriam dificuldades para custear seus estudos em seu país, mas que, ao mesmo tempo, possuem uma boa formação que possibilita a eles o aprendizado de outras línguas e a aprovação nas melhores universidades brasileiras. Nos últimos anos, os colombianos receberam, por exemplo, mais de um quarto das bolsas de pós-graduação oferecidas a estrangeiros pelo governo brasileiro.

Autores próximos ao discurso desenvolvimentista gostam de empregar o termo “fuga de cérebros” para denunciar a saída de jovens com boa formação para universidades no exterior; que muitas vezes não regressam ao país para prosseguir sua inserção no mercado de trabalho, e que, em tantos casos, acabam trabalhando fora da sua profissão nos países que os acolheram. Para esses autores, isso signi-

ficaria um desperdício gerado pelo sistema de ensino, que representaria “um investimento perdido” e traria prejuízos ao país emissor.

Prefiro pensar que essa estrutura excludente, e, em especial, a cobrança de mensalidades nas universidades públicas, limita as oportunidades de acesso à formação dos cidadãos colombianos. Mais do que isso, a referida configuração deixa claro como um sistema de ensino superior privatista e caro se contrapõe à própria ideia de mérito individual, princípio de justiça que, com preponderância, legitima socialmente o sistema de ensino moderno ocidental. O caso aqui destacado, guardadas as necessárias ponderações entre o contexto colombiano e o brasileiro, aponta aspectos para a reflexão acerca da situação vivida pelas universidades públicas brasileiras e, em especial, a UERJ. Em momentos de crise e de falta de recursos, formulações mais simplistas defendem a solução “aparentemente mais fácil”: a cobrança de mensalidades nas graduações e pós-graduações nas universidades públicas. E há pessoas que não veem o menor problema na instituição de mensalidades em mestrados e doutorados.

O fluxo de colombianos para as graduações e pós-graduações brasileiras, além de uma estratégia para driblar imposições do sistema de ensino local, demonstra como, mesmo nesse nível de formação, a cobrança de mensalidades pode interferir de modo excludente, limitando o processo de formação de pós-graduandos e, consequentemente, o desenvolvimento da pesquisa científica e do ensino superior no país. No caso colombiano, a cobrança de mensalidades não resolve o problema da falta de recursos, nem afasta as ameaças de privatização das universidades públicas.



ENSINO SUPERIOR PÚBLICO E GRATUITO: PATRIMÔNIO DO BRASIL

Márcio Couto Henrique

QUANDO INICIEI A GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, na Universidade Federal do Pará (UFPA), em 1993, “bolsa de pesquisa” era uma expressão mágica. Os que podiam dizer “sou bolsista” eram alguns poucos privilegiados, invejados pela maioria dos estudantes. Oriundo de família pobre de seis filhos, não tinha como manter meus estudos caso não fossem gratuitos. Meu pai estudou até a 3ª série inicial, e minha mãe conseguiu chegar até a 4ª série, mas, sendo muito pobres, tiveram que batalhar muito para garantir nossos estudos. Todos os filhos concluíram o ensino médio, mas, em 1993, eu era o único na universidade.

Em meu segundo ano na UFPA, consegui uma bolsa de pesquisa do CNPq, que me colocou em contato com o universo da pesquisa científica. Descobri o fascínio do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP), um dos mais ricos em guarda de documentação histórica do Brasil. Lá, aprendi a manusear, ler e transcrever documentos antigos. Com a necessidade de produzir relatórios de pesquisa, aperfeiçoei minha escrita, o que me levou ao fascinante processo de produção de artigos e de apresentação de trabalhos em eventos científicos. Ainda lembro a alegria que senti quando publiquei meu primeiro artigo, junto com meu orientador, sobre uma confraria de índios no Pará do século XIX.¹

A experiência nos arquivos documentais de Belém foi fundamental para minha formação como historiador. Com a documentação do APEP, que compilei graças à bolsa de pesquisa do CNPq, construí minha

1 HENRIQUE, Márcio Couto e FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. “Os devotos do Vimioso: uma confraria de índios no Pará do século XIX”. *Cadernos de História Social*, Campinas, SP, 1997, v. 5, n. 5, pp. 71-7.

monografia de conclusão do curso de História em 1997, abordando a experiência religiosa dos escravos nas irmandades paraenses.² O volume da documentação que levantei durante essa pesquisa abriu outras possibilidades, e, assim, pude realizar meu mestrado em Antropologia na UFPA, entre 2002-2003.³ À época, eu era professor concursado na Prefeitura de Belém, em período de estágio probatório. Possuindo vínculo empregatício, não pude receber bolsa de pesquisa, o que tornou a experiência muito mais difícil. Não fosse gratuito o mestrado na UFPA, eu não teria condições de cursá-lo.

No doutorado, que também cursei em Antropologia na UFPA, pude usufruir de licença remunerada da Prefeitura de Belém para estudar, o que facilitou muito minha vida. cursando doutorado em universidade pública e gratuita, com tempo para pesquisa e salário garantido, pude, então, aprofundar meus estudos. Concluí o doutorado dentro do prazo de quatro anos e, mesmo tendo feito todo o curso em Belém do Pará, tive a felicidade de receber o aceite de publicação de minha tese pela Editora da Universidade do Estado do Rio Janeiro (EDUERJ) em 2009,⁴ o que representou uma das maiores alegrias de minha vida. Ao mesmo tempo em que essa publicação representava a qualidade de minha pesquisa, reforçava a importância da pós-graduação numa universidade pública e gratuita.

Em 2009, fui aprovado no concurso público para professor efetivo da UFPA, para a cadeira de história indígena. Atualmente, lidero o

2 HENRIQUE, Márcio Couto. *O senhor do céu não é o senhor da terra: a experiência religiosa dos escravos nas Irmandades paraenses (1839-1889)* (monografia). UFPA, 1997. Resultante dessa pesquisa foi o seguinte artigo: HENRIQUE, Márcio Couto. "Irmandades escravas e experiência política no Grão-Pará do século XIX". *Estudos Amazônicos*, Belém, Editora Açaí, 2009, v. IV, n. 1, pp. 31-51.

3 HENRIQUE, Márcio Couto. *O general e os tapuios: linguagem, raça e mestiçagem em Couto de Magalhães (1864-1876)* (dissertação). UFPA, 2003. Resultante dessa pesquisa foi o seguinte artigo: HENRIQUE, Márcio Couto. "A pátria como madrastra: raça, parentesco e identidade em Couto de Magalhães". In: NEVES, Fernando Arthur de Freitas. *Faces da história da Amazônia*. Belém: Paka-Tatu, 2006, pp. 421-52.

4 HENRIQUE, Márcio Couto. *Um toque de voyeurismo: o diário íntimo de Couto de Magalhães (1880-1887)*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2009.

Grupo de Pesquisa de História Indígena e do Indigenismo na Amazônia (GP HINDIA), que reúne estudantes – inclusive indígenas – de graduação, mestrado e doutorado de diversas instituições de ensino superior do Pará, do Maranhão e do Amazonas, além de pesquisadores da UFPA, da UFAM e colaboradores de universidades estrangeiras. O GP HINDIA, com apenas três anos de existência, já realizou dois eventos sobre história indígena, tem um dossiê publicado na revista *Estudos Amazônicos* e está organizando outro dossiê a ser publicado no *Boletín Americanista*, da Universidade de Barcelona, somente com artigos de integrantes do grupo de pesquisa. Também sou professor do Programa de Pós-Graduação em História (PPHIST) da UFPA, orientando no mestrado e no doutorado. O PPHIST, por sinal, é um exemplo da importância do investimento em pesquisa na Amazônia e da continuidade da universidade pública e gratuita. Atualmente com nota 5 na CAPES, esse programa evidencia o crescimento e amadurecimento da pesquisa na região, servindo, inclusive, como foco de atração de estudantes de países da Pan-Amazônia.

Entre 2014 e 2015, realizei meu pós-doutorado em História na Universidade de Barcelona, com bolsa de estudos da CAPES. Como resultado dessa pesquisa, retornei com um livro pronto sobre os índios na Amazônia do século XIX, que aguarda publicação. Tenho em meu currículo 27 artigos publicados em periódicos, inclusive em revistas internacionais, sendo oito em revistas avaliadas como Qualis A1/A2. Meu último artigo publicado foi na revista *Caravelle*, de Toulouse, na França, analisando a interessante história de um índio da Amazônia do século XIX que se tornou padre, estudou na Europa e morreu entre os negros do rio Trombetas.⁵

Além disso, tenho sete livros publicados/organizados e 13 capítulos de livros publicados. Os números que aqui apresento não têm o intuito de me exibir. Ao contrário, faço uso desses números exa-

5 HENRIQUE, Márcio Couto e RUIZ-PEINADO ALONSO, José Luis. “El padre que nació indio y murió entre los negros: mito e historia”. *Caravelle*, Toulouse, França v. 107. Dossiê Indiens, Noirs et Marrons dans le Brésil septentrional: XVIIe-XIXe siècle, 2016, pp. 75-91.

tamente para dizer que jamais teria essa produção se não tivesse, ao longo de minha vida acadêmica, recebido investimento público. Esses números, portanto, são minha contribuição obrigatória, minha forma de devolver à sociedade o dinheiro público aplicado em minha formação pessoal. Os artigos e livros publicados, o grupo de pesquisa criado, a participação em eventos e cursos de formação evidenciam que o investimento em pesquisa gera uma rede de produção de conhecimentos que vai muito além do indivíduo que recebe as bolsas ou da gratuidade do ensino em universidade pública.

No meu caso específico, o investimento de dinheiro público que recebi ao estudar em universidade pública e gratuita, com bolsas de pesquisa, tornou possível a pesquisa em história indígena, revelando uma documentação até então inédita e destacando, especialmente, o protagonismo indígena na história, conforme prevê a Lei nº 11.645/2008. Faço questão de registrar, aqui, o último parágrafo de minha tese de doutorado (2008):

Por fim, um agradecimento especial a Universidade Federal do Pará, nossa querida UFPA, onde realizei todos os meus estudos acadêmicos, desde a graduação iniciada em 1993, até o doutorado que ora concluo. Para mim a UFPA foi sempre uma grande escola, literalmente uma universidade, ampliando minha compreensão do mundo, pondo-me em contato com um universo de saberes que marcarão para sempre minha vida. Que ela continue pública, gratuita, buscando sempre mais a qualidade, permitindo a muitos outros que, como eu, estudaram a vida inteira em escola pública, tenham acesso ao ensino superior.⁶

Na Universidade Federal do Pará, pública e gratuita, vivi e vivo as melhores experiências de minha vida. Atualmente, na condição de professor, vejo a transformação que ocorreu comigo se reproduzir na experiência de vida de vários alunos pobres, negros e índios

6 HENRIQUE, Márcio Couto. *Um toque de voyeurismo: o diário íntimo de Couto de Magalhães (1880-1887)* (tese) UFPA, 2008.

que têm conseguido ingressar na universidade pública graças às políticas de afirmação, sejam elas cotas, reserva de vagas ou bolsas permanência ou de pesquisa. São milhares de brasileiros da Amazônia que, ao ingressarem na universidade, operam um verdadeiro (re)encontro com sua história e passam a reivindicar e, ao mesmo tempo, a produzir uma narrativa e uma prática histórica mais inclusiva, democrática e libertadora. A educação superior pública e gratuita constitui um dos maiores patrimônios do Brasil. Urge lutar por sua preservação!



UERJ



PELO COMBATE CONTÍNUO

Dau Bastos

EM MARÇO DE 2013, CHEGUEI À UNIVERSIDADE DE STANFORD para um pós-doutorado de um ano, durante o qual planejava estudar a recepção da ficção brasileira contemporânea nos campi estadunidenses. Meu supervisor, Hans Ulrich Gumbrecht, conhecido como Sepp, sugeriu que, além de realizar minha pesquisa, eu frequentasse eventos e cursos de nossa área.

O acúmulo de atividades pesou, mas me proporcionou uma valiosa imersão na dita segunda melhor instituição de ensino do planeta. O contato com os corpos docente e discente me permitiu comprovar o que o doutorado sanduíche na também prestigiosa Sorbonne já tinha me mostrado: por mais que a universidade pública brasileira padeça de falta de recursos, seus estudantes e professores não devem nada aos colegas do hemisfério norte.

Nos colóquios, seminários e congressos de que participei, vi palestrantes ótimos, bons e até medíocres. Nas aulas, conheci docentes de diferentes níveis, como acontece também entre nós. Quanto aos alunos de graduação e pós-graduação, desfrutaram de condições invejáveis, porém não me pareceram mais capazes que os nossos. Ao ouvi-los falar sobre literatura de diferentes épocas e proveniências, eu chegava a pensar que, com aquelas facilidades, muitos estudantes brasileiros, calejados que são pela adversidade, talvez conseguissem ir ainda mais longe.

Ao final de minha estada, fiz uma longa entrevista com o Sepp, que traçou um paralelo entre a situação de nossas universidades durante sua primeira vinda a trabalho aos trópicos, em 1977, e na atualidade. Lembrou que naquela época, ainda de ditadura, dizia-se que instituição de ponta era a PUC, que, justamente por ser pri-

vada, tinha condições, por exemplo, de convidar estrangeiros para fazer conferências e ministrar cursos de curta duração. A partir de certo momento, acrescentou, a situação começou a se inverter, e, hoje, despontam claramente as públicas, que, ao se destacarem nos diferentes estados da Federação, colocam o Brasil à frente de nações como Portugal, Espanha e Itália.

Segue uma passagem reveladora de seu pensamento:

Eu compararia o sistema universitário brasileiro – cujas universidades boas são sobretudo públicas e as particulares com a qualidade da PUC são exceção – com o da Alemanha: universidades de ponta como a USP, a UFRJ e a PUC-Rio não devem nada às melhores alemãs. E olhe que a Alemanha tem uma grande tradição acadêmica. [...] Em vez da realidade com que me deparei na década de setenta, hoje o Brasil tem um sistema universitário sólido, bem estabelecido, que funciona, com pessoas fortes em todos os estados.

Em meu retorno do pós-doc, publiquei a entrevista na 12ª edição do *Fórum de Literatura Brasileira Contemporânea*,¹ que mantemos na UFRJ, e desde então costumo reproduzir alguns trechos em aulas, congressos e redes sociais. Faço isso por saber da importância de a análise brotar da cabeça de um alemão naturalizado americano respeitado nas mais importantes instituições do Ocidente, nas quais vive fazendo palestras e dando cursos.

Contrapor sua avaliação à infeliz proposta de privatização feita pelo Luís Roberto Barroso, por exemplo, me pareceu uma boa maneira de desvelar, por contraste, a indigência da visão acadêmica do ministro do STF – que, por ignorância, leviandade e sabe-se lá que outros motivos, estimula a perpetração de um crime tão horrendo e escandaloso quanto a destruição de sítios arqueológicos pelo Estado Islâmico. Além de a universidade pública brasileira ser um patrimônio inestimável, seu desmanche reduziria drasticamente as chances de o país produzir ciência e universalizar o ensino superior. Atacá-la é investir, a um só tempo, contra o passado, o presente e o futuro.

1 Disponível em: www.forumdeliteratura.com.br.

Trunfos

A necessidade de usar todos os argumentos possíveis contra a ameaça que pesa sobre a universidade pública cresceu concomitantemente ao agravamento de uma situação que, no entanto, vem de longe. Por mais que me oponha ao golpe, não consigo esquecer o trauma vivido ainda em 2012 e repetido em 2015, quando os respectivos ministros da Educação simplesmente se negaram a dialogar com o histórico Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES). A insensibilidade e intransigência de Mercadante e Janine se harmonizavam à crescente aposta no neoliberalismo por parte de um governo que, esquizofrenicamente, precisávamos combater no campus e defender nas ruas.

Mas não menciono essas duas greves emblemáticas movido pelo desencanto com parte da esquerda, e sim porque, como sabemos, as convulsões podem tanto cobrar preços altos quanto propiciar a publicização da utopia. Diante da passagem da precarização para o risco de morte, que resta à universidade pública senão se valorizar ao máximo a seus próprios olhos e da sociedade? Que a travessia pelo flagelo tenha como alvo colocá-la em posição melhor do que se encontrava antes do impeachment – que, é preciso repetir, já não era boa.

Claro, os sucessos dos inimigos públicos que usurparam o poder no ano passado são tão expressivos que, se não tivermos cuidado, desencorajam. Da mesma forma, o cansaço decorrente de a luta parecer sem fim pode levar ao esmorecimento. Mas talvez uma boa maneira de banir o desânimo seja listar alguns de nossos trunfos, a começar pela coesão entre alunos, docentes e técnicos administrativos.

Os três segmentos que compõem a comunidade acadêmica naturalmente têm pautas distintas, porém associam às suas próprias reivindicações a bandeira da otimização das condições gerais de funcionamento. No dia em que isso realmente acontecer, sim, todos poderão desempenhar a contento suas funções, e a universidade realizará plenamente sua missão.

Nas discussões travadas pelos professores durante as duas greves acima referidas, por exemplo, a necessidade de organizar a carreira e melhorar os salários era bem menos tematizada que a cobrança de mais verba para a educação. Não recordo o segmento que primeiro parou, mas o movimento se mostrou verdadeiramente efervescente no instante em que estudantes, professores e técnicos administrativos formaram um só contingente de braços cruzados. A partilha de uma pauta considerável de reivindicações torna a comunidade acadêmica um monólito dos mais resistentes.

Acrescente-se o fato de a universidade tirar bastante de sua razão de ser do exercício crítico e da liberdade de expressão. Nas públicas, a percepção aguda dos obstáculos se desdobra no sentimento de que devem ser enfrentados por toda a comunidade. A aglutinação do conjunto de forças se mostra ainda mais fácil neste momento, em que os costumeiros assaltos do mercado são intermediados por políticos vistos amplamente como ilegítimos e larápios. À revolta diante do descaso com que a educação sempre foi tratada no país se soma a indignação de se perceber que o bando que tenta mais aguerridamente erradicar o sonho de universidade pública, gratuita e de qualidade é composto inteiramente por golpistas.

Métodos

A denúncia do crime em curso se faz cada vez mais presente na internet, que, levando-se em conta que toda a comunidade acadêmica é informatizada, certamente continuará um dos fronts mais valiosos. Como quase todo mundo tem familiaridade com os procedimentos de edição nas redes sociais, a divulgação de atos costuma se desdobrar na abertura de fóruns de discussão e transmissão de dados sobre os diferenciais da universidade pública, a começar pela capacidade de combinar ensino, pesquisa e extensão. Dado o espírito público do movimento, também ganha relevância a defesa de cotas, bolsas, alojamentos, bandejões, meios de transporte e demais

condições de estudo. Como é sabido, a crescente disseminação de conteúdos dessa natureza ajuda a manter a chama da luta e desfaz parte da desinformação veiculada pela grande mídia – venenosamente privatista.

Agora, devo admitir que a certeza de que conseguiremos cada vez mais resultados com o uso da internet e de outras frentes de articulação se faz acompanhar de uma dúvida atroz quanto ao recurso à interrupção das aulas. Para que a confissão não passe por corpo mole ou derrotismo, preciso dizer que participei ativamente das duas greves das federais e, nas assembleias realizadas nas diferentes unidades da UFRJ, aprendi imensamente. Também vibrei a cada votação cujo placar garantia a continuidade da paralisação e me emocionei de perceber que o amor à universidade aflora de maneira ainda mais intensa nessas ocasiões. Caso se deflagre uma nova greve, não somente respeitarei a decisão da maioria como me engajarei com a mesma disposição das vezes passadas. Meu receio diz respeito ao inevitável esvaziamento do campus.

Claro, os últimos tempos foram pródigos em ideias para substituir as aulas por atividades de ocupação. Entretanto, a própria realidade se encarrega de esvaziar rapidamente esse tipo de ação. Vi isso acontecer nas reuniões e assembleias. Particularmente, enfrentei o problema na oficina de microcontos que mantive durante a greve de 2015: o entusiasmo inicial dos estudantes rendeu textos bacanas, que veiculamos pelo Facebook, com vinheta, foto e outros toques editoriais; a despeito do interesse, porém, os escritos começaram a escassear devido a problemas muito concretos, como falta de dinheiro para pagar a passagem de ônibus até um encontro que, por mais bem-intencionado que seja o participante, passa rapidamente a ser sentido como diletante.

Esforço igualmente titânico – e nem sempre exitoso – precisamos fazer para vencer a resistência de colegas e estudantes que se sentem prejudicados pela greve ou simplesmente não a consideram um instrumento eficaz de luta. De fato, o próprio governo Dilma quase não

deu importância às duas greves e, já na primeira, se limitou a negociar com um sindicato nacional pelego, de modo a usar o beneplácito interesseiro dos grandes meios de comunicação para desmoralizar nosso movimento e restringir o atendimento das reivindicações ao oferecimento de migalhas. Ninguém precisa ser paranoico nem profeta para imaginar a turma de Temer aproveitando o ermo em que o campus se torna em determinadas fases da greve para, em conluio com a mídia marrom, reforçar a demonização e acelerar o desmonte da universidade pública.

Sei que minha dúvida quanto à recorrência à greve nas atuais circunstâncias desagradei companheiros de longa data, mas, em nome da honestidade intelectual, preciso não somente manifestá-la como dizer da esperança de conseguirmos conciliar a manutenção do calendário acadêmico com uma agenda de militância sem tréguas. Se a situação é tão calamitosa que cogitamos de parar, por que não pensamos uma maneira de garantir a continuidade do movimento sem arredar do campus? A alegação de que as tarefas cotidianas não nos deixam tempo para mais nada cai por terra ao lembrarmos que o que está em jogo é a própria existência de tais tarefas – graças às quais progredimos e sobrevivemos.

Minha proposta não é nada nova, e, entre os incômodos que ela causa até mesmo em mim, encontra-se o fato de ecoar discursos, que ouvi em assembleias, de gente associada ao peleguismo. Contudo, acredito que seus efeitos dependem fundamentalmente da seriedade de quem a pensa e concretiza. Se somos capazes, por exemplo, de elaborar planos de trabalho de quatro anos que transformam simples ideias em teses, que nos falta para programar uma atuação multifacetada, intra e extramuros, pactuada pelos três segmentos que constituem a comunidade acadêmica, com objetivos a serem atingidos a curto, médio e longo prazos?

Sua realização esbarra em diferentes percalços, que, de toda forma, não serão maiores que aqueles enfrentados durante as greves. A seu favor, encontram-se a dilatação da base de apoio ao

movimento no interior da universidade e junto à opinião pública, a defesa do campus mediante sua ocupação integral e a substituição do enfrentamento episódico pelo avanço contínuo do movimento. Afinal, não sabemos até quando os usurpadores continuarão no poder, e, de resto, mesmo que voltemos à democracia, mediante a eleição direta de um novo presidente, nada garante que a universidade seja priorizada. Com todo o respeito pelo sagrado direito da greve, quem sabe não seja hora de discutirmos exaustivamente um programa de luta ininterrupta, pautada por metas que nos coloquem à frente e não a reboque dos governos?

REFLEXÕES SOBRE A FUNDAÇÃO CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTADUAL DA ZONA OESTE

Rosana da Paz Ferreira

A FUNDAÇÃO CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTADUAL da Zona Oeste (UEZO) existe em função de políticas públicas de expansão do ensino superior no Rio de Janeiro, especialmente na região da Zona Oeste, que abriga cerca de 328.370 habitantes (IBGE, 2010) e apresenta grande potencial de crescimento. Diante desse cenário, era indiscutível a demanda reprimida e a necessidade de ampliar o acesso da população da Zona Oeste à educação pública superior e de qualidade. Entretanto, uma formação de qualidade requer equilíbrio entre conhecimentos práticos e teóricos, além do estímulo à geração e à difusão de conhecimento por meio de pesquisa, inovação e também de projetos de extensão. O professor dessa instituição não pode ser apenas um docente capaz de ministrar aulas, deve também ser um pesquisador com condições de promover investigações e trabalhos de pesquisa, sempre preocupado com os interesses da sociedade. Por esse motivo, o professor titular e educador José Dias Sobrinho afirmou, catorze anos atrás, que “ensinar sem pesquisar afasta da realidade; pesquisar sem ensinar esclerosada; ensinar ou pesquisar sem vinculação com o meio elitiza”. É, então, indiscutível que a qualidade no ensino tenha como requisito a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, uma característica que também está evidenciada na lei de formação da UEZO e muito clara no seu Regimento Geral.

A UEZO tem em seu quadro de funcionários cerca de 100 docentes com doutorado, que desenvolvem atividades da carreira de magistério, quais sejam: a docência (ensino, orientação acadêmica e de

trabalhos, monografias, dissertações ou teses); a geração de conhecimentos (realização de pesquisas, elaboração de textos para publicação, participação em conselhos editoriais, científicos ou culturais, apresentação de trabalhos em congressos, seminários e outros); a extensão (desenvolvimento de práticas acadêmicas de natureza educativa, cultural, científica ou tecnológica, tais como cursos e projetos voltados para a comunidade); e a administração (atividades de direção, chefia, coordenação, assessoria, gerenciamento de programas ou projetos e participação em colegiados, comissões ou similares). Observamos a produtividade dos professores até 2013, e, em média, há, por cada docente, dez artigos completos publicados em periódicos e pelo menos um livro ou capítulo de livro publicado, e, por cada grupo de dez, três patentes e quatro orientações de iniciação científica já concluídas. Além disso, apesar de a UEZO ser uma instituição nova, os professores, que têm em média 40 anos, já concluíram a orientação de quase quarenta mestres e de sete doutores. O número de outorgas entregues à FAPERJ pelos professores da UEZO de 2009 (ano de obtenção da autonomia da universidade) até 2013 é de quase 21 a cada ano. Esses são os dados observados em um grupo que ainda nem recebeu o estímulo merecido à produtividade, que é a dedicação exclusiva (DE). Não estão sendo mostrados todos os dados de docência, geração de conhecimento e extensão, mas é possível formar um panorama. Os docentes realizam essas e outras funções com grande dificuldade, pois o salário que a maioria recebe não é suficiente para sua organização financeira, e, por isso, eles precisam assumir tarefas em outros locais também. A nossa dificuldade como professores para articular essas funções faz com que haja sério risco de enfrentarmos, conforme diversos autores que tratam de problemas em universidades, crises de hegemonia, de legitimidade e institucionais – principalmente de legitimidade, já que é clara a percepção de redução da nossa capacidade de desempenhar plenamente as funções da docência com qualidade se essas condições permanecerem, sobretudo diante da crescente perda salarial acumulada nos últimos anos.

É importante destacar que nem todas as atividades de docência, geração de conhecimento e extensão estão inseridas de modo direto nas atividades curriculares. Elas devem ocorrer principalmente a partir do estímulo da participação dos alunos em projetos de pesquisa e de extensão desenvolvidos por nós, professores. Em relação ao corpo docente, entretanto, não há estímulos, embora o esforço dos professores já tenha resultado na instalação de mais de dez laboratórios de pesquisa e no investimento da FAPERJ de quase 17 milhões de reais para as áreas de pesquisa e extensão dentro da UEO.

Para efetivar a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, é necessário o incentivo da pós-graduação. A UEO já possui atualmente um programa de pós-graduação na área de materiais e outro na área ambiental, ambos na modalidade mestrado profissional, atendendo à demanda de mercado na região e possibilitando discussões e novas aprendizagens, com intuito de fazer da pesquisa uma atividade com resultados que contribuam para o engrandecimento do estado.

Desse modo, está claro que o trabalho do docente da UEO não é restrito à sala de aula. Também está claro que o docente necessita de tempo para se dedicar a pesquisas, elaboração de projetos, publicação de trabalhos, para se relacionar com a sociedade, entre outras atividades. A execução desses trabalhos com maior garantia de qualidade requer sua dedicação de modo exclusivo à instituição. O regime da DE, em qualquer instituição de ensino superior (IES), é um mecanismo de incentivo, não de premiação ou privação. A premiação deveria ser obtida por meio do plano de carreiras. Por essa razão, a Lei nº 4.805, de 29 de junho de 2006, cita que os servidores docentes pesquisadores, em regime de dedicação exclusiva, são submetidos ao regime estadual. Já a Lei nº 5.380, de 16 de janeiro de 2009, determina que a UEO instale o regime de trabalho para os docentes da instituição, a ser estabelecido por lei específica.

As universidades federais adotam o regime de dedicação exclusiva desde meados de 1970. No âmbito das universidades estaduais, a UENF já nasceu com o regime de dedicação exclusiva para os docen-

tes; a UERJ, desde a década de 1990, possui o programa PROCIÊNCIA, que era tratado pela própria instituição como o “seu programa de dedicação exclusiva”, embora tivesse consequências negativas relacionadas à competitividade (conforme Lucia de Assis Alves, em 2005). Bem recentemente, a UERJ adotou a DE, e, curiosamente, após a sua aprovação na ALERJ, entre os vários comentários positivos relativos a essa conquista por parte dos deputados, destaca-se um que alegava que “a proposta representava a correção de um equívoco, já que a UERJ [era] a única instituição pública sem dedicação exclusiva no país”.

A UEZO, por sua vez, tem a dedicação exclusiva em sua lei, mas ainda não foi implementada. O regime da DE na carreira docente da universidade deve ser urgentemente concebido como uma ação destinada ao incentivo à produção científica e tecnológica e ao estímulo à inovação e ao trabalho de extensão. Professores da UEZO com carga horária de 40 horas semanais poderão optar pelo regime, em que receberão um adicional para trabalhar integralmente com pesquisa e ensino na instituição. Além disso, será importante como incentivo à fixação de docentes pesquisadores, o que é fundamental, visto que já observamos uma evasão de cerca de 10% dos professores adjuntos efetivos, mesmo considerando que os primeiros efetivos tomaram posse somente em 2009. Também será importante como motivação para atingir um objetivo qualquer – nesse caso, a IES com a DE instituída. Até na formação básica, em função da grande necessidade de valorizar o docente e de melhorar a qualidade de seu trabalho, isso já foi anteriormente almejado por senadores.

Em torno de 60% dos professores adjuntos apresentaram interesse em aderir à dedicação exclusiva. Contudo, um estudo feito pela Pró-Reitoria de Administração e Finanças da UEZO revelou que o impacto orçamentário no governo com a implantação do regime da DE, considerando 129 docentes (o quantitativo total de vagas já autorizadas pelo Poder Executivo), seria de R\$ 7.235.907,24, já com a remuneração-base, o 13º salário, um terço das férias, Rioprevidência, PASEP e demais encargos, além do valor da dedicação exclusiva (62,5% da remuneração-base).

Apesar das dificuldades para vencer essa demanda, uma recente avaliação externa divulgada pela *Folha de S.Paulo* revelou que quatro dos dez cursos da U_{EZO} estão entre os cem melhores cursos do Brasil no Ranking Universitário Folha (RUF) 2013. Alguns de nossos cursos estiveram à frente de até duas instituições públicas do Rio de Janeiro. A avaliação feita pela própria universidade mostrou que mais de 75% dos docentes da U_{EZO} se sentem desvalorizados. A autoavaliação é, além de ferramenta para melhorias, um meio de a IES de prestar contas à sociedade com relação aos seus compromissos e promessas.

Precisamos reabrir as portas e garantir a continuidade dessa instituição de ensino superior pública, consolidada na Zona Oeste do Rio de Janeiro, denominada Fundação Centro Universitário Estadual da Zona Oeste. A U_{EZO} foi instituída em conformidade com o disposto na Lei nº 3.808/2002 e nos Decretos nº 37.100/2005, nº 38.959/2006 e nº 39.171/2006. Em 2009, foi estabelecida pela Lei nº 5.380 como fundação de direito público, vinculada à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Social. Contudo, a universidade vive uma situação equivalente a um estado de exceção, em termos de instituição de ensino superior, e requisita mudanças profundas que são reiteradamente negadas ou adiadas. Não possuímos, de modo pleno, autonomia constitucional de gestão financeira, jurídica e patrimonial, administrativa ou mesmo pedagógico-científica. A U_{EZO} está em “extrema-unição”, como colocado por um deputado em plena audiência pública na ALE_{RJ} em abril de 2016.

Destacamos, aqui, os projetos de extensão que são coordenados por professores ou funcionários habilitados da U_{EZO}, podendo ser desenvolvidos por equipes multidisciplinares e interinstitucionais. Cabe à Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT) cadastrar e estimular o funcionamento dos projetos, assim como apresentar fontes de financiamento e auxiliar na gestão administrativa destes. Uma das principais fontes de financiamento é o Programa de Extensão Universitária (PROEXT) do MEC, voltado para fomentar projetos e progra-

mas de extensão das universidades públicas. Nesse sentido, uma das primeiras ações realizadas foi viabilizar a participação de propostas de professores da UEZO no edital citado. É importante citar que a UEZO nunca havia participado desse edital do MEC. No ano de 2015, cinco propostas foram enviadas por professores da UEZO, alcançando, três dessas, a pontuação mínima para classificação. Não houve lançamento de novo edital no ano de 2016.

A partir do que foi suprarrelatado, vemos a enorme relevância que os órgãos de fomento, principalmente a FAPERJ, prestam ao estado do Rio de Janeiro na pesquisa e extensão com seus editais. A CAPES é outro órgão importante para aqueles que tem pós-graduação, como a UEZO.

moção de apoio

A Reitoria da Universidade Federal de Juiz de Fora manifesta seu apoio à comunidade acadêmica da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) que atravessa um momento crítico, colocando em risco sua sobrevivência enquanto relevante instituição de ensino, pesquisa e extensão. Diante do processo que culminou com a precariedade de repasses financeiros por parte do Governo do Estado do Rio de Janeiro, estudantes, corpo técnico-administrativo e docentes vivenciam uma situação de incerteza e instabilidade, alcançando, por suposto, um amplo universo de indivíduos e instituições que são diretamente beneficiadas com um trabalho de excelência, consolidado e reconhecido ao longo de seus 64 anos de existência.

Em face da urgência da atuação do Estado na preservação e continuidade das imprescindíveis atividades desenvolvidas por meio deste patrimônio público, científico e cultural do país, a Reitoria da UFJF se une a todos que lhe prestam solidariedade.

Defender a UERJ é defender a educação pública, importante pilar do desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e, sobretudo, social do país.

A UERJ resiste. Estamos ao seu lado.

Universidade Federal de Juiz de Fora

Lohane Castro | aluna da FEBF

13 de janeiro

Desde que o meu 1º período (em 2015) acabou eu sempre paro pra pensar onde eu poderia estar, fazendo o que e se estaria feliz. Todas as vezes (já se foram 3 finais de período) eu chego a mesma conclusão: Eu não seria tão feliz como sou na UERJ e no curso de Pedagogia. Ser estudante da UERJ e principalmente ser estudante de Pedagogia no campus da FEBF, me proporcionou uma oportunidade que eu estava louca pra ter: conhecer pessoas que morassem no mesmo município para o qual eu havia me mudado, mas pessoas que tivessem objetivos próximos aos meus, em relação a política, a cidade e a tudo que envolve resistência. Na FEBF eu aprendi que a vida é muito mais do que uma simples passagem. Na FEBF eu descobri que haviam tantas pessoas como eu por aí, pessoas que como eu se esforçaram e sempre batalharam muito pra alcançar seus objetivos. Pessoas que como eu eram pobres [...], muitas pessoas que sempre tiveram de ser resistentes, porque morar na periferia sempre nos cobrou isso [...]. Minha ida pra FEBF me proporcionou estudar na Baixada Fluminense, uma experiência nova e que só em pensar me causa arrepios por eu ser tão grata a isso! Estar na FEBF me deu condições de viver a cidade e a Baixada Fluminense e não só vir aqui pra comer e dormir. Na FEBF eu vi que eu realmente posso ir muito mais além do que eu já imaginei na minha vida. Estudar em Caxias me proporcionou

uma fase da militância, cujo a qual eu eu ainda não tinha vivido. Me proporcionou pensar mais a Baixada Fluminense, viver mais a Baixada Fluminense [...], local onde construí laços tão fortes, [...] onde sofri os primeiros ataques políticos, local onde vi moradores de um bairro ir pra cima do choque, local que tem um dos SEPE mais combativos do Brasil (mesmo que as vezes tenhamos divergências). Por mais que eu esteja falando tanto da Baixada e pouco da UERJ, foi a UERJ que me proporcionou ter vivido e experimentado tudo isso! Hoje eu poderia está na Pedagogia da UFF de Angra ou tá na UERJ Maracanã cursando Direito, mas como nada na vida é por caso, estou na UERJ, cursando Pedagogia e num campus da Baixada Fluminense. [...] Sou muito grata por ter conhecido pessoas incríveis, por ter parado de ir nos atos sozinha, por ter aprendido tanto com tantas pessoas [...]. Aaaaaah, a UERJ também me proporcionou dar umas viajadas e acreditar que eu mesmo pobre sou capaz de muito! E me proporcionou ter professores doutores que também vieram da Baixada Fluminense. Que em 2017 a família febefiana possa permanecer em união e que possamos ter coragem para ir a luta e ao combate para defender o que é nosso e um local que apesar de ter muitos problemas é pioneiro em relação a cotas e que foi responsável pelo primeiro campus universitário e público na Baixada Fluminense (LÓGICO QUE FOI CONQUISTA ESTUDANTIL E ESSA CONQUISTA NINGUÉM TIRARÁ DE NÓS!) [...]. #souuerj #soufebf

#uerjresiste

ENQUANTO AS UNIVERSIDADES CAMINHAM PARA UM MODELO DE NEGÓCIOS CORPORATIVO, A PRECARIEDADE É IMPOSTA PELA FORÇA¹

Noam Chomsky

Sobre a contratação de docentes sem plano de *tenure*²

ISSO FAZ PARTE DE UM MODELO DE NEGÓCIOS. É o mesmo que contratar temporários na indústria, ou o que chamam de “*associates*” no Walmart, empregados que não têm direito a benefícios. Faz parte de um modelo de negócio corporativo concebido para reduzir os custos da força de trabalho e para aumentar a subserviência trabalhista. Quando as universidades se tornam corporatizadas, como tem acontecido bem sistematicamente durante a última geração como parte de um ataque neoliberal geral à população, seu modelo de negócio significa que o que importa é o resultado.

Os donos de verdade são os administradores (ou o conselho, no caso de universidades estatais), e eles querem manter os custos

1 Tradução: Phellipe Marcel.

N.T.: Este texto é uma transcrição editada (preparada por Robin J. Sowards) de observações feitas por Noam Chomsky em dezembro de 2016 numa reunião de membros e simpatizantes da associação de professores adjuntos da United Steelworkers, em Pittsburgh, na Pensilvânia. Originalmente publicado em: <<https://politics1660.wordpress.com/2017/01/07/noam-chomsky-as-universities-move-towards-a-corporate-business-model-precarity-is-being-imposed-by-force/>>. Para entender: um adjunct faculty está inserido numa carreira diferente de quem tem tenure — cujos sentidos são mais explorados na nota seguinte —, e não conta com estabilidade.

2 N.T.: O regime de “tenure track”, nas universidades estadunidenses, significa que o professor é contratado sob um plano de carreira que lhe permite, depois de alguns estágios acadêmicos, uma firme estabilidade nas universities/colleges, com dedicação exclusiva.

baixos e se certificar de que a força de trabalho é dócil e obediente. O modo de fazer isso é, essencialmente, com temporários. Assim como a contratação de temporários aumentou vertiginosamente no período neoliberal, o mesmo fenômeno se repete nas universidades.

A ideia é dividir a sociedade em dois grupos. Um grupo é chamado de “plutonomia” (termo utilizado pelo Citibank quando aconselharam seus investidores quanto a onde investir seus fundos), o setor de elite da riqueza, global, mas concentrado em lugares como os Estados Unidos. O outro grupo, o resto da população, é um “precarizado”, que vive numa existência precária.

Essa ideia às vezes é colocada bem abertamente. Então, quando Alan Greenspan testemunhava ao Congresso em 1997 sobre as maravilhas econômicas que conduzia, ele disse explicitamente que uma das bases de seu sucesso econômico era a imposição daquilo que chamou de “maior insegurança trabalhista”. Se os trabalhadores estão mais inseguros, isso é mais saudável para a sociedade, porque, assim, não reivindicarão aumentos, não entrarão em greve, não pedirão benefícios; eles servirão a seus mestres alegre e passivamente. E isso é ótimo para a saúde econômica das corporações.

Naquela época, todos consideraram o comentário de Greenspan muito razoável, tomando a falta de reação e a grande fama de que ele desfrutava. Bem, transfiramos isso para as universidades: como se asseguraria uma “maior insegurança trabalhista”? Crucialmente, não garantindo o emprego, mantendo as pessoas oscilando num limbo que pode ser cortado a qualquer momento, de modo que seja melhor que elas se calem, aceitem salários minúsculos e façam seus trabalhos; e, se lhes for concedida a bênção de serem permitidas a servirem sob condições miseráveis por mais um ano, elas devem agradecer por isso, e não pedir mais.

É assim que se mantêm as sociedades eficientes e saudáveis, do ponto de vista das corporações. E, à medida que as universidades caminham rumo a um modelo de negócio corporativo, a precariedade é exatamente o que está sendo imposto. Será cada vez mais comum.

Esse é um aspecto, mas há outros que também são muito conhecidos da indústria privada; a saber, um grande aumento de camadas de administração e de burocracia. Se você precisa controlar as pessoas, precisa ter uma força administrativa que faça isso. Então, na indústria dos Estados Unidos muito mais do que em qualquer outro lugar, há camadas sob camadas de gerenciamento – uma espécie de desperdício econômico, mas útil para o controle e a dominação.

O mesmo é válido nas universidades. Nos últimos trinta ou quarenta anos, tem havido um aumento agudo na proporção de administradores dos corpos docente e discente; o balanço entre professores e alunos tem se mantido mais ou menos igual, mas a proporção de administradores se elevou absurdamente.

Há um livro muito bom sobre isso, de um sociólogo bem conhecido, Benjamin Ginsberg, chamado *The Fall of the Faculty: The Rise of the All-Administrative University and Why It Matters* [A queda do corpo docente: o crescimento da universidade toda-administrativa, e por que isso é importante], que descreve detalhadamente o estilo de negócio da administração massiva e dos níveis de administração – e, claro, dos muito bem-pagos administradores. Isso inclui administradores profissionais, como *deans*³, que costumavam ser os membros do corpo docente que se licenciavam por alguns anos para servirem com capacidade administrativa e depois voltavam para o corpo docente; agora eles são, em sua maioria, profissionais que então precisam contratar *sub-deans*, secretários e tudo mais, toda uma proliferação de estrutura que acompanha os administradores. Tudo isso é outro aspecto do modelo de negócio.

Mas usar força de trabalho barata e vulnerável é uma prática de negócio que remonta a tão longe quanto podemos rastrear o surgimento da iniciativa privada, e sindicatos emergiram em resposta a isso. Nas universidades, força de trabalho barata e vulne-

3 N.T.: No esforço de diferenciarmos os modelos norte-americano e brasileiro, mantivemos aqui o termo “*dean*”, que vem sido, em diversos discursos, traduzido como “*reitor*”. Como se verá, não correspondem muito bem, no caso deste texto.

rável significa *adjuncts*⁴ e estudantes de pós-graduação – estes são ainda mais vulneráveis, por motivos óbvios. A ideia é transferir a instrução para trabalhadores precários, o que aumenta a disciplina e o controle, mas também permite a transferência de fundos para outras finalidades que não a educação.

Os custos, claro, são cobertos pelos estudantes e pelas pessoas que são arrastadas para essas ocupações vulneráveis. Mas a transferência de custos para as pessoas é uma característica-padrão de uma sociedade baseada em negócios. Então, por exemplo, suponhamos que você encontre um erro no seu extrato bancário e que ligue para o banco para corrigi-lo. Bem, você sabe o que acontece. Você liga para eles e é recebido por uma mensagem gravada que diz: “Nós adoramos você, escolha uma opção”. Talvez o que você procure esteja entre as opções, talvez não. Se você encontra a correta, escuta uma musiquinha, e de vez em quando surge uma voz que diz: “Por favor, aguarde. Você é muito importante para nós”, etc. e tal.

Finalmente, depois de algum tempo, você consegue falar com um ser humano a quem pode fazer uma pergunta curta. É isso que os economistas chamam de “eficiência”. Nas medidas econômicas, o sistema reduz os custos de mão de obra para o banco; claro, isso impõe os custos a você, e esses custos são multiplicados pelo número de usuários, que pode ser enorme – mas isso não é contabilizado como custo num cálculo econômico. E, se você observa como a sociedade funciona, encontrará isso em todo lugar.

Assim a universidade impõe os custos aos estudantes e aos docentes que não apenas estão fora da carreira de *tenure*, mas também são mantidos num regime que garante que eles não tenham nenhuma segurança. Tudo isso é perfeitamente natural, de acordo com os modelos de negócio corporativos. É prejudicial para a educação, mas a educação não é seu objetivo.

4 N.T.: Como já dissemos, um *professor adjunto* nos Estados Unidos possui um estatuto completamente diferente do encontrado nas universidades brasileiras.

De fato, se você olha pra mais longe no passado, encontra rastros ainda mais profundos que isso. Se voltarmos ao começo dos anos 1970, quando muito disso começou, havia muita preocupação principalmente no espectro político do ativismo dos anos 1960; é o que se chama comumente de “tempo de dificuldades”. Foi um “tempo de dificuldades” porque o país estava se civilizando, e isso é perigoso. As pessoas estavam se tornando politicamente engajadas e tentando conquistar direitos para grupos que são chamados de “special interests”, como mulheres, trabalhadores, fazendeiros, jovens, idosos e assim vai. Isso levou a uma séria reação, o que foi bem manifesto.

Na extremidade liberal do espectro, há um livro chamado *The Crisis of Democracy: Report on the Governability of Democracies to the Trilateral Commission* [A crise da democracia: relatório sobre a governabilidade de democracias para a Comissão Trilateral], de Michel Crozier, Samuel P. Huntington e Joji Watanuki, produzido pela Trilateral Commission, uma organização de internacionalistas liberais. O governo de Jimmy Carter foi quase inteiramente concebido a partir de suas classificações. Eles estavam preocupados com o que chamavam de “crise da democracia” – em outras palavras, com o fato de haver democracia demais.

Nos anos 1960, houve pressões da população, essa de “special interests”, para tentar conquistar direitos na arena política, e isso pôs muita pressão sobre o Estado. Não se pode fazer isso. Houve um “special interest” que eles deixaram de fora, o setor corporativo, porque seus interesses são o “interesse nacional”; o setor corporativo deve controlar o Estado para que não falemos deles. Mas os “special interests” estavam causando problemas, e eles disseram: “Precisamos moderar na democracia”. O público deveria voltar a ser passivo e apático.

E eles estavam particularmente preocupados com escolas e universidades, que disseram não fazerem bem seu trabalho de “doutrinar os jovens”. Você pode ver, pelo ativismo estudantil (o movimento dos direitos civis, o movimento antiguerra, o movi-



mento feminista, os movimentos ambientais), que os jovens simplesmente não estão sendo doutrinados direito.

Bem, como se doutrinam os jovens? Há diversas maneiras. Uma delas é carregá-los de uma dívida de empréstimo estudantil desesperadoramente pesada. As dívidas são uma cilada, principalmente a dívida estudantil, que é enorme, muito maior do que a dos cartões de crédito. É uma cilada para o resto de sua vida, porque as leis são feitas para que você não possa se livrar delas. Se uma empresa, digamos, ficar muito enrolada em dívidas, ela pode declarar falência, mas indivíduos quase nunca são perdoados de suas dívidas estudantis por meio de uma falência. Podem até mesmo confiscar sua previdência social se você falhar em pagar. Essa é uma técnica disciplinar.

Não digo que ela tenha sido conscientemente criada para esses fins, mas certamente produz esse efeito. E é difícil argumentar que haja alguma base econômica para tal. Basta dar uma olhada no mundo agora: o ensino superior é gratuito na maior parte dele. Nos países com os mais altos padrões educacionais, como a Finlândia, que está sempre no alto dos ranqueamentos, o ensino superior é gratuito. E em um país capitalista rico e bem-sucedido como a Alemanha ele é gratuito também. No México, um país pobre, que apresenta padrões educacionais bem decentes – considerando as dificuldades econômicas que sofrem –, também é gratuito.

Na verdade, olhe para os Estados Unidos: se voltarmos para os anos 1940 e 1950, veremos que o ensino superior era quase gratuito. A GI Bill forneceu ensino gratuito para um grande número de pessoas que nunca teriam conseguido frequentar uma faculdade. Foi muito bom para eles, bem como para a economia e para a sociedade; foi um dos motivos pela alta taxa de crescimento econômico. Até nas faculdades privadas, o ensino era quase gratuito.

Tomem-me como exemplo. Fui para a faculdade em 1945 numa universidade da Ivy League, a University of Pennsylvania, e as taxas escolares eram de US\$ 100. Corrigindo nos valores de hoje, talvez uns US\$ 800. E era muito fácil conseguir uma bolsa de estudos para

que você pudesse morar em casa, trabalhar, ir para a faculdade; e isso não te custava nada. Agora é absurdo. Tenho netos na faculdade que precisam pagar pelas taxas escolares e trabalhar, e é quase impossível para os estudantes – o que é uma técnica disciplinar.

Uma outra tática de doutrinação é a de cortar o contato entre docentes e discentes: salas de aula enormes, professores temporários sobrecarregados que mal conseguem sobreviver com seu salário como *adjuncts*. E, como não se tem segurança trabalhista, não se pode construir uma carreira, não se pode progredir e ganhar mais.

É algo muito parecido com o que se espera de uma fábrica, onde os operários devem ser disciplinados, obedientes; eles não devem ocupar papéis de, digamos, organização da produção ou de determinação de como o espaço de trabalho funciona – esse é o trabalho da administração. Isso agora é transferido para as universidades. E acho que não surpreende ninguém que tenha qualquer experiência na iniciativa privada, na indústria; esse é o modo como se trabalha lá.

Sobre como o ensino superior deveria ser

Primeiramente, deveríamos descartar qualquer ideia de que já houve uma “idade de ouro”. As coisas eram diferentes e, de algumas maneiras, melhores no passado, mas longe de perfeitas. As universidades tradicionais eram, por exemplo, extremamente hierárquicas, com pouquíssima participação democrática na tomada de decisões. Uma parte do ativismo dos anos 1960 dedicava-se a tentar democratizar as universidades, a tentar introduzir, digamos, representantes discentes nos comitês acadêmicos, a tentar introduzir técnicos-administrativos na participação.

Esses esforços foram levados adiante sob iniciativas discentes, com algum grau de sucesso. Muitas universidades agora têm alguma proporção de participação estudantil em suas decisões acadêmicas. E eu acho que esse é o tipo de coisa da qual deveríamos estar nos aproximando: uma instituição democrática, em que as pessoas

envolvidas na instituição – quem quer que sejam (docentes, discentes, técnicos-administrativos) – participassem na determinação da natureza e do funcionamento da instituição; e o mesmo deveria ocorrer nas fábricas.

Devo dizer que essas não são ideias radicais. Elas provêm diretamente do liberalismo clássico. Então, se você lê, por exemplo, John Stuart Mill, uma grande figura da tradição liberal clássica, vê que ele levou a sério que espaços de trabalho deveriam ser administrados e controlados pelas pessoas que trabalham neles. Isso é liberdade e democracia. Vemos as mesmas ideias nos Estados Unidos. Voltemos, por exemplo, à organização Knights of Labor. Um de seus lemas declarados era “estabelecer instituições tão cooperativas que tentam a suplantar o sistema de salários pela introdução de um sistema industrial cooperativo”.

Ou nos lembremos de alguém como John Dewey, um filósofo social famoso do século XX, que clamou por educação direcionada não apenas para a independência criativa nas escolas, mas também para o controle operário na indústria, o que chamava de “democracia industrial”. Ele diz que, enquanto as instituições cruciais da sociedade (como a produção, o comércio, o transporte, a mídia) não estiverem sob controle democrático, “a política [será] a sombra jogada na sociedade pelos grandes negócios”.

Essa ideia é quase elementar, tem raízes na história americana e no liberalismo clássico. Devia ser algo como uma segunda natureza para os trabalhadores, e deveria se aplicar, igualmente, às universidades. Há algumas decisões numa universidade em que você não quer ter [transparência democrática porque] deve, digamos, preservar a privacidade dos estudantes, e há vários outros tipos de questões sensíveis, mas, no grosso das atividades normais da universidade, não há motivo por que a participação direta não possa ser não apenas legítima, mas útil. No meu departamento, por exemplo, por quarenta anos contamos com representantes discentes participando utilmente nas reuniões de departamento.

Sobre “governança compartilhada” e controle trabalhista

Na nossa sociedade, a universidade é provavelmente a instituição social que chega mais perto de um controle trabalhista democrático. No âmbito de um departamento, por exemplo, é bem normal que, pelo menos para os docentes com *tenure*, se seja capaz de determinar em bom peso como seu trabalho é: o que se vai ensinar, quando se vai ensinar, o que vai ser do currículo. E a maioria das decisões sobre o real trabalho que os docentes cumprem está sob o controle dos professores.

Agora, é claro, há um nível mais alto de administradores que não se podem dominar ou controlar. O corpo docente pode recomendar alguém para a carreira com *tenure*, digamos, e essa decisão ser rejeitada pelos *deans*, ou pelo presidente, ou até mesmo por curadores ou conselheiros. É algo que não acontece com muita frequência, mas pode acontecer, e acontece. E isso sempre foi parte de uma estrutura subjacente, que, embora sempre tenha existido, era menos problemática quando a administração provinha do corpo docente e era revogável, por princípio.

Em sistemas representativos, você precisa ter alguém fazendo o trabalho administrativo, mas essa pessoa deveria ser revogável, em certa medida, sob a autoridade das pessoas que ela administra. Isso é cada vez menos válido. Há cada vez mais administradores profissionais, camada sob camada deles, com mais e mais posições sendo retiradas do controle do corpo docente. Mencionei antes o livro *The Fall of the Faculty*, de Benjamin Ginsberg, que entra em detalhes quanto a como isso funciona em muitas universidades que ele analisa de perto: Johns Hopkins, Cornell e algumas outras.

Enquanto isso, o corpo docente se reduz cada vez mais a uma categoria de trabalhadores temporários a quem está garantida uma existência precária sem chance de uma carreira com *tenure*. Tenho conhecidos que são palestrantes permanentes; não lhes é dado um estatuto real de docentes; eles precisam se candidatar todo

ano para que sejam nomeados novamente. Esse é o tipo de coisa que não devia ser permitido.

E no caso dos *adjuncts*, vem sido institucionalizado: não lhes é permitido fazer parte do aparelho de tomada de decisões, e eles são excluídos de qualquer segurança trabalhista, o que meramente amplifica o problema. Eu acho que toda a equipe devia ser integrada à tomada de decisões, já que eles também fazem parte da universidade.

Há, portanto, muito a fazer, mas eu acho que podemos entender facilmente por que essas tendências estão se desenvolvendo. Elas contribuem para impor um modelo de negócio sobre todos os aspectos da vida. Essa é a ideologia neoliberal com que a maior parte do mundo tem vivido nos últimos quarenta anos. É algo muito nocivo para as pessoas, e tem havido resistência a isso. E vale a pena notar que dois terços do mundo, pelo menos, escaparam dela, a saber: a Ásia Oriental, onde nunca a aceitaram, e a América do Sul, nos últimos cinquenta anos.

Sobre a suposta necessidade de “flexibilidade”

“Flexibilidade” é um termo que é muito conhecido pelos trabalhadores da indústria. Parte do que é chamado de “reforma trabalhista” significa tornar o trabalho mais “flexível”, facilitando a contratação e a demissão das pessoas. Isso é, repito, um modo de assegurar a maximização dos lucros e do controle. A “flexibilidade” deveria ser uma coisa boa, assim como a “maior insegurança trabalhista”. Deixando a indústria de lado, em que isso é verdade, nas universidades não há justificativa para tal.

Então imagine um caso em que haja déficit de matrículas. Não é um grande problema. Uma das minhas filhas dá aulas numa universidade; ela me ligou uma noite dessas e me contou que sua carga em sala de aula havia sido trocada porque um dos cursos que estava sendo oferecido estava com poucos inscritos. Ok, o mundo

não acabou, eles apenas trocaram sua grade horária em sala de aula – você dá uma disciplina diferente, ou um reforço, algo assim. As pessoas não precisam ser dispensadas ou ficar inseguras por causa da variação do número de alunos inscritos em suas disciplinas. Há muitos modos de compensar essa variação.

A ideia de que o trabalho deveria preencher as condições de “flexibilidade” é só outra técnica-padrão de controle e dominação. Por que não dizer aos administradores que eles devem ser dispensados se não há nada para eles fazerem naquele semestre, ou também aos curadores – por que eles têm que estar ali mesmo? A situação é a mesma com a alta gerência na indústria: se a força de trabalho precisa ser flexível, por que não a gerência? A maior parte dos administradores é bem inútil ou mesmo prejudicial, então vamos nos livrar deles.

E é possível seguir nesse caminho. Tomemos apenas as notícias dos últimos dias. Falemos, por exemplo, de Jamie Dimon, o CEO do banco JP Morgan Chase: ele acabou de ter um aumento substancial, que quase dobrou seu salário, como gratidão pelo fato de ter salvado o banco de acusações criminais que teriam encarcerado a diretoria; ele conseguiu safá-la tendo de pagar apenas US\$ 20 milhões em multas por atividades criminais. Bem, posso imaginar que se livrar de alguém como ele poderia ser útil para a economia. Mas não é disso que as pessoas estão falando quando abordam a “reforma trabalhista”. São os trabalhadores que precisam sofrer, e precisam sofrer com a insegurança, com o desconhecimento de onde vai vir o pão de amanhã, e por isso são disciplinados e obedientes e não levantam questões ou reivindicam seus direitos.

É assim que sistemas tirânicos operam. E o mundo dos negócios é um sistema tirânico. Quando ele é imposto às universidades, nota-se que as mesmas ideias se refletem nela. Isso não deveria ser segredo para ninguém.

Sobre o propósito da educação

Esses são debates que remontam ao Iluminismo, quando realmente se levantavam questões sobre o ensino superior e sobre a educação em massa, não apenas a restrita ao clero e à aristocracia. E havia basicamente dois modelos sendo discutidos nos séculos XVIII e XIX.

Eles eram discutidos com ilustrações muito sugestivas. Uma ilustração da educação era de que ela deveria ser como um reservatório a ser preenchido, digamos, com água. Isso é o que chamamos hoje em dia de “preparação para a prova”: coloca-se água num reservatório, e então o reservatório devolve a água. Mas o reservatório vaza muito, como todos nós que passamos pela escola vivenciamos, já que alguém podia decorar algo para passar numa prova na qual não tinha o menor interesse e uma semana depois se esquecer do conteúdo. O modelo do reservatório hoje em dia é chamado de “nenhuma criança será deixada para trás”, “ensinando para testar”, “corrida para o pódio”. Não importa o nome, e também há coisas parecidas nas universidades. Os pensadores do Iluminismo se opunham a esse modelo.

O outro modelo era descrito como baseado numa linha ao longo da qual o estudante progride de sua própria maneira, por iniciativa própria, talvez movendo a linha, talvez decidindo tomar outros caminhos, talvez levantando questões. Basear-se nessa linha significa impor algum grau de estrutura. Então, um programa educacional, qualquer que seja, um curso de física ou algo assim, não seguirá num vale-tudo; ele tem uma certa estrutura.

Mas seu objetivo é que o estudante adquira a capacidade de investigar, de criar, de inovar, de desafiar – isso é educação. Um físico mundialmente renomado, em um de seus cursos para calouros, foi perguntado sobre que conteúdos as aulas cobririam naquele semestre. Sua resposta foi: “Não importa o que cobriremos, importa o que vocês descobrirão”. Você precisa ganhar ao menos a capacidade e a autoconfiança de desafiar, criar e inovar, e é assim que você aprende,

é assim que você terá internalizado o material e poderá progredir. Não se trata de acumular um arcabouço estático de fatos sobre os quais você escreve num teste e esquece no dia seguinte.

Eis aí dois modelos bem distintos de educação. O ideal iluminista era o segundo, e eu acho que é por ele que deveríamos estar lutando. É isso que é a educação de verdade, do jardim de infância aos programas de pós-graduação. Na verdade, há programas como esses específicos para jardins de infância, e são muito bons.

Sobre o amor pelo ensino

Certamente queremos, tanto docentes quanto discentes, pessoas que estejam engajadas em atividades que sejam satisfatórias, agradáveis, desafiadoras, excitantes – e eu não acho que isso seja difícil. Até mesmo criancinhas são criativas, questionadoras; elas querem saber das coisas, entender as coisas, e, a não ser que arranquem isso da sua cabeça, elas mantêm esses sentimentos consigo pelo resto da vida. Se você tem a oportunidade de perseguir essas vontades e preocupações, é uma das coisas mais satisfatórias da vida.

Isso é válido se você é um físico, é válido se você é um carpinteiro; você está tentando criar algo de valor, lidar com um problema difícil e resolvê-lo. Acho que é isso que faz do trabalho o tipo de coisa que você quer fazer; você trabalha mesmo que não precise. Numa universidade que esteja funcionando razoavelmente, encontram-se pessoas trabalhando o tempo todo porque adoram trabalhar; é isso que elas querem fazer; elas recebem essa oportunidade, elas contam com os recursos, elas são encorajadas a serem livres, independentes e criativas – como poderia ser melhor? É isso que elas amam fazer. E repito: isso pode ser feito em qualquer nível de ensino.

Vale a pena pensar sobre alguns dos programas educacionais imaginativos e criativos que estão sendo desenvolvidos em diferentes níveis. Por exemplo, outro dia alguém descreveu para mim um programa que estão usando numa escola de ensino médio, um

programa de ciência em que se pede que os estudantes respondam à seguinte pergunta interessante: “Como um mosquito consegue voar na chuva?”.

É uma pergunta difícil, se você prestar atenção. Se algo bate num ser humano com a força com que uma gota de chuva bate num mosquito, ele seria imediata e completamente achatado. Então como que o mosquito não é esmagado instantaneamente? E como o mosquito consegue continuar voando? Se você persegue a questão – e é uma questão bem difícil –, você chega a questões de matemática, física e biologia que são desafiadoras o suficiente para que você queira respondê-las.

E é assim que o ensino deveria ser, em todos os níveis, desde literalmente o jardim de infância. Há programas de jardim de infância em que cada criança recebe uma coleção de pequenos itens: pedrinhas, conchas, sementes e coisas do tipo. Então, pede-se que a turma descubra quais são as sementes. Tudo começa com o que chamam de “conferência científica”: as crianças conversam e tentam descobrir quais são as sementes. E, é claro, há alguma orientação por parte do professor, mas a ideia é que as crianças reflitam.

Depois de um tempo, elas tentam vários experimentos e descobrem quais são as sementes. Nesse ponto, cada criança recebe uma lupa de aumento e, com a ajuda do professor, quebra a semente, a observa por dentro e encontra o embrião que permite que ela cresça. Essas crianças realmente aprendem algo, não só sobre sementes e o que as faz crescer; mas também sobre como descobrir. Elas estão aprendendo o prazer da descoberta e da criação, e é isso que se preserva em você independentemente, fora da sala de aula, fora do curso.

É o mesmo com todo o sistema de ensino até os programas de pós-graduação. Num seminário de pós-graduação, não se espera que os estudantes copiem e repitam tudo que você diz; espera-se que eles mostrem onde você está errado e que tragam novas ideias, que desafiem, que persigam numa direção nunca antes pensada. É isso que é o ensino de verdade em todos os níveis, e é isso que deveria ser enco-

rajado. Deveria ser o propósito da educação. Não se trata de tacar na cabeça de alguém informações que logo vazarão, mas de capacitar as pessoas a se tornarem criativas, independentes, gente que consegue se animar com a descoberta, a criação, a criatividade em qualquer nível ou em qualquer domínio que mova o sujeito.

Um conselho para sindicatos docentes

Vocês sabem melhor do que eu o que deve ser feito, o tipo de problemas que vocês enfrentam. Apenas sigam em frente e façam o que deve ser feito. Não se intimidem, não sejam ameaçados. Reconheçam que o futuro pode estar nas suas mãos se vocês estiverem dispostos a pegá-lo.



COMUNICAÇÃO SOCIAL NA UNIVERSIDADE PÚBLICA: A FORMAÇÃO DO COMUNICADOR PLURAL CONTRA A HEGEMONIA DO INTERESSE ECONÔMICO

Amaury Fernandes & Ricardo Benevides

PARA REFLETIR SOBRE AS PRÁTICAS DE ENSINO, pesquisa e extensão universitária no campo da Comunicação Social, talvez seja melhor contextualizar a realidade profissional, observando a perspectiva de evolução histórica e, em seguida, considerando o momento atual do mundo ligado à produção de informação (e sentido) em sua natureza mais diversa. Sem ir muito longe nessa recuperação de elementos, devemos obter algumas explicações a partir das considerações sobre a origem e o desenvolvimento dos meios de comunicação.

A Comunicação Social como ocupação profissional surge paulatinamente no ocidente. Originária da atividade gráfica, ganha dela sua denominação mais comum — imprensa — e seu patrono — Gutenberg —, herdando ainda toda uma terminologia que marcará a atividade, como repórter, jornal, editor etc. No seu começo, trata-se de uma atividade local, estritamente vinculada à cidade onde está localizada a gráfica produtora do veículo. Aos poucos, com as mudanças da sociedade industrial, ganha em área de influência e “urgência”. Os jornais impressos das grandes capitais assumem uma posição de predominância ao longo do século XIX, atingindo públicos de nações inteiras; seguidos pelas rádios no começo do século XX, que já assumem abrangência continental, e pela televisão, em meados do mesmo século, que amplia sua área de influência progressivamente, chegando a um primeiro nível de globalismo.

Esse percurso desemboca nos aspectos contemporâneos da área, quando algumas empresas de comunicação se tornam efetivamente globais e a difusão de informações por elas veiculadas assume um imediatismo sufocante, quase um absoluto do chamado “tempo real”, em especial através do canal da internet.

Esse percurso começa com a indústria gráfica, que teve origem ainda no século XV (Man, 2004), canonicamente definida pela invenção dos tipos móveis por Gutenberg. No entanto, mais que matrizes de impressão, todo um procedimento já com aspectos de industrialização é que formata o surgimento da atividade. Tipos móveis fundidos em matrizes permanentes, uma prensa que permite procedimentos mecanizados de impressão, a ordenação e a divisão das atividades dentro da oficina, bem como o foco no que já se pode apontar como uma produção seriada, fazem da invenção do mestre germânico algo bem mais complexo do que retratam as descrições destinadas ao senso comum.

A imprensa surge, conforme exposto, como uma atividade extraordinária das gráficas. Inventada para suprir a grande demanda por livros, a indústria gráfica se estrutura inicialmente em torno da produção desse item em específico. Em pouco tempo, os mestres das primeiras oficinas gráficas passam a atuar como editores, comprando originais de textos literários para a reprodução. Posteriormente, há o desenvolvimento de toda uma série de produtos impressos que irão formar a base da cultura de massa, ainda no princípio da Idade Moderna. Os jornais viriam a ocupar papel de destaque nesse processo, fazendo uso do tempo ocioso das máquinas de impressão com o “novo formato” de veiculação regular, algo muito adequado à manutenção econômica da empresa gráfica que lida com a demanda sazonal pelo serviço.

A ideia é bem-sucedida e gera receitas para o sustento de muitas gráficas. Com o tempo, passa a ser seu principal negócio, e as empresas do ramo de informação surgem através dessa modalidade de produto. O termo “jornal” se populariza como o designativo geral,

é aplicado a outras mídias, como o rádio e a televisão, e se transforma no sinônimo de fonte de informações, muitas vezes tidas como absolutamente verídicas, por mais exemplos que existam de notícias com afirmações infundadas ou mal apuradas que tenham gerado prejuízos e danos irreparáveis.

As empresas de comunicação vão ganhando porte e influência ao longo dos séculos XIX e XX. Já no século XVIII, pós-Revolução Francesa, “o acesso à comunicação social tornou-se assim uma necessidade constitutiva da nova democracia” (Breton e Proulx, 2002, p. 53), algo que teria relação intrínseca com os valores da liberdade de pensamento e expressão da opinião. Do início bem local descrito anteriormente, eles passam a ter influência regional e, posteriormente, nacional. Com o advento de novas tecnologias de comunicação, vão se transformando em indústrias cada vez maiores, ampliando progressivamente o âmbito geográfico da sua influência e acumulando poder nas mãos das famílias que as dirigem, sempre em número muito reduzido na maioria dos países, mormente em nações nas quais a atividade de imprensa não está submetida a uma legislação que a regule e a mantenha minimamente regida pela prestação de serviços centrados nas necessidades e imperativos coletivos.

Essa concentração de veículos de comunicação gera uma tendência bastante perversa para a dinâmica humana e social, reproduzindo o que David Harvey (cf. Moraes, 2003) viu como uma “propensão ao monopólio”, não apenas na indústria cultural, a despeito de todas as leis e impedimentos administrativos criados pelos países para tal. Isso porque a mídia sempre teve muito potencial para influenciar a opinião pública e agir de acordo com os interesses políticos e econômicos dos grupos aos quais esteve ligada, direta ou indiretamente. Não podemos esquecer que os meios de comunicação como empresas se constituíram no seio do capitalismo, e seu alinhamento com aqueles grupos econômicos já encontraria uma razão óbvia na dependência financeira dos recursos da publicidade e da propaganda. Quanto maiores ficam as empresas de comunicação,

mais dependentes das verbas de anunciantes elas se tornam, o que cria espaço para interferências de todo tipo no conteúdo de veiculação, visando a não desagradar quem financia o meio. Mas, para além disso, a disputa pelos meios ensejou o desejo pelo “controle econômico desse ‘aparelho de mídia’ [...] um cacife sociopolítico importante” (Breton e Proulx, 2002, p. 188) com os propósitos mais variados, a dominação ideológica (cf. Althusser, 1992) e a hegemonia sobre as representações da realidade entre eles.

Também no campo das organizações produtivas, desenvolveram-se enormemente o instrumental e o alcance da comunicação organizacional com os recursos e os conhecimentos da área de Relações Públicas. Empresas dos mais diferentes setores chegaram ao século XXI como produtoras de conteúdo, mesmo não sendo bem essa a natureza primeira de seu negócio. O fato é que as novas demandas da contemporaneidade não deixaram muita alternativa, a não ser a busca por relações mais estreitas, complexas e idealmente transparentes entre organizações e públicos (sejam eles consumidores, comunidade, funcionários ou ainda outros). Na contramão disso, o mesmo aparato comunicacional pode ser eficientemente conduzido para atender a intenções empresariais escusas, algo que retoma a questão abordada anteriormente sobre os desvios de propósito da comunicação no campo da imprensa e da propaganda.

As tensões envolvendo o interesse público e o privado sempre cercaram os produtores de informação em todas as subáreas da comunicação no Brasil. Absorvendo inicialmente profissionais sem uma formação acadêmica, ou de áreas tão díspares quanto o Direito e as Belas Artes, ou Letras e Administração, a mão de obra que primeiro ocupa os cargos nas empresas de comunicação é diversa tanto em termos de conhecimento quanto em termos de representação social. A formação de profissionais capazes de compreender as reais demandas comunicacionais das empresas em que trabalham, mantendo um comportamento comprometido eticamente com a primazia da cidadania, é percebida como vital no começo do processo de institucionalização da formação de nível superior.

No Brasil, a formação do profissional de comunicação somente ganha sua estrutura própria em meados do século XX. A fundação da Faculdade Cásper Líbero (1943), em São Paulo, e da Escola de Comunicação da UFRJ (1967), no Rio de Janeiro, é um marco do ensino de Comunicação Social no país. Durante os anos 1970,¹ ocorre a fundação de inúmeros outros cursos superiores da área e se inicia a progressiva regulamentação das atividades profissionais da comunicação.

A publicidade é o primeiro subsetor da Comunicação Social a ganhar legislação restritiva quanto à produção de conteúdos enganosos, assim como ganha em 1980 uma ferramenta de controle mínimo, exercido através do CONAR (Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária), mecanismo que, constituído por publicitários e profissionais de outras áreas, “é uma organização não-governamental que visa promover a liberdade de expressão publicitária e defender as prerrogativas constitucionais da propaganda comercial”.² É através do Conselho de Ética da entidade — composto por representantes de agências, veículos, anunciantes e membros da sociedade civil (estes últimos como “convidados”) — que são avaliadas as peças publicitárias alvo de reclamações em razão de seus conteúdos; uma reclamação pode resultar em alteração da peça ou mesmo na suspensão da sua veiculação.

As questões éticas das Relações Públicas também são objeto da ação de seu conselho profissional, o CONFERP (Conselho Federal de Relações Públicas), assim como de suas seções regionais. Regulamentada em 1968 (Lei nº 5.377), é a última das antigas habilitações da Comunicação Social a exigir formação universitária e registro profissional para o seu exercício, muito embora na prática quase não exista controle quanto à atuação de outros profissionais na área de RP. E mesmo essa regulamentação pode desaparecer com o tempo,

1 O curso de Relações Públicas da UERJ foi criado em 1971 e pertencia ao Instituto de Psicologia e Comunicação Social. Posteriormente, em 1986, com o oferecimento do curso de Jornalismo, foi criada a Faculdade de Comunicação Social da universidade.

2 Disponível em: www.conar.org.br. Acesso em: 3 fev. 2017.

como ocorreu com o fim da exigência do diploma de jornalismo para atuar no mercado brasileiro, por decisão do Supremo Tribunal Federal, indicando essa tendência para várias outras atividades. As consequências disso e, tanto quanto, as implicações à cidadania podem ser bastante graves, como veremos à frente.

A formação específica nas universidades mais conceituadas do país envolve uma ampla visão do campo sociológico, filosófico, antropológico, econômico e político, o que vai bem mais além da mera formação “para o mercado”. Considerando-se que o segmento de atuação sofre ciclicamente profundas alterações em virtude da absorção de tecnologias, formar um profissional com o foco voltado apenas para a radiografia momentânea das técnicas comunicacionais mais em voga facilita somente o atendimento das necessidades mais imediatas das empresas de comunicação. Uma formação mais centrada na percepção da realidade, nas necessidades do exercício da comunicação como mediadora da informação para amplos contingentes da sociedade, com comprometimento ético com as questões da cidadania, é basilar para que as necessidades da própria sociedade com relação ao campo sejam atendidas, e não simplesmente as necessidades mais imediatas e específicas de mão de obra tecnologicamente atualizada das empresas da área.

Tal preocupação se impõe como uma necessidade, uma vez que a propriedade das empresas de comunicação, como já mencionamos, a cada dia mais se encontra concentrada nas mãos de poucas “famílias” tanto no Brasil (Caparelli, 1982; Santos, 2016) quanto na América Latina (Becerra e Mastrini, 2009), mesmo em mercados com legislações consolidadas para a regulação desse tipo de fenômeno (EUA e Inglaterra, especialmente). Dessa maneira, na denominada mídia corporativa, os parâmetros éticos para a atuação profissional são determinados quase que exclusivamente pela lógica do interesse econômico e da classe patronal.

Essa concentração dota o empresariado de uma capacidade extraordinária de pressão sobre os profissionais, uma vez que, fora

do mercado específico, as oportunidades de trabalho são financeiramente bem menos atraentes. Mesmo que a internet propicie uma alternativa de sobrevivência com a comunicação não corporativa (por vezes chamada de “mídia livre”), as possibilidades de atuação socialmente relevante são consideravelmente mais reduzidas. Há também que se considerar a própria realidade das empresas de comunicação, que, desde o início, como vimos na perspectiva histórica, sempre foi guiada muito menos pelo propósito de atender ao público em suas demandas por compreensão da vida em sociedade do que pela busca por atingir seus próprios interesses ou os de seus aliados.

Somem-se a esse cenário desafiador, em termos de formação de profissionais para a grande área de Comunicação Social, dois grandes complicadores. Nossa experiência com o segmento de ensino privado no Brasil mostrou que grande parte dos grupos que controlam essas instituições de ensino dedicou muito mais atenção em seus projetos pedagógicos à tal realidade “instrumental”, focalizada no imediatismo do exercício profissional, do que propriamente à formação humana, crítica e reflexiva. Isso se reflete na carga horária desequilibrada em favor do ensino de técnicas em detrimento das abordagens orientadas à problematização das questões mais complexas da atividade, aquelas que requerem a capacidade de contextualizar o mundo, utilizando-se do pensamento histórico, social, político, filosófico, essenciais ao exercício profissional da comunicação com foco em uma perspectiva ética e comprometida com as necessidades da cidadania e da democracia. Não só a estrutura dos currículos, mas também o engessamento das abordagens das ementas voltadas a esses saberes precarizam a formação do comunicador e limitam sua capacidade de lidar com as mencionadas pressões que o mercado de trabalho lhes irá impor, favorecendo à ocorrência dos “desvios” mais perigosos em sua atuação.

O outro complicador tem sido o avanço de grupos internacionais no campo das aquisições de instituições de ensino superior no Brasil, especialmente a atuação de fundos de investimento finance-

ros no setor de educação. Guiados exclusivamente por uma lógica mercantil voltada, em primeiro lugar, à obtenção do lucro, eles têm atuado na perpetuação do ideal de que é o “mercado” quem determina a orientação dos currículos para o atendimento de suas necessidades imediatas, reduzindo, na esfera da formação profissional, a capacidade de resistir às interferências do poder econômico em sua atuação em prol do bem comum e convertendo a formação de nível superior na produção de mão de obra atualizada, mas descartável em médio prazo. Podem agir no sentido de produzir uma doutrinação sutil em torno de certos valores, representando mesmo um risco à autonomia e à pluralidade de pensamento.

Nas universidades públicas, o foco pedagógico é mantido na formação do ser humano como um todo, na preparação para a vida profissional em sociedade, com capacidade de exercer sua atividade de forma ética, democrática, crítica e comprometida com a cidadania, não apenas para o atendimento das necessidades do mercado de trabalho. Nas instituições públicas, a divisão das cargas horárias visa a uma formação de caráter humanista e universalista, com uma abordagem ética e crítica da realidade brasileira e o desenvolvimento da capacidade de articulação do pensamento de forma autônoma, capacitando o indivíduo para o desenvolvimento do exercício profissional e do conhecimento de forma socialmente responsável.

É nesse cenário complexo, e diante do quadro descrito, que encontramos na universidade pública brasileira um espaço autônomo de formação voltada para o exercício profissional de uma carreira, que deve capacitar o estudante a se tornar um profissional produtivo ao longo de décadas, tornando-o autônomo como ser humano.

Quando as tecnologias e os interesses financeiros parecem influir no desenvolvimento das carreiras profissionais de forma tão ampla, como nunca antes, ter capacidade de se confrontar com as dificuldades que essa situação cria de forma autônoma é fundamental para qualquer profissional. Ser formado com foco na capacidade de reflexão crítica ou com foco no domínio técnico momentâneo faz a mais profunda diferença do ponto de vista ético e social.

Referências

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

BECERRA, Martín e MASTRINI, Guillermo. *Los dueños de la palabra*. Buenos Aires; Quito: Prometeo; Prensa y Sociedad, 2009.

BRETON, Philippe e PROULX, Serge. *Sociologia da comunicação*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

CAPARELLI, Sérgio. *Televisão e capitalismo no Brasil*. Porto Alegre: L&PM, 1982.

HARVEY, David. “A arte de lucrar: globalização, monopólio e exploração da cultura”. In MORAES, Dênis de (org.). *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

MAN, John. *A revolução de Gutenberg: a história de um gênio e da invenção que mudaram o mundo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

SANTOS, Suzy. *Convergência divergente: TV aberta na contramão global*. João Pessoa: Xeroxa, 2016.



DEFENDER A UERJ: RECUSA À LÓGICA PRIVATISTA NEOLIBERAL DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

Vera Salim

É um protesto total, não só porque certamente foi deflagrado por um protesto contra males específicos, contra falhas específicas, mas ao mesmo tempo por um protesto contra todo o sistema de valores, contra todo o sistema de objetivos, todo sistema de desempenhos exigidos e praticados na sociedade estabelecida. Em outras palavras, é uma recusa a continuar aceitando e a se conformar com a cultura da sociedade estabelecida, não só com as condições econômicas, não só com as instituições políticas, mas com todo o sistema de valores que eles sentem estar apodrecido no âmago.

- Marcuse, “Fala aos estudantes”, 1999.

É INACREDITÁVEL QUE, EM MARÇO DE 2017, quase vencida a segunda década do século XXI, a defesa da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – e de todas as universidades públicas estaduais e federais pautadas em uma linha de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão – se coloque como tarefa urgente e inadiável para todos aqueles que temos compromisso com o futuro e nos contrapomos à barbárie decorrente da subordinação à ordem do capital.

Enfrentar a lógica privatizante e reducionista que agride o ensino superior brasileiro, num momento de crise mundial em que a desumanização, a exploração predatória da natureza e a pauperização quase generalizada de diferentes estratos sociais emergem em matices gritantes, exige respostas corretas e urgentes.

Respostas equacionadas no estabelecimento de vínculos reais entre causas e consequências, princípio metodológico básico, e que descartem soluções imediatistas, simplistas, muitas vezes

simplórias e, as piores, respostas que escondem seus reais interesses. As mais aviltantes pelo primarismo e desonestidade são aquelas exemplificadas com a economia doméstica. Todos sabemos: políticas de Estado, políticas públicas, não guardam qualquer semelhança com a economia do lar! Sem o determinante reconhecimento do papel do Estado na esfera pública estamos, *a priori*, ocultando posições políticas e omitindo uma opção de classe que provocará o aprofundamento da pobreza para a maior parte da população brasileira.

É também ponto de partida para todos que não se distanciam de uma análise concreta da realidade que a crise das universidades não pode ser tratada de forma isolada e independente da crise mundial que se arrasta, com maior ou menor intensidade, desde 2008. É ainda pressuposto que as crises, inerentes ao modelo de sociedade capitalista (Carcanholo, 2010), exigem para sua superação um conjunto estabelecido de ações que objetivam a contraposição à queda da taxa de lucro (Marx, [1905-10]). E, antes que se estabeleçam as sempre irônicas observações tão próprias do mundo acadêmico, é preciso, sim, que se diga que a crise das universidades públicas não pode desconsiderar a abertura para o mercado do ensino superior brasileiro. Exemplo incontestável: o conglomerado Kroton Educacional com R\$ 1,396 bilhão de lucro em 2015, num aumento de 39,5% em comparação com 2014. Também servem de exemplo as isenções fiscais, da ordem de 28 bilhões de reais para empresas privadas em 2016, praticadas pelo governo do estado do Rio de Janeiro, que se declara falido quando se trata do pagamento dos salários de seus servidores e do repasse orçamentário para as universidades estaduais.

É, portanto, compromisso daqueles que abraçaram a carreira do magistério tratar esse tema com o rigor que exige, formular respostas em consonância com as organizações sociais, políticas e educacionais atuais, estabelecendo os necessários vínculos entre dependência cultural e econômica e modelo de universidade. Desmontar soluções incorretas e esclarecer sua opção ideológica e de

classe é recolocar a centralidade inerente a uma universidade digna desse nome: a formulação crítica de conhecimento e construção de respostas endógenas a serviço da transformação do social para um patamar superior de humanização (Silva e Sonntag, 1970).

Desse modo, coloca-se de forma correta o urgente desafio de defender a UERJ e as demais universidades estaduais e federais. A luta em defesa da UERJ ganha centralidade pela sua história, importância e dimensão. Cabe também destacar – entre tantos outros fatores e tantos professores de maior importância e expressividade – que a UERJ abrigou entre seus quadros a professora Vânia Bambirra, figura destacada na formulação da teoria da dependência, junto com Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos e Andre Gunder Frank (Bambirra, 2012; Marini, 2010 [1973]). Destaque necessário porque a teoria da dependência readquire aguda atualidade, pois nos possibilita entender o papel que cumprem os países dependentes na economia mundial e evidencia sua conexão com um modelo de universidade, tornando clara a impossibilidade de entender e resolver o problema das universidades de forma isolada, esquecendo que esse é só um dos aspectos da realidade estrutural dos países latino-americanos.

Sequestro de sonhos, de vidas e do futuro

Os ataques às universidades públicas brasileiras são promovidos, entre outras ações, por uma dotação orçamentária insuficiente, pela terceirização e por um conjunto de medidas que bloqueiam o pensamento crítico e aprofundam a alienação mediante grades curriculares minimalistas, burocracias exacerbadas, índices de produtividade inadequados etc. Esse processo nos levará a um enorme retrocesso e a uma defasagem científica e tecnológica, destruindo uma construção coletiva de gerações empenhadas na estruturação da carreira do magistério e da pesquisa nas universidades públicas.

Expectativas de vida e sonhos sequestrados e destruídos. No caso da UERJ, primeira universidade pública no Rio de Janeiro que instituiu o ingresso por cotas, esse desmonte atinge níveis de

enorme dramaticidade. Abre-se mais um ciclo, nunca estancado, das *Veias abertas da América Latina* (Galeano, 2010 [1970]), drenando perspectivas de nossa juventude, destruindo possibilidades de ingressar na carreira do magistério e da pesquisa no ensino superior. Desmontam-se laboratórios, linhas e grupos de pesquisa – alguns estruturados há mais de trinta anos, direcionados à produção de pesquisa básica e a inúmeras linhas de pesquisa necessárias ao desenvolvimento estratégico.

Desmistificar falsas soluções: a grande recusa hoje

Gestão eficiente, pagamento de mensalidades, criação de empresas juniores, criação de empresas de pequeno porte iniciantes de novas tecnologias (*startups*), financiamento de laboratórios e linhas de pesquisa por projetos com empresas privadas e fomento do empreendedorismo nas instituições de ensino superior. Essas são propostas privatizantes, recorrentemente apresentadas como suposta solução da crise das universidades públicas, em oposição ao caráter e financiamento públicos das universidades. Conjunto de alternativas falsas, que apenas estruturam ideológica e materialmente a (ir)racionalidade empresarial, aprofundam diferenças e reforçam/promovem o individualismo e a competição, lógica absolutamente contrária aos modelos de educação igualitários e ao serviço da humanização. Da mesma forma, vincular a educação à lógica do mercado significa perseguir lucros dissociados das pesquisas básicas ou fundamentais nas diferentes áreas do conhecimento. Elimina-se de imediato a base necessária para a criação de novas tecnologias, todas resultado de pesquisas fundamentais, que levam em média de vinte a cinquenta anos para se transformarem em tecnologias lucrativas, como bem tem sido exemplificado pela nanotecnologia (Katz e Coggiola, 1996).

Desconsidera-se também o perfil de empresas em países dependentes, que estruturam pesquisas de ponta nas matrizes de origem,

e os ciclos da economia capitalista, que, em momentos de recessão, descontinuam as pesquisas de médio e longo prazos e desativam seus centros de pesquisa. O desmonte dos centros de pesquisa nos governos FHC serve como exemplo. A dependência de laboratórios estratégicos com financiamentos de empresas ainda com caráter estatal, como a Petrobras, mostra o risco da descontinuidade. São inúmeros os laboratórios estratégicos que têm sua sobrevivência ameaçada devido à descontinuidade de financiamento e à renovação de projetos.

Os escassos exemplos de sucesso de pequenas e médias empresas gestadas em incubadores de empresas universitárias também devem ser considerados e mostram a diversidade de modelos de desenvolvimento entre países de centro e periferia. Registram-se casos de sucesso, na sua maioria, em empresas ligadas ao setor de serviço ou de tecnologia de informação que, quando bem-sucedidas, quase que invariavelmente são compradas por grandes empresas, seguindo o curso lógico, determinado pelo capital, da criação de conglomerados e monopólios. Sob o capitalismo, as inovações tecnológicas subordinam-se ao princípio da concorrência e do lucro. Subordinar pesquisas à ótica da inovação tecnológica, submetendo-as à exigência da lucratividade e da maximização do lucro, introduz princípios estranhos e opostos ao desenvolvimento da pesquisa científica básica, exigência fundamental ao desenvolvimento tecnológico. Quem financia pesquisa básica em países dependentes é o Estado, regulando e projetando, com políticas científicas definidas, a produção de conhecimentos que reforcem o desenvolvimento científico com abrangência e diversidade preservadas. Um último dado: os 55 bilhões de reais doados às universidades privadas através do FIES constituiriam aporte mais que significativo ao financiamento das universidades públicas.

Manter o caráter público e garantir o financiamento e a autonomia das universidades, como ainda determina a Constituição, é princípio ético daqueles que defendemos um futuro ao avesso da barbárie.

Referências

BAMBIRRA, Vânia. *O capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis: Insular, 2012.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. “Crise econômica atual e seus impactos para a organização da classe trabalhadora”. *Aurora*, ano IV, n. 6. ago. 2010. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/1%20CARCANHOLO.pdf>. Acesso em: jan. 2017.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Trad. Sergio Faraco. Porto Alegre: L&PM, 2010 [1970].

KATZ, Cláudio e COGGIOLA, Osvaldo. *Neoliberalismo ou crise do capital?* São Paulo: Xamã, 1996.

MARCUSE, Herbert. *A grande recusa hoje*. Trad. Isabel Loureiro e Robespierre de Oliveira. Petrópolis: Vozes, 1999.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica de la dependencia*. 11 reimp. Cidade do México: Ediciones Era, 1991 [1973].

MARX, Karl. “Contratendências”. In: ——. *O capital*. livro III, v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

SILVA, Michelena e SONNTAG, Rudolf. *Universidad, dependencia y revolución*. Cidade do México: Siglo XXI, 1970.



IST
E
duer

M

G

H

W

H

W

H

W

duer

duer

duer

INVESTIMENTO PÚBLICO E CIÊNCIA CONTEMPORÂNEA

Lisandro Lovisolo

HOJE, AO TERMINAR O ENSINO MÉDIO, um jovem terá tido contato com mais conteúdo artístico, cultural e científico que Leonardo da Vinci teve em vida. Mesmo com todas as deficiências de nosso ensino médio, tanto na rede pública como na privada, essa é uma aposta quase segura. Da Vinci é uma singularidade que expandiu o conhecimento de sua época inventivamente, inovando e gerando conhecimento. Para que nossos jovens sejam capazes de atingir o limite do que se conhece e, quiçá, poder estendê-lo, conseqüentemente, requererão muito mais tempo de formação. Mesmo assim, muito provavelmente, eles não terão uma compreensão de tudo, não haverá um Da Vinci contemporâneo. Não por suas incompetências, mas pela diferença entre os cenários. A simples existência de um corpo maior de conhecimento e possibilidades de estudo exige-nos refletir e pensar de formas distintas. Por outro lado, permite-nos atuar e fazer coisas muito diferentes e, assim, realizar-nos de distintas formas. Com a expansão do conhecimento, necessita-se de mais tempo e, talvez, maiores esforço e empenho para alcançar o interesse ou o gosto por conhecer algo profunda e efetivamente e, com isso, realizar-se. Como resultado, é bem possível que os jovens de hoje descubram e conheçam aquilo que lhes é afeito somente em idade mais avançada que aquela na qual gerações anteriores puderam fazê-lo.

Dispor do tempo e dos recursos para descobrir e aprofundar-se naquilo que traz o prazer de conhecer, a vontade de perseguir e o desejo a que se dedicar é um privilégio. Não importa se empregamos essa descoberta para sobreviver ou para diversão. Saber o

que desperta a curiosidade e poder dispor de meios para fazê-lo e investigá-lo confere benefícios ao indivíduo e também à coletividade. Assim, temos a obrigação de tentar fazer com que cada um seja capaz de saber aquilo que lhe interessa conhecer e fazer. Temos que pensar como oferecer e exercitar a oferta dessa oportunidade aos jovens. Obviamente, essa tarefa deve abarcar a inerente variabilidade das trajetórias de vida. Felizmente, apesar dos esforços de homogeneização, cada vez mais impositivos, cada um terá contato com coisas, pessoas e situações diferentes ao longo de sua vida (o que deve ser estimulado). Mesmo sendo boa e desejável, a existência de múltiplas trajetórias pode atrapalhar o objetivo de permitir que cada um possa descobrir aquilo que lhe interessa conhecer e fazer, bem como o tempo necessário para isso, e, de alguma forma, a oportunidade de realizar-se. Por outro lado, felizmente, as pessoas parecem ter múltiplos interesses, o que também traz a possibilidade de atingir a meta de formar capital humano qualificado por meio de percursos distintos. Assim, antes de homogeneizar, devemos heterogeneizar o processo formativo.

O conhecimento científico evolui aos borbotões, explodindo. Sucessivas inovações e mudanças de paradigmas, compreensões, generalizações e novos campos de conhecimento e aplicações surgem. Consequentemente, a formação do capital humano necessário ao desenvolvimento da ciência requer investimentos cada vez maiores. Essa explosão científica se deu, em grande parte, com investimento público em pesquisa e desenvolvimento. Como subproduto, o aprofundamento no conteúdo, a imersão em seus desdobramentos e a satisfação que resulta da busca pelo que interessa aos educandos pode levar ainda mais tempo e exigir ainda mais esforço e, obviamente, mais recursos; investimento público ainda maior é necessário. Claro é que, quanto mais sabemos saber, mais somos conscientes do que desconhecemos, e temos que preparar os jovens para a surpresa de encontrar o desconhecido. Como conceder a oportunidade, o tempo e a possibilidade de aprendizagem a cada um e assim con-

seguir que a humanidade se desenvolva através do crescimento e da satisfação intelectual dos indivíduos (e permitindo-os)? Como agregar tudo isso no esforço e no empreendimento que é ao mesmo tempo individual e coletivo em busca do conhecimento, do saber fazer, de desvendar, de compreender a natureza, o ser, o mundo, o humano, a arte, o universo e tudo mais que somos capazes de observar, imaginar e conceber? Como permear a sociedade não só com esses conhecimentos mas com os métodos que conjuntamente compõem a ciência moderna? Como formar o capital humano necessário ao desenvolvimento da ciência moderna e como tornar públicos os resultados da mesma?

O papel do investimento público em educação para o desenvolvimento científico

A educação pública (ou ao menos com algum investimento público – do total ao parcial) é defendida por várias visões de mundo e sociedade. As bandeiras que a defendem transitam de um extremo a outro. Vão desde a formação de um coletivo nacional à formação de indivíduos conscientes e independentes, passam pela formação de mão de obra qualificada chegando até a formação de líderes e empreendedores. Enquanto uns defendem a educação pública como forma de reformar a sociedade, outros a concebem como forma de manutenção da ordem social vigente. Discorda-se também acerca de como operar esse processo, de como deve ser aplicado o investimento público em educação. Uns creem que o Estado (público) deve administrar a educação, outros que se devem conceder vales para que escolas atraiam os alunos, como um mercado, e sejam administradas como empresas (privadas); ainda há os que defendem um desconto de algum valor correspondente a taxas escolares, de impostos e tributos. Independentemente da estratégia, espera-se, em todos esses casos, um incentivo ou investimento do Estado na educação – não parece haver muitos que dizem que o Estado deve

alijar-se totalmente desse processo. Parece que se compreende que uma população mais educada, culta e com mais conhecimento científico cuida melhor de sua saúde, é mais produtiva, proativa, participativa, tolerante, democrática etc; características que, em geral, permitem reduzir gastos públicos em outros setores e que, ao mesmo tempo, geram ou ao menos potencializam o crescimento econômico.

Dentre os diversos empreendimentos humanos, há um que só é possível com educação de qualidade e capital humano de alto nível: a ciência. Os desenvolvimentos e as divulgações de pesquisas básicas e aplicadas e as técnicas, aplicações, dispositivos e máquinas derivados só foram possíveis com a existência desse capital. Até mesmo a integração e a reunião de várias técnicas e conhecimentos em tecnologias embarcadas em produtos ou serviços exigem pessoas capazes de vislumbrar essas inovações (que, se fossem frequentes, provavelmente não receberiam esse nome).

Surpreende que, num mundo onde o conhecimento e a ciência assumem papéis cada vez mais relevantes, haja ainda quem pense e diga que há uma educação que possa ser qualificada como “superior” (cursos ditos de graduação) e, portanto, restrita a poucos selecionados. Ainda mais se essa educação visa a representações e compreensões básicas sobre fenômenos naturais, sobre diferentes tipos de linguagens e formas de expressão e sobre tecnologias que criamos e produzimos. O mundo contemporâneo exige que tenhamos uma postura inversa. A formação dita superior ou de graduação (em faculdades, universidades, institutos e centros diversos) tem que se tornar universal. Se nem todos os jovens podem ser incluídos nesses cursos, temos que incluir quantos pudermos. Se não temos como fazê-los estudar por todos os anos dos cursos superiores e completá-los, nossos jovens têm que conhecer ao menos o que nesses cursos costuma ser classificado como conhecimento básico, lecionado, em geral, nos primeiros anos dos mesmos. Talvez, tenhamos que repensar a estrutura de nossos sistema educacional visando a uma média

maior de tempo gasto na educação formal. Vivemos mais, há mais a saber, e nada mais justo que manter os jovens em seu processo formativo por mais tempo. Quem sabe assim possamos prepará-los para o mundo futuro, aquele que terão que enfrentar, em vez de para o que os atuais educadores, gestores e políticos tiveram que encarar, administrar e mesmo viver. Esse é um fator crítico para o enfrentamento dos problemas por vir, do qual dependerá o êxito de nossas estruturas, organização e sociedades.

Sem uma melhora generalizada nos níveis de conhecimento científico e cultural de nossos jovens, estamos fadados a viver e construir uma sociedade mediana, talvez incapaz de reconhecer os riscos a que poderá estar sujeita. É relevante observar que não basta conferir um título ou diploma. Não é o ato de tê-los que empodera o que o possui. Tais títulos têm que realmente representar algo, têm que ter significado, têm que atestar um conhecimento real e plural, uma competência de interagir com o mundo e a coletividade; individual, consciente e independentemente. Enfim, devem representar capacidades de análise e o saber de algumas facetas da realidade cognoscível ou imaginável e não somente saber encaixar e classificar tudo em modelos legados por antecessores. Caso contrário, estaremos indo na direção de uma sociedade meramente receptora e repetidora que não irradia nem conhecimento nem cultura e que não produz ciência nem tecnologia. Uma sociedade ou um país incapaz de posicionar-se crítica e cientificamente perante os problemas que a humanidade enfrenta, incapaz de contribuir para a melhora do que somos e de como vivemos.

Impõe-se a questão de como investir na formação do capital humano ao empreendimento científico. Ora, podemos levantar suposições, mas devemos sempre confrontá-las com os dados. E os dados indicam que, mesmo em países onde cursos superiores (de graduação) são pagos, grande parte dos investimentos na formação do capital humano necessário ao empreendimento científico ainda é pública, com um aporte de estoicismo dos estudantes e de

apoio familiar. Por intermédio de instituições de ensino públicas, financiamentos ou bolsas de estudo em instituições privadas, há um investimento massivo do Estado na formação de graduados. Quando se pensa em capital humano pós-graduado, que requer ainda mais tempo de formação (em geral), temos um sistema ainda mais baseado e sensível ao investimento público. Mundo afora, esmagadoramente, a formação desse capital humano é custeada, nos trabalhos para as teses ou correlatos resultantes de pesquisa, com grande parte de investimento estatal.

A importância do investimento público para a ciência

A chegada ao novo mundo pelos europeus numa concorrência entre os reinos de Portugal e Espanha pela exploração de novas rotas foi seguida por outras nações. Os investimentos dos Estados da época permitiram descobrir potenciais produtos comerciais e vislumbrar ganhos econômicos. Com isso, vieram os mais diferentes empreendimentos, que criaram companhias para a exploração transmarina. Provavelmente, sem a motivação de alguns reis e a competição entre eles, toda a luta e o desbravamento do novo mundo teriam sido diferentes e o globo teria outra organização.

Posicionamo-nos hoje em qualquer lugar da Terra graças aos ditos sistemas de posicionamento global via satélite. A tecnologia que permite localizar-se em qualquer lugar da superfície da Terra por meio de um pequeno dispositivo parece alienígena, mas não é. Há uma quantidade grande de aplicativos e serviços baseados nesses dispositivos, desenvolvidos por indivíduos em empresas, centros de pesquisa, universidades etc., tanto públicos como privados. Porém, os satélites que nos circundam e irradiam os sinais necessários para a localização foram investimentos de Estados – realizados com a conjunção de agentes públicos e privados, mas com financiamento estatal. Se inicialmente tiveram uma motivação militar, hoje têm uma utilização civil relevante e crescente a cada dia. Os sistemas de posicionamento

global, hoje em operação, foram financiados por diferentes nações/Estados (os sistemas de posicionamento que estão sendo atualmente implantados são financiados por Estados individuais ou por consórcio de nações). Assim, essa área de negócios e serviços cada vez mais abundantes, sem incentivos, sem financiamento e sem motivação estatal e militar provavelmente não existiria.

Tais exemplos, se não convencem, ao menos ilustram a relevância e o impacto que o investimento estatal possui na criação de novos mercados e em pesquisa e desenvolvimento. Poderíamos elencar uma infinidade deles. Tudo indica que em nossas sociedades cada vez mais complexas a capacidade de aportar recursos e estimular a “pesquisa e o desenvolvimento” pelo Estado tem sido determinante, sobretudo na última metade do século XX. Apesar de que, desde o fim desse mesmo século, muitos têm questionado esse papel. Alguns defendem que seria melhor desregular e deixar livres as empresas e os empreendedores para estimular a pesquisa e o desenvolvimento. Afirmam, para exemplificar essa tese, o papel e a relevância dos investidores privados e seus impactos na área de tecnologia da informação, no fim do século XX. Os que questionam essa visão usam exatamente esse setor como exemplo de apropriação de técnicas, conhecimentos e conceitos (pesquisas inicialmente desenvolvidas com investimento público) para a formatação de produtos e serviços. Mais categoricamente, afirmam que todo o mercado de tecnologia da informação não existiria, não fosse o investimento estatal.

O conhecimento científico se espalha, esparrama, flui, por mais que se tente freá-lo. Ele é um bem inerentemente público, ainda mais neste mundo interconectado (também um resultado do investimento de estados em pesquisa, mas essa é outra história). A ciência, sendo um empreendimento coletivo formado por diversos agentes, surge e desenvolve-se em múltiplas mentes e em múltiplos lugares. Como resultado, alguém, algum dia, em algum lugar, acaba concebendo, divulgando e disponibilizando (tornando públicas) as diferentes conquistas e realizações da ciência e o conhecimento

gerado. Quando registrado por livros, artigos e patentes, tudo isso é acessível em quase todo o mundo.

Alguns resultados do empreendimento científico-tecnológico e dos investimentos nele realizado permitem ou mesmo objetivam a comercialização de novas técnicas, tecnologias, serviços e dispositivos. Ainda que comercializados por alguns, os possíveis benefícios desses resultados não se restringem a poucos, nem ficam confinados por muito tempo em poucas regiões. Talvez, financeiramente, uns ganhem mais e outros menos ou mesmo nada, e até mesmo uns ganhem e outros percam com as inovações de serviços, processos e produtos. Entretanto, a médio e longo prazo, todos se beneficiam da incorporação dessas inovações em nosso cotidiano, que acarretam outras demandas, desenvolvimentos e novos setores de atividade econômica. Os benefícios da pesquisa científica tornam-se, em geral, públicos. Se não se tornam públicos todos os benefícios financeiros, os intangíveis, ao menos, sim – melhorias da qualidade de vida, sendo um dos maiores problemas que enfrentamos a negação de alguns resultados da ciência. Uns dirão, provavelmente com razão, que determinados resultados do desenvolvimento científico tecnológico são restritos inicialmente a alguns, devido a desigualdades econômicas. Os indícios e evidências são de que esses resultados são disponibilizados não só para uma quantidade maior de pessoas, mas também para uma fração maior da humanidade, cada vez mais rapidamente.

Em uma inovação, nem sempre é possível uma diferenciação das pesquisas e dos investimentos públicos ou privados que para ela aportaram. Podemos até analisar os gastos e insumos, as pessoas e empresas envolvidas em algumas etapas da cadeia que levaram a produtos comercializados e inovações. Mas será que somos capazes de considerar tudo? Incluindo os recursos humanos envolvidos e formados nesse processo? Análises que tentam esse mapeamento têm indicado uma forte relevância do investimento público em várias etapas do processo de pesquisa e desenvolvimento até o

produto final. Por outro lado, indicam também que sem uma parcela de investimento privado (mesmo que, muitas vezes, por meio de empréstimos subsidiados ou outros incentivos estatais) e a existência de indivíduos ou empresas que se apropriem desse conhecimento com o intuito de implantar, utilizar e comercializar novos serviços, produtos e tecnologias, não se chega nem aos produtos finais comercializáveis e menos ainda à formação de novos mercados.

Argumenta-se que os resultados dessa apropriação retornam por meio da arrecadação de impostos e tributos decorrentes da monetarização dos resultados. Parte dos recursos arrecadados é incorporada àqueles disponibilizados para reinvestir em formação de capital humano e pesquisa, realimentando o ciclo. Outros dizem que necessitamos criar estratégias que permitam avaliar qual a cadeia de resultados de pesquisa que acarretou um dado produto ou serviço e formas de arrecadar diferenciadamente em função disso. Como uma estratégia de médio e longo prazo, analisar os investimentos públicos ou privados que levaram às inovações e tributar em função deles parece ganhar importância entre alguns pesquisadores da “inovação”, ou melhor, do processo subjacente. Não seria essa uma forma justa de arrecadar para reinvestir em outras ideias e pesquisas? Isso permitiria realimentar o ciclo, mas agora com aportes mais ajustados em função dos retornos auferidos pela apropriação de resultados de processos anteriores de investimento em pesquisa e desenvolvimento.

Dentre os que praticam e concorrem para o empreendimento científico, alguns dizem tentar suprir uma necessidade de compreender nosso papel, experiências ou observações, ou de apaziguar incertezas, perguntas e dúvidas, ou de tentar dar sentido e trazer à luz imagens, sons, símbolos e palavras que surgem em seus inconscientes, ou, ainda, ser motivados por perguntas simples e mera curiosidade. Essa busca tem produzido revoluções e ganhos diversos. Alguns satisfazem-se individualmente com a conquista, a criação ou a compreensão de algo simplesmente novo. Outros satisfazem-se porque

isso pode influenciar positivamente a vida das pessoas. Para outros, isso não é suficiente; é claro que nem todo o desenvolvimento científico e técnico tem sido altruísta, visando a originariamente ajudar outros ou conquistas intelectuais, houve e há aqueles que objetivam ganhos individuais. E atualmente, na academia e nos institutos de pesquisas, em geral, há muitos que encaram o que fazem como uma forma de receber o necessário para sobreviver (uma atividade, um mercado em si, que conjuga ensino, pesquisa e desenvolvimento). Que mal há nisso? Nenhum.

Ganhos individuais têm, de alguma forma, impulsionado e desenvolvido a ciência no ocidente. Os financiamentos e investimentos em pesquisas e pesquisadores (tanto em termos de salários como de insumos e equipamentos) têm considerado alguns aspectos. O Estado tem direcionado a escolha de algumas áreas para esse investimento público usando diferentes modalidades. A proposição de projetos de pesquisa e desenvolvimento por instituições, empresas e pesquisadores tem considerado não só os temas, mas as equipes e suas experiências (currículos da equipe, seu histórico e capacidade em desenvolvimento e divulgação de conhecimento). Quando em conjunto com empresas, são relevantes também as contrapartidas oferecidas pelas mesmas. Assim, parece óbvio que devemos não só incentivar, mas também exigir o retorno em termos de geração de documentos (divulgação) e formação de recursos humanos (educação) dos investimentos estatais empreendidos em pesquisa e desenvolvimento de alto nível. Assim, tornamos os benefícios desses investimentos realmente públicos.

Conclusão

Para a geração de ciência de qualidade, necessitamos de dois ingredientes: capital humano e financeiro. O primeiro é formado pelos agentes da pesquisa. O segundo é requisito para a remuneração desses agentes e a disponibilização dos insumos e equipamen-

tos necessários. Capital humano tem sido, em geral, produzido por investimentos públicos. Muitos países, quando não dispõem de algum capital humano específico, atraem-no com oportunidades de trabalho em pesquisa e desenvolvimento que, por sua vez, impulsionam a geração de conhecimento, novas tecnologias, produtos, serviços e, por fim, novos setores de atividade econômica. Crer que uma nação é capaz de abster-se de investir na formação de recursos humanos de alto nível e de ciência é ter uma perspectiva demasiadamente utilitária e transitória. Defender uma retração dos investimentos (ou mesmo do fomento) públicos nessa área é não entender que a complexidade de nossa sociedade atual e a qualidade de vida contemporânea dependem desses investimentos. Por outro lado, sabendo-se, hoje, da abundância de resultados práticos monetarizáveis de investigação científica, é imperioso estimular e facilitar também investimentos privados em pesquisa e desenvolvimento, não em detrimento do investimento público, mas sim complementarmente. Por outro lado, o investimento público em ensino, pesquisa e desenvolvimento não deve nem pode impedir o privado. Temos que conceber que ambas as fontes podem concorrer concomitantemente para o progresso do conhecimento técnico e científico e para a construção de um mundo melhor. Temos que almejar a criação de sociedades mais complexas e capazes de enfrentar desafios maiores, que, por sua vez, têm realimentado o grande empreendimento humano em busca do conhecimento.

Referências

CAPRA, Fritjof. *A alma de Leonardo da Vinci: um gênio em busca do segredo da vida*. São Paulo: Cultrix, 2012.

DIAMOND, Jared. *Collapse: How Societies Choose to Fail or Succeed*. Nova Iorque: Penguin, 2005.

FARA, Patricia. *Uma breve história da ciência*. São Paulo: Fundamento, 2014.

HADAMARD, Jacques. *Psicologia da invenção na matemática*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

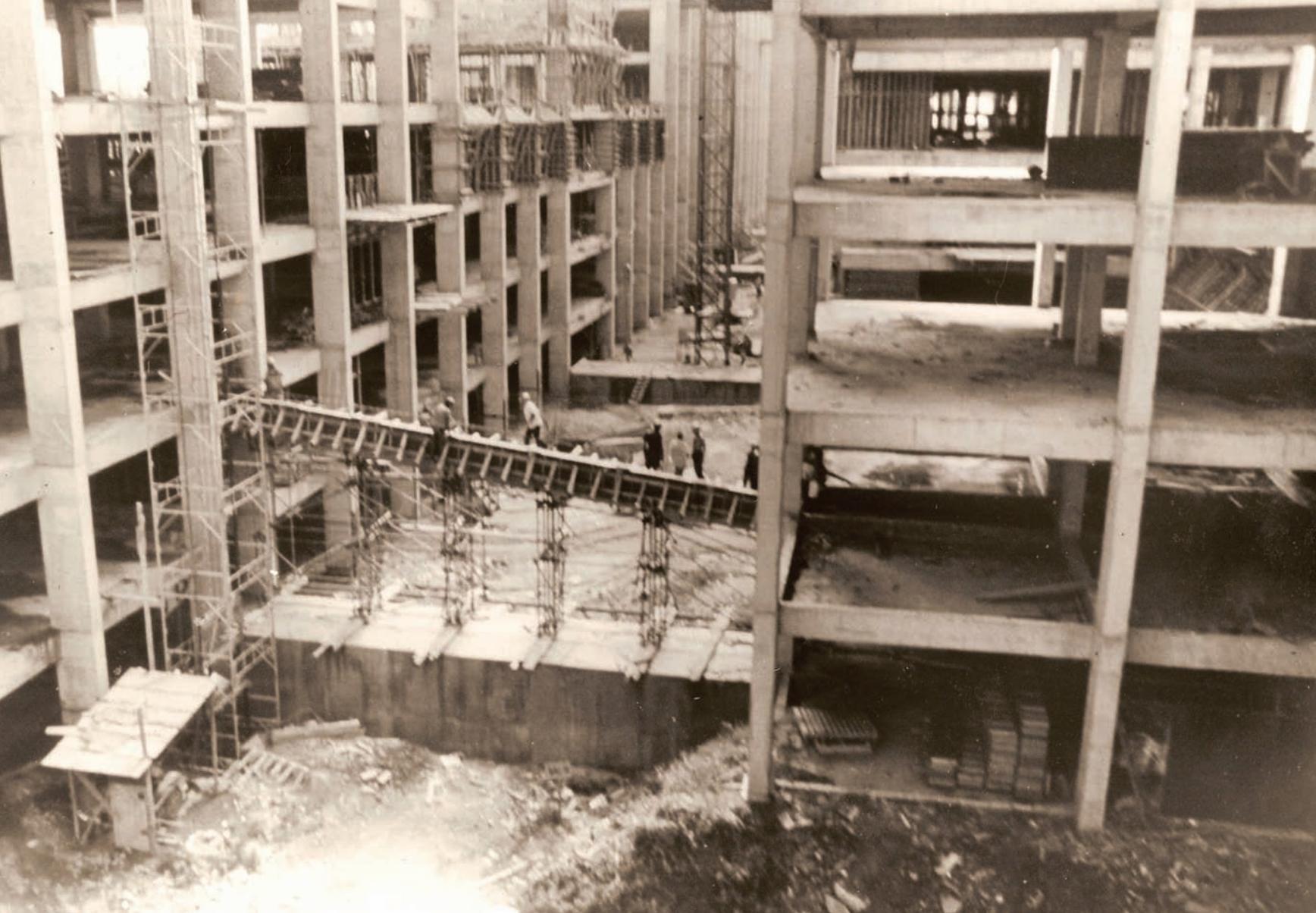
HENDERSON, Mark. *The Geek Manifesto: Why Science Matters*. Londres: Random House, 2013.

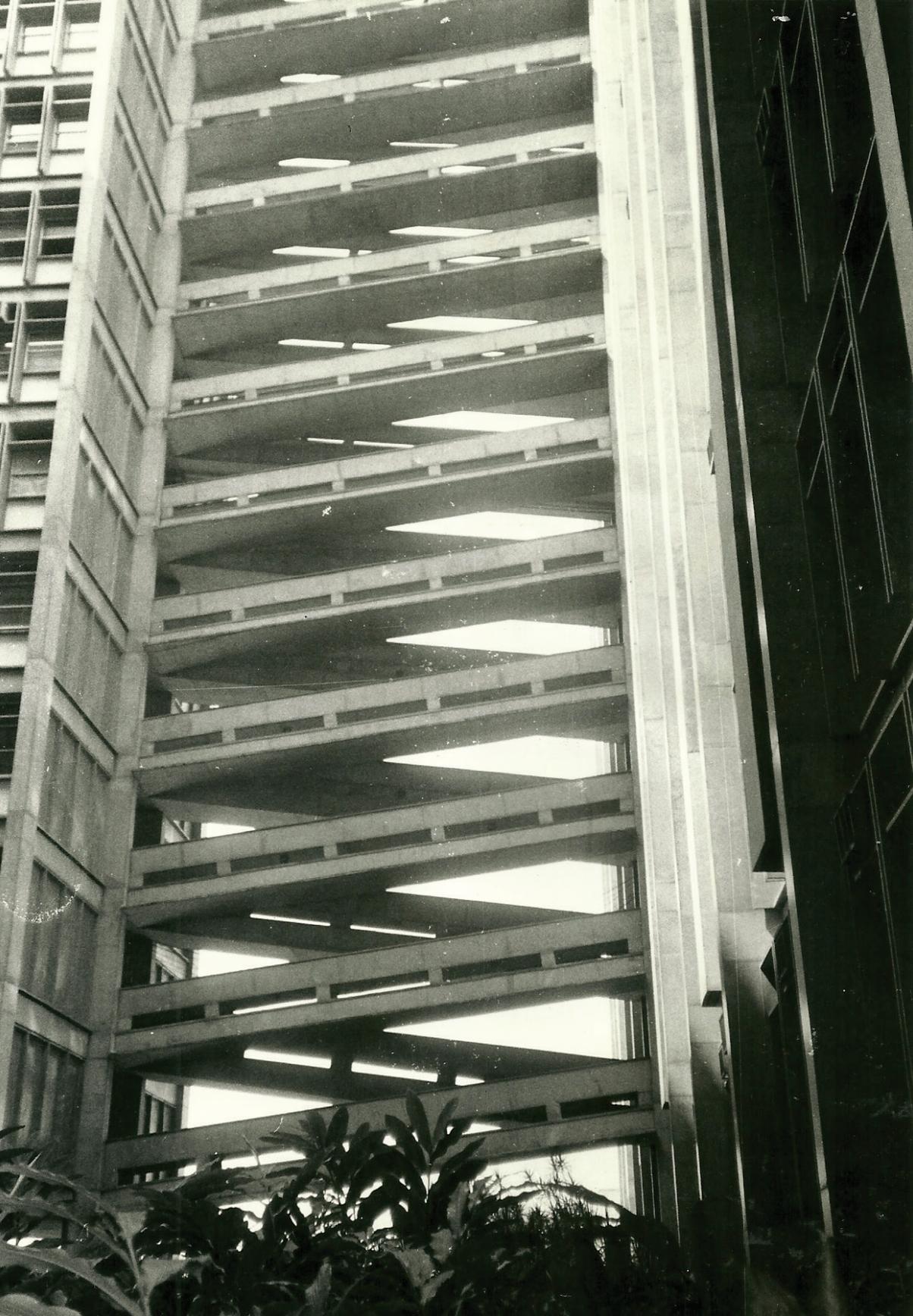
LATOUR, Bruno. *Ciência em ação*. São Paulo: Unesp, 2000.

MAZZUCATO, Mariana. *O Estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado*. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.

POINCARÉ, Henri. *O valor da ciência*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

RIDLEY, Matt e GANSER, L. J. *The Rational Optimist: How Prosperity Evolves*. London: Fourth Estate, 2010.





UERJ: UMA CRISE E SUAS RAÍZES

João Cezar de Castro Rocha

Um passo atrás

A atual crise da UERJ, isto é, o abandono inconstitucional a que a universidade foi relegada pelo governo do estado do Rio de Janeiro, oferece uma oportunidade ímpar para reflexão.

E não somente para a comunidade uerjiana.

Explico: a crise tem raízes fundas. Identificá-las significa um gesto intelectual e um ato de resistência.

Num ensaio a cada dia mais urgente, “Sobre o óbvio”, Darcy Ribeiro recorreu a Oracy Nogueira para recordar um caso exemplar. Em meados do século XIX, uma vila solicitou com veemência a implantação de uma escola na região. O propósito era meridianamente constrangedor: ensinar, aos “homens bons”, letras (só as primeiras) e números (esses, muitos; se possível, todos, sobretudo os infinitos). Vale dizer, uma escola para os políticos que ocupavam postos na administração.

(Em casos assim, sabemos muito bem, manejar algarismos é condição *sine qua non*.)

Um passo atrás.

Na Assembleia Constituinte de 1824, não se cogitou seriamente a criação de uma universidade nos moldes modernos, cujos alicerces foram lançados na reforma da Universidade de Berlim, em 1810, por meio da associação orgânica entre ensino e pesquisa. Os legisladores da jovem nação contentaram-se em multiplicar escolas técnicas, de ensino profissionalizante. As Faculdades existentes, de Direito e de Medicina, mais uma vez tornavam a educação, agora superior, um privilégio dos grupos dominantes.

Um salto no tempo.

A Proclamação da República não alterou esse panorama melancólico. A Constituição de 1891 nem sequer vislumbrou a necessidade de promover um sistema universitário — muito menos de elaborar um plano nacional de educação. No fundo, o problema foi agravado, pois, num paradoxo tipicamente brasileiro, mas nem por isso menos vergonhoso, a primeira constituição republicana encontrou uma fórmula nada sutil de preservar a exclusão diante da recente abolição da escravatura: o direito de voto só seria exercido pelos cidadãos alfabetizados. Isto é, *a exclusão política*, com base num critério educacional, *apenas aumentou após a adoção do regime republicano*.

Contradição tornada respiração artificial: a República se consolidou por meio de esvaziamento deliberado da noção de cidadania. Sublinhe-se o pior de tudo: esvaziamento patrocinado pela ausência de um projeto nacional de educação popular — e isso em todos os níveis de ensino.

Restrição, aliás, que se manteve inalterada até 1985, quando o voto se tornou um direito universal; princípio consagrado na Constituição de 1988, também por isso denominada “Constituição Cidadã”.

Mas não apressemos o rumo da prosa; recuperemos uma anedota particularmente saborosa. Há controvérsias acerca de sua exatidão, porém a história é irresistível.

Em 1920, o presidente Epitácio Pessoa finalmente sancionou a criação da Universidade do Rio de Janeiro (URJ). Corre a respeito da decisão uma persistente lenda urbana. Ora, fundada a toque de caixa, a URJ teria como missão precípua — alguns diriam, única — conceder ao rei Alberto I, da Bélgica, o título de *Doutor Honoris Causa*.

Não se tratava, pois, de favorecer a multiplicação de centros de investigação ou de promover institutos capazes de idear *projetos de nação* — para recordar o alvo de José Bonifácio. E nem mesmo falemos de oferecer educação superior para o povo, pois, nos dias sombrios que correm, a ironia corre sempre o risco de ser mal compreendida. Bastava a mera formalidade: concessão de título honorífico à autoridade estrangeira.

Pois é:

(Preciso acrescentar algo?)

Anote-se a lição (não sei se dura ou caroável): infelizmente, o des-caso, inconstitucional, do governo do Rio de Janeiro com a UERJ não surpreende. Trata-se antes de um pretexto — tão perverso quanto criminoso — do que de uma necessidade provocada pela crise financeira. Uma universidade popular, que reúne excelência em pesquisa e efetiva inclusão social, é a antítese do projeto que ainda hoje contamina a classe política brasileira.

Finalmente: universidade à vista

Embora não tenha sido cronologicamente a primeira universidade brasileira, a Universidade de São Paulo foi pioneira no desenvolvimento de um verdadeiro projeto universitário de longo prazo — e sobretudo de alcance político.

Aqui, deixarei de lado a mítica Missão Francesa e sua relevância na estruturação das faculdades de filosofia, letras e ciências humanas — também houve professores e pesquisadores de outras nacionalidades, especialmente nas áreas das ciências exatas.

Concentro-me na circunstância imediata que determinou o surgimento da USP.

Em 1932, a Revolução Constitucionalista levou o estado de São Paulo a uma crise política sem precedentes, com sérias consequências econômicas. Militarmente derrotado, com cidades do interior bombardeadas, coube à classe dirigente paulista encontrar alternativas para recuperar o peso político desfrutado na República Velha e comprometido com a Revolução de 1930.

O projeto anterior de disputa da hegemonia cultural ganhou impulso com a organização da Semana de Arte Moderna em 1922. No panorama da derrota para o governo de Getúlio Vargas, a

Universidade de São Paulo deveria levar adiante o encargo, a ele acrescentando uma dimensão política por meio da formação de novas gerações de pesquisadores e de professores.

Projeto, aliás, que somente pôde se consolidar com o apoio decidido do governo de São Paulo e da elite local, com destaque para as iniciativas da família Mesquita, pois na redação do *O Estado de S. Paulo* decisões fundamentais foram tomadas a fim de assegurar o êxito da USP.

Um único exemplo: as primeiras turmas da Faculdade de Letras praticamente não contavam com alunos. O que fazer? Uma pequena revolução: bolsas foram concedidas a professores das escolas públicas para que complementassem sua formação por meio do diploma universitário. Sem esse expediente, talvez a Faculdade de Letras não tivesse tido a importância que adquiriu nas décadas de 1960 e 1970.

Não poderia ter sido mais exitoso o resultado da resposta à maior crise vivida pelo estado de São Paulo, isto é, a fundação da universidade.

No plano da história cultural, foi plasmada na USP a narrativa da formação da literatura brasileira que por muito tempo foi hegemônica — e teve como base a própria ideia de *formação*.

No plano da história intelectual, de igual modo, o paradigma uspiano forneceu a régua e o compasso para a intervenção na esfera pública e mesmo para a articulação da política nacional das últimas duas décadas — pelo menos.

Reitero o eixo do argumento: em 1934, o surgimento da Universidade de São Paulo correspondeu ao firme propósito de assegurar condições, sólidas, para a superação, definitiva, de uma crise pontual de proporções consideráveis.

Você me acompanha: as universidades estaduais não originaram a atual crise — nem mesmo o mais cínico dos políticos fluminenses sustentaria tal disparate. No entanto, elas podem, a exemplo da USP, oferecer alternativas para a superação do caos criado pela corrupção e pela inépcia administrativa.

(Duas faces da mesma *moeda*, não é mesmo?)

E agora, UERJ?

É verdade que o estado do Rio de Janeiro não se envolveu num conflito armado com a Federação, mas nem por isso a situação política e econômica parece mais favorável do que a paulista em 1932.

O atual cenário de terra devastada exige a articulação de um novo pacto entre o governo do estado e a UERJ — sem esquecer as demais universidades estaduais, claro está.

Numa avaliação recente, uma lista das “Best Global Universities in Brazil”,¹ a UERJ ocupou um honroso quinto lugar, atrás apenas da USP, UFRJ, UNICAMP e UFABC.

Esse é o resultado de seis décadas de muito trabalho; trata-se de uma conquista do estado do Rio de Janeiro e sobretudo da população fluminense. O reconhecimento internacional da UERJ é um patrimônio que necessita ser preservado.

E agora, UERJ?

Sem dúvida, a festa acabou, a luz apagou, mas o povo não sumiu — e aqui reside toda a diferença.

O potencial da UERJ precisa de apoio para alcançar sua plenitude; plenitude essa que se confunde com o desenvolvimento integral do povo fluminense e com a afirmação do estado do Rio de Janeiro como um dos polos dinâmicos da cultura brasileira.

Contudo: olhos bem abertos: esperar que o governo desperte para a centralidade do ensino universitário somente produzirá pesadelos dos quais não saberemos escapar. Pelo contrário, e com a urgência de uma respiração artificial, precisamos convencer a sociedade da relevância da UERJ no dia a dia da cidade, ampliando o diálogo com a população fluminense.

Não temos tempo a perder: vamos dar o primeiro passo?

1 Disponível em <<http://www.usnews.com/education/best-global-universities/brazil>>.





UM REGISTRO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE

Carlos Eduardo de Rezende

A criação da Universidade Estadual do Norte Fluminense

A UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE (UENF), denominada por seu idealizador, Darcy Ribeiro, como a Universidade do Terceiro Milênio, foi criada na Constituição do Estado do Rio de Janeiro, de 1989, a partir da mobilização dos cidadãos de Campos dos Goytacazes, que se valeram da determinação do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias: “O estado criará a Universidade Estadual do Norte Fluminense, com sede em Campos dos Goytacazes, no prazo máximo de três anos da promulgação desta Constituição”. Ainda chefiava o Poder Executivo estadual o governador Wellington Moreira Franco (1987-1990). Num primeiro momento, ainda no governo de Moreira Franco, a proposta era formar a UENF com base no agrupamento de instituições de ensino superior (IES) já existentes na cidade de Campos dos Goytacazes. Em 27 de fevereiro de 1991, por meio do Decreto nº 16.357, foi estabelecido o Estatuto da UENF, logo após a posse do governador Leonel Brizola. No entanto, ao assumir a chefia do Executivo estadual, Brizola convidou Darcy Ribeiro, naquela ocasião à frente da Fundação de Apoio à Escola Pública, para conduzir a criação da universidade. A partir desse momento, a concepção do que seria a UENF mudou profundamente, e já não se considerava mais a possibilidade de incorporação das IES da cidade.

Uma questão que pode suscitar algum tipo de dúvida é de como uma universidade criada na Constituição de 1989, com prazo

máximo de três anos para iniciar suas atividades, teve sua primeira turma em 16 de agosto de 1993. Nesse ponto, ressalto a colaboração da Fundação Norte Fluminense de Desenvolvimento Regional (FUNDENOR), que, em 1992, abriu as suas portas a vários professores para que ministrassem cursos para a população regional, dando, assim, início ao funcionamento da UENF. A FUNDENOR abrigou parte da universidade por quase uma década, e até hoje as duas instituições possuem uma relação de cooperação. Um exemplo disso é o fato de a FUNDENOR administrar inúmeros projetos de pesquisas de docentes e técnicos da UENF.

No período inicial da UENF, os profissionais eram selecionados pela realização de um seminário público e apresentação de um projeto individual de pesquisa, de cursos a serem oferecidos e de atividades de extensão. Esses elementos eram avaliados por uma banca composta por docentes da instituição e convidados externos. Os primeiros concursos para compor o quadro permanente da UENF foram realizados em 1998, ainda sob o regime da CLT, o que permaneceu durante muitos anos. Isso mudou em 2003, quando todos os servidores da universidade foram transformados em estatutários, a exemplo do que ocorria com os servidores da UERJ e das universidades federais e com o quadro permanente do serviço público do estado.

A proposta de criação da UENF trouxe várias inovações, entre elas a adoção de uma estrutura administrativa simples, composta pela Reitoria, três Pró-Reitorias (de Graduação, de Pesquisa e Pós-Graduação, e de Extensão e Assuntos Comunitários), quatro centros e trinta laboratórios. Os centros são os responsáveis por conduzir as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Os laboratórios foram formados conceitualmente para serem multi e transdisciplinares, o que significou adotar um modelo totalmente diferente das configurações dos departamentos existentes nas demais instituições brasileiras. Entre 1993 e 1999, tivemos quatro reitores, todos eles indicados pela Secretaria Especial de Ciência e Tecnologia (SECT), dos quais três faziam parte do quadro de professores da instituição

e apenas um, nomeado durante a gestão do governador Marcelo Alencar, era extraquadro.

Em 1999, tivemos a primeira eleição para reitor e diretores de centro. Inicialmente, havia a possibilidade de que membros externos à instituição pudessem ser candidatos, mas, durante a discussão do processo eleitoral no Conselho Universitário da UENF, essa proposta foi derrotada, o que pode ter sido um grande equívoco. Foi decidido que os candidatos a reitor e a vice-reitor fossem professores titulares. Porém, posteriormente, essa exigência também foi abolida, e, hoje, qualquer membro do corpo docente permanente pode se candidatar para ocupar esses cargos. Um ponto que permanece desde a primeira eleição para reitor e vice-reitor é o de que a UENF envia apenas o nome da chapa mais votada para o governo do estado, o que faz com que a escolha da comunidade acadêmica seja totalmente respeitada. As eleições na UENF têm seguido a seguinte distribuição: reitor e vice-reitor e diretores de Centros (70% de servidores docentes, 15% de servidores técnicos e 15% de alunos de graduação e pós-graduação, inclusive os do sistema semipresencial). Já os chefes de laboratórios e coordenadores de cursos de graduação e pós-graduação e de extensão são eleitos apenas com votação dos docentes.

Entre muitas inovações, a UENF foi a primeira instituição no Brasil em que todos os servidores docentes deveriam ter doutorado e estar 100% em regime de dedicação exclusiva (DE). Esse quadro é mantido e reconhecemos que deva permanecer, embora, em alguns momentos, sejam apresentadas propostas para retirar o requisito da DE para todo o corpo docente, o que representaria um retrocesso, afinal, os estudantes precisam do docente como referência, e a UENF foi alicerçada com base em pesquisa – e pesquisa e ciência não se fazem em tempo parcial. Nas universidades federais e estaduais (91 e 79%, respectivamente) temos, majoritariamente, docentes em tempo integral, enquanto as municipais e privadas concentram seus docentes em tempos parciais e horistas (65%). Essa diferença permitiu que a UENF iniciasse os cursos de graduação e pós-gradua-

ção simultaneamente em 1993, sendo talvez a única no país e no exterior que tenha iniciado suas atividades dessa forma. Esse tipo de política institucional gerou vários prêmios, como o destaque conferido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) na iniciação científica em 2003 e 2009. Além disso, a UENF foi listada entre as 15 melhores universidades do Brasil em 2007, 2008, 2009 e 2010, com base no Índice Geral de Cursos, e foi considerada a melhor universidade do Rio de Janeiro e a 11ª melhor do país em 2012. Entretanto, o contínuo descumprimento do orçamento compromete o desenvolvimento institucional, assim como o seu desempenho na formação de recursos humanos e nas suas atividades-fim (ensino, pesquisa e extensão). No plano pedagógico, tínhamos um ciclo básico comum: os estudantes entravam na UENF, não em um curso específico, e, na sequência, definiam seus interesses. Na universidade também foi criado o primeiro curso de Engenharia de Exploração e Produção de Petróleo.

No momento de sua fundação, a UENF era atrativa em termos salariais e também em financiamento de pesquisas, tanto para jovens quanto para pesquisadores seniores que vieram liderar a instalação de alguns laboratórios, muitos dos quais posteriormente optaram por ficar em definitivo na universidade. Nos seus quase 24 anos de existência, ela já conquistou diversos destaques nacionais e alguns internacionais, e esse resultado só foi possível devido ao seu modelo de concepção institucional. No entanto, ao longo dos anos, os salários, motivo de diversas greves por parte do corpo docente e técnico, foram perdendo essa capacidade de atrair pesquisadores de todos os níveis. Devido a essa defasagem, nos últimos anos, vários jovens pesquisadores concursados da UENF não terminaram o período probatório, pois fizeram concursos para as federais. Por isso, a tarefa de estar no interior do estado sem apoio político por parte do governo estadual passa a ser um componente decisivo na manutenção da qualidade e do desempenho da instituição. Cabe ressaltar, inclusive, que, após a instalação da UENF em Campos dos Goytacazes, várias

intuições privadas foram para a cidade, tornando-a o segundo polo universitário do estado do Rio de Janeiro.

Atualmente, na UENF, temos 7.668 alunos distribuídos em diversos cursos (16 de graduação e 14 de pós-graduação, e Ensino a Distância). Nosso quadro permanente possui 325 docentes – sendo 75 bolsistas de Produtividade Científica do CNPq e 36 bolsistas do Programa de Cientista ou Jovem Cientista do Nosso Estado – e 603 técnicos. Na graduação, formamos 4.193 e, na pós-graduação, 2.527 profissionais (28% doutores e 72% mestres) até 2016; no momento, temos 1.200 pós-graduandos matriculados. Portanto, nosso papel na interiorização do ensino, da pesquisa e da extensão tem que ser ressaltado, principalmente porque quase 90% dos nossos estudantes são oriundos da região norte e noroeste fluminense.

Por fim, a função social de uma universidade inclui a formação do cidadão, perspectiva que não podemos perder. A postura crítica, a curiosidade intelectual e o rigor acadêmico, que são qualidades inerentes de um cientista, devem transmitir uma mensagem insubstituível para os nossos alunos, e, por isso, a presença dos docentes na instituição assim como sua dedicação exclusiva são detalhes que fazem a diferença no resultado.

Crises ao longo do tempo e o risco promovido pela situação atual

A proposta de criação da UENF envolvia a filosofia de que os docentes não perderiam tempo com questões administrativas, tais como prestação de contas, administração de projetos, aquisição de material de consumo e permanente, entre outras. No entanto, recentemente foi estimado que cerca de 30% da carga de trabalho de um docente está voltada para atividades administrativas, o que compromete o desempenho do professor nas suas atividades-fim – ensino, pesquisa e extensão. Assim, foi criada, em 1991, a Fundação Estadual do Norte Fluminense (FENORTE), que tinha como missão colaborar com as funções administrativas e apoiar os pesquisadores da

UENF. Cabe ressaltar, no entanto, que a presidência dessa fundação sempre foi indicada pelo governo do estado do Rio de Janeiro, sem se considerar a opinião da universidade ou de seus conselhos. Outro ponto a que chamo atenção é que nenhum presidente foi sabatinado pelo Conselho Universitário ou por qualquer instância da universidade. Assim, sempre foi muito difícil harmonizar as relações entre as duas instituições, que foram fundadas para atuarem juntas.

No início da UENF, o reitor e o presidente da FENORTE ordenavam as despesas conjuntamente, ou seja, os cheques eram assinados pelas duas autoridades, mas em pouco tempo esse tipo de procedimento foi descontinuado, durando no máximo dois anos. Pois bem, a partir desse período, apenas a presidência da FENORTE assinava a ordenação de despesas. Esse tipo de cisão começou a gerar alguns inconvenientes no cotidiano da administração universitária e das diferentes unidades da instituição (ex.: em muitos momentos, a atividade-meio se sobrepunha à atividade-fim). Era um momento crítico, pois a universidade iniciava suas atividades e todos os tipos de dificuldades geravam impactos negativos na instalação dos laboratórios e no recrutamento de profissionais para virem se instalar na cidade de Campos dos Goytacazes. A relação entre a UENF e a FENORTE se tornou inadequada em um curto espaço de tempo, visto que poucas foram as vezes que a carga administrativa dos docentes foi reduzida pelo apoio do corpo técnico da FENORTE. Os servidores da fundação atuavam o tempo todo como auditores, e não como facilitadores. Enfim, entendo que esse tipo de relação era no mínimo contraditória e totalmente impossível de ser mantida por mais tempo, e assim era a opinião de grande maioria da comunidade acadêmica.

Um fato marcante nesse período de turbulência das relações institucionais entre a UENF e a FENORTE foi a retirada sumária do nosso primeiro reitor de seu posto. Era o ano de 1995, e Darcy Ribeiro, já doente, foi induzido por um grupo a substituí-lo. Em seguida, outro membro do corpo docente foi nomeado como segundo reitor pró-tempore, tendo seu mandato durado aproximadamente

dois anos. Em 17 de fevereiro de 1997, faleceu Darcy, nosso primeiro chanceler, e, em abril do mesmo ano, o governador Marcelo Alencar, sem nunca ter considerado a opinião da comunidade acadêmica da UENF, substituiu o reitor em exercício por um docente de outra instituição, que ficou à frente da universidade por dois anos. A indicação veio direto da SECT, e uma parcela da comunidade entendeu esse ato como um tipo de intervenção na UENF. Naquele ano, nossas primeiras turmas estavam se formando, e a colação de grau delas foi marcada por inúmeras manifestações contra a reitoria. Eu diria que foram dois anos muito intensos na UENF e nas relações com a FENORTE. Nesse período, também foi realizada a primeira audiência pública na ALERJ com a presença do secretário da pasta de Ciência, Tecnologia e Inovação para tratar dos problemas que afetavam a universidade. Em 1999, tivemos a entrada de um novo governador, e o primeiro reitor da UENF ocupava o cargo de secretário de Ciência e Tecnologia. Durante a campanha eleitoral, em reunião na universidade, o então candidato Anthony Garotinho afirmou literalmente que, ao entrar no governo, seu primeiro ato seria extinguir a FENORTE. Entretanto, após vencer as eleições e tomar posse, essa promessa não foi cumprida.

Em 2000, o quadro permanente da UENF era mais restrito do que é atualmente, e vários professores eram contratados na forma de bolsas. A FENORTE, que naquele momento ainda tinha o poder de administrar a universidade, propôs transferir esses docentes para uma cooperativa privada. Essa proposta foi rechaçada pelos sindicatos, pela Reitoria e pelo Conselho Universitário, que nomeou uma comissão para tratar desse assunto, entre outros, com o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. O resultado dessa consulta foi o seguinte: o conselheiro enfatizou que em uma universidade a cooperativa nunca poderia atender à atividade-fim, devendo restringir-se às atividades-meio, tais como limpeza, segurança e manutenção. Assim, durante dois anos tivemos a mais longa crise institucional, com greves e até mesmo corte de ponto de servidores que não assi-

naram uma carta atestando que não estavam em greve. Enfim, a relação administrativa com a FENORTE durou até 2001, quando, finalmente, a UENF passou a ter sua própria existência jurídica e, portanto, sua autonomia administrativa. A FENORTE virou por muitos anos um instrumento político, até a sua extinção em 2016 e a transferência de seus funcionários para UENF.

Em 2017, a UENF completa 24 anos de existência, e passamos por várias crises ao longo dos diferentes governos. Durante o período de Marcelo Alencar, tivemos nossos salários atrasados por quase um mês e pensávamos que esse teria sido o pior momento da nossa e das demais instituições estaduais. Esse foi um erro, pois, hoje, a UENF, assim como a UERJ, a UEZO, a FAETEC, o CECIERJ e a FAPERJ, atravessa o pior momento da sua trajetória, o que espero nunca mais presenciar no futuro. O problema atual é de sobrevivência das instituições e dignidade dos servidores. No caso específico da UENF, não recebemos nenhum recurso para custeio da universidade desde outubro de 2015, e os salários estão sendo pagos de forma totalmente desrespeitosa. A energia não foi cortada por força de uma liminar da justiça; e a água, por termos uma excelente relação com a empresa prestadora de serviços. Os telefones, por outro lado, por muitos meses serviram apenas de enfeite nos gabinetes.

Em geral, as universidades e os servidores públicos fazem greve por não possuírem dissídio anual e as perdas se acumularem por anos. Assim, aos olhos da população, nossas demandas, quando aparecem na mídia, são sempre vistas de forma muito negativa. Agora, porém, o momento é diferente: enfrentamos o desmonte das universidades públicas e da ciência e tecnologia no estado do Rio de Janeiro. Face a isso, estamos nos mantendo firmes pela sobrevivência das instituições estaduais de ensino e pesquisa, pois esta é uma crise sem precedentes no estado que sempre representou a segunda economia do país.

O principal risco que corremos neste momento é o de esvaziamento das universidades estaduais a partir do êxodo de suas

lideranças acadêmicas. Um exemplo recente que podemos destacar é o da neurocientista Suzana Herculano, que, embora estivesse em uma universidade federal, representa com muita exatidão os caminhos que podem ser percorridos por outros tantos cientistas do estado. Para os que desconhecem, a cientista optou por assumir uma posição em uma universidade americana – e os jornais noticiaram com muita ênfase sua opção – e foi alvo de duras críticas por isso. Aos críticos da professora eu diria: por onde andam que não veem o sucateamento das universidades públicas deste estado e da ciência brasileira? Muitos preferem manter seus cargos em agências federais e estaduais a se contrapor a todo esse ataque que estamos sofrendo diretamente pelas políticas estadual e federal. No caso específico do estado do Rio de Janeiro, passamos hoje por esta situação ridícula, ultrajante e humilhante. Onde estão as vozes dos grandes cientistas deste estado e do nosso país? Aos que porventura não acreditam que este processo está sendo aos poucos propagado para outros estados e, finalmente, para o país, chamo atenção para a extinção da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul como parte do ajuste fiscal e para a perda de status do CNPq e de outras agências federais, assunto que foi objeto de inúmeras manifestações da Academia Brasileira de Ciências e da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

A minha expectativa é que, a partir deste movimento de resistência do ensino superior no estado do Rio de Janeiro, a UENF, UERJ, UEZO, FAETEC, CECIERJ e FAPERJ saiam todas fortalecidas.

moção de apoio

A Reitoria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) manifesta extrema preocupação com as condições financeiras impostas à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) e Fundação Centro Universitário da Zona Oeste (UEZO) pelo governo do estado do Rio de Janeiro. O estrangulamento financeiro determinado a essas instituições não se justifica, pois resulta de políticas lesivas ao povo do estado do Rio de Janeiro, como isenções tributárias realizadas sem fundamentos, obras superfaturadas e enorme sonegação fiscal.

Em nome de toda a comunidade acadêmica da UFRJ, a Reitoria solidariza-se com docentes, pesquisadores, técnicos-administrativos e estudantes das referidas instituições na luta pela superação da crise em curso. A crise da UERJ, UENF e UEZO repercute na produção do conhecimento científico rigoroso do país e, em particular, do estado do Rio de Janeiro, comprometendo

as importantes colaborações entre essas instituições e a UFRJ e demais universidades e centros de pesquisa públicos.

Comprometidas com a oferta de ensino superior público, gratuito, inclusivo e de elevada qualidade, a UERJ, UENF e UEO são patrimônios da sociedade brasileira e têm cumprido importante papel na defesa dos direitos humanos fundamentais para o bem viver dos povos. A UFRJ reafirma sua confiança em que a mobilização da comunidade científico-acadêmica fortalecerá as lutas de todos aqueles que recusam saídas privatizantes e o desrespeito ao princípio constitucional da gratuidade, um valor que deve ser permanentemente revigorado.

Roberto Leher (UFRJ)

Silvia Maria | aluna da UERJ

25 de janeiro

#uerjresiste

Fiz um ensaio fotográfico da universidade na última greve de 2016 para mostrar o descaso do Estado com a instituição. Lamentavelmente, a situação se agravou, hoje a UERJ vive a pior crise de sua história. É necessário defender essa universidade, necessário dizer que temos o DIREITO DE SER UERJ: O direito de ter uma universidade pública, gratuita e de qualidade! O direito que tanto batalhamos: o direito de estudar! Depois de tanta luta pra entrar, agora querem nos tirar o direito de ser UERJ! Uma das melhores universidades do Brasil e da América Latina está fechada graças ao governo criminoso do PMDB, que por anos vem afundando o estado do Rio de Janeiro, e agora joga a conta da crise nas costas do povo trabalhador do RJ. O objetivo deles é acabar com a capacidade de pesquisa, ensino e ciência do Estado do Rio! O objetivo deles é destruir todo o patrimônio público. A UERJ é conhecida por ser a primeira universidade a ter uma política inclusiva de acesso por cotas. A UERJ é conhecida por ter professores/as de excelência. A UERJ é conhecida por ter estudantes de fibra, estudantes de resistência, estudantes que são referência em seus cursos e no cotidiano das lutas estudantis. Por isso o dever de todo e qualquer estudante, que sonha, que estudou ou estuda na UERJ é lutar! Resistir por essa universidade ... Quando falamos de uma universidade popular, falamos de UERJ. A UERJ não é cara ao Estado, ela é necessária! A universidade deve ser para todos e deve estar à serviço do povo. #uerjresiste #souuerj



NO OLHO DO FURACÃO

André Lázaro & Tatiane Alves Baptista

O cenário da tempestade

A EDUCAÇÃO COMO BEM COMUM TEM SIDO OBJETO de intensa disputa em diversos cenários internacionais assim como nos debates nacionais. A iniciativa da ONU de rever os Objetivos do Milênio (2000-2015), após a sua conclusão, reacendeu o debate que opõe distintas visões, como a defendida pelo Banco Mundial e as propostas da Conferência Mundial de Educação Superior, organizada pela UNESCO (CMES-2009)¹. No Brasil, os Planos Nacionais de Educação (os de 2001 e de 2014) são o campo de disputa dessas concepções.

O Banco Mundial, guardião dos valores do mercado, desde os anos 90, propunha diretrizes para a educação superior que promovam a privatização do setor em nome de sua adequação à dinâmica das sociedades contemporâneas. As orientações podem ser sintetizadas em quatro linhas: diversificação das instituições de educação superior para romper o modelo da universidade europeia de ensino e pesquisa, fortalecendo instituições privadas não universitárias; diversificação das fontes de financiamento das instituições públicas, incluindo a cobrança de mensalidades aos estudantes e a associação com o setor privado para a pesquisa; redefinição do papel do Estado nas políticas de educação; e priorização dos temas de eficiência, qualidade e equidade.²

1 "A função crítica tem sido salientada devido ao debate frutífero promovido pela Conferência Mundial e seus documentos preparatórios. No questionário, vários líderes e especialistas afirmaram que o paradigma da UNESCO e sua agenda superaram e substituíram na América Latina e no Caribe a hegemonia do paradigma teórico do Banco Mundial e seus seguidores; outros disseram que a agenda da UNESCO pelo menos introduziu um corpo de conceitos alternativos, questionando o papel da privatização como panaceia para esse nível de educação" (Bernheim, 2008, p. 38).

2 Catani e Oliveira, 2000.

A Conferência Mundial da Educação (Paris, 2009), embora presente, em diversos pontos, coesão com a visão do Banco Mundial, dela difere ao enfatizar a responsabilidade pública com a educação superior e apontar os conceitos de pertinência, qualidade e internacionalização como relevantes para que a educação superior cumpra sua missão nas sociedades, inclusive nos países chamados emergentes, com maior democratização do acesso, relações no âmbito no mundo do trabalho e do setor produtivo em apoio ao desenvolvimento sustentável.

A educação superior volta ao centro da disputa por sua condição contraditória: como atividade intelectual e social, é decisiva para a formação de recursos humanos de elevada qualidade, necessários para o desenvolvimento dos países, a gestão do estado e do mundo dos negócios. Ainda que os mais famosos empreendedores contemporâneos sejam festejados por não terem concluído a educação superior, as agências internacionais não economizam adjetivos para destacar a importância desse nível de ensino na qualificação da força de trabalho e sua contribuição para a inovação tecnológica. Por outro lado, no entanto, as demandas crescentes por acesso a esse nível impõem a ampliação dos investimentos públicos, a descentralização territorial e políticas de democratização do acesso, sem considerar os riscos do imprevisível impacto que o conhecimento e a informação podem ter em sociedades brutalmente desiguais como a brasileira. Necessário para o desenvolvimento tanto no aspecto produtivo como no consumo, o ensino superior fica tensionado entre os benefícios sociais que pode produzir e seus custos e riscos.

O sentido do direito à educação enfrenta disputas entre forças sociais e políticas de nossa sociedade. Embora as agências internacionais venham estabelecendo parâmetros que, em muitos casos, direcionam os rumos das políticas educacionais localmente, há nesse contexto o papel fundamental exercido pelos movimentos sociais organizados, que afirmam permanentemente a necessidade de garantir o mais amplo direito à educação. No cenário brasileiro,

enquanto os governos do final dos anos 90 criaram as condições legais para transformar a educação superior num mercado dinâmico e lucrativo, os movimentos sociais, sindicais e numerosos setores acadêmicos defenderam o fortalecimento da responsabilidade pública e a necessidade de ampliar os investimentos no setor para democratizar o acesso e descentralizar as instituições federais, em sua maioria, concentradas nas capitais e nos grandes centros urbanos. São emblemáticos, nesse sentido, a luta do movimento negro e indígena pelas políticas de ação afirmativa e o papel exercido pelo movimento dos estudantes pelo direito ao passe livre e por melhores condições de permanência nas instituições educacionais.

Tempestade tropical

A política da educação superior no Brasil do século XXI tem sido apreciada por diferentes parâmetros, o que implica distintos juízos e avaliações. Há consenso, porém, que o enorme crescimento das matrículas ao longo do período tem determinadas características, como a ampliação do setor privado, a diversificação institucional e territorial do setor federal (criação dos institutos federais e interiorização das universidades), a inclusão de estudantes de baixa renda oriundos de escolas públicas, a adoção de cotas para a população negra e o fortalecimento das políticas de avaliação.

O golpe que derrubou a presidenta Dilma Rousseff em maio de 2016 colocou à frente do Ministério da Educação o ministro de um partido que contestou no Supremo Tribunal Federal as políticas afirmativas do Programa Universidade Para Todos e da Universidade de Brasília, e, na equipe dirigente, membros intimamente ligados ao setor privado da educação superior. Os passos seguintes da nova equipe dirigente foram o apoio a medidas que afetam diretamente a educação pública e as metas do Plano Nacional de Educação (2014-2024). A aprovação da Emenda Constitucional 55 restringe fortemente os gastos do governo federal por 20 anos, impactando

inquestionavelmente o financiamento do setor federal de educação. Além disso, a medida provisória do ensino médio, por sua forma e conteúdo, constrange a formação da juventude a itinerários formativos sem que as escolas estejam minimamente preparadas para cumprir a determinação legal. A pressa do MEC foi contestada não apenas pelos educadores, estudantes e especialistas: o próprio procurador-geral da República reputou inconstitucional a medida. A esse conjunto de ações que desorganizam as políticas existentes some-se a violência do movimento Escola Sem Partido, que, embora considerado absurdo pela violação gritante de preceitos constitucionais, avança ameaçando professores, diretores e gestores da educação pelo país afora. A educação enfrenta, portanto, batalhas pelo financiamento, por sua organização e pelo sentido de formação cidadã junto à sociedade.

Nesse cenário de desorganização crescente, ressurge com maior visibilidade uma característica estrutural: a ausência de um sistema de educação que contribua para a articulação entre instituições de diferentes vínculos administrativos. O desenho institucional separa as estaduais das federais, e essas do setor privado, de tal forma que cada instituição se move de acordo com seus próprios objetivos estratégicos sem levar em conta possibilidades de sinergia e cooperação. Um tímido sinal de enfrentamento dessa fragmentação vem da CAPES, com as políticas de pós-graduação que estimulam a articulação entre programas. Outra orientação, mais nítida, mas nem por isso mais efetiva, decorre das Conferências Nacionais de Educação, de 2010 e de 2014, que claramente definiram a criação de um Sistema Nacional de Educação como meta prioritária, incluindo no Plano Nacional de Educação o prazo de 2016 para que o executivo encaminhasse ao legislativo uma proposta estruturada. O golpe frustrou mais esta expectativa de avanço na organização da educação brasileira. Desorganizada, ela se torna terreno fértil para seguir a lógica do mercado. Não há, portanto, um sistema integrado capaz de articular capacidades e peculiaridades de cada instituição a um

projeto em que o setor formule sua efetiva contribuição ao desenvolvimento do país, o que torna as instituições mais frágeis diante das interferências circunstanciais, tais como as que os atuais governos federal e estadual pretendem impor.

A UERJ: uma gota no oceano

As tensões internacionais e nacionais são componentes importantes para avaliar em que condições se encontra a Universidade do Estado do Rio de Janeiro e quais as suas perspectivas em face das contradições que enfrenta.

A UERJ tem características que a diferenciam historicamente das demais instituições públicas, federais e estaduais. Em seus pouco mais de 60 anos de vida, a Universidade saiu de seu campus no Maracanã e alcançou tanto o interior do estado do Rio, com suas unidades em São Gonçalo, Nova Friburgo, Duque de Caxias, Resende, Ilha Grande, Teresópolis e, recentemente, Petrópolis, quanto chegou a outros continentes, com a presença de seus docentes e discentes envolvidos em projetos de formação e pesquisa que ultrapassam fronteiras. A UERJ, sendo de Vila Isabel, é cosmopolita. Desde sua criação, tem cursos noturnos que funcionam com as mesmas qualidades de seus cursos diurnos. Criada para formar mão de obra qualificada para o mercado de trabalho carioca e fluminense, ela foi além, desenvolvendo pesquisas com o mesmo rigor das melhores universidades públicas brasileiras, estabelecendo parcerias e colaborações internacionais de grande impacto e fazendo extensões que poucas universidades do país realizam.

Nos anos 2000, a UERJ enfrentou um imenso desafio: por decisão da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, foram adotados sistemas de cotas para estudantes de escolas públicas, carentes, estudantes negros, deficientes e filhos de servidores da área de segurança que perderam a vida em serviço. Uma cota ampla (45% das vagas), que ainda hoje não é plenamente preenchida. Apesar de suas limitações, a Universidade pode festejar a acolha da política de cotas, a luta

para seu reconhecimento e, atualmente, o aprimoramento das formas de atendimento aos estudantes, bem como o aprofundamento de sua relação com a rede pública de ensino médio do estado do Rio de Janeiro.³ Uma conquista importante da Universidade foi a Lei nº 5.346/2008, que garante “bolsa-auxílio durante o período do curso universitário”,⁴ certamente, uma das melhores políticas existentes entre as instituições públicas, federais e estaduais, de todo o país.

Os resultados da política de cotas têm sido avaliados como altamente positivos: o que se convencionou chamar de qualidade da Universidade não apresenta nenhuma queda com relação aos anos anteriores à política – os estudantes das políticas afirmativas têm resultados equivalentes aos dos da ampla concorrência, mas são aqueles que apresentam menor evasão e maior proporção de concluintes.⁵ Diferentes estudos têm explorado as dimensões da política de cotas, e não há registro de fato notável que desqualifique o que tem sido feito pela instituição. De seu modo, e pioneiramente, a UERJ vem dando sua contribuição para a democratização ao ampliar o acesso da população negra, de escola pública e de baixa renda à educação superior. Os dados nacionais registram que, gradativamente, o país migra de um sistema altamente elitista para um sistema de massa, com todas as implicações que tal mudança traz.⁶

Novos interesses

O debate sobre a política de cotas é representativo por trazer à tona argumentos sobre o sentido da educação superior numa sociedade brutalmente desigual como a brasileira. O pânico que a política

3 O livro de Elielma Machado relata as diversas etapas de implantação das cotas, e o site do programa Proiniciar traz preciosos relatórios de avaliação parcial dos resultados: Disponível em: <http://www.caiac.uerj.br/proiniciar.html>. Acesso em: 29 jan. 2017.

4 Art. 30 da Lei nº 5.346/2008 (cf. Machado, 2013, p. 64).

5 Ver CAIAC, 2015.

6 Ristoff, 2017.

despertou em setores da elite está bem retratado nas profecias que a grande mídia alardeou como ameaça aos bons valores da sociedade miscigenada: as cotas derrubariam a qualidade das instituições públicas, despertariam o racismo (sic!), elidiriam o compromisso do estado com o ensino básico e seriam inócuas, dado o despreparo da juventude pobre das escolas públicas para seguir o curso superior.⁷ Os fatos, no entanto, não apenas desqualificam as profecias, como trazem dados inteiramente novos para as políticas do setor.

As instituições privadas, que detêm em torno de 75% das oito milhões de matrículas da educação superior, reagiram fortemente por ocasião do debate das cotas. O próprio Programa Universidade para Todos (Prouni)⁸, que alivia impostos federais para o setor em troca de bolsas para estudantes de escolas públicas, baixa renda, negros e indígenas, também gerou desconfiança inicial: as instituições temiam que os resultados da avaliação realizada pelo Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade)⁹ rebaixassem os indicadores de seus cursos e que, com isso, houvesse algum impacto em suas posições no mercado da educação superior. Vale lembrar, como anuncia o setor privado, que o Brasil “é o quinto maior mercado de educação superior do mundo”.¹⁰

Em sua mais recente manifestação sobre o tema, a água virou vinho: para a associação das universidades privadas, o Prouni não foi apenas uma bênção que legalizou uma renúncia fiscal até então nunca retribuída. O programa também se tornou o carro-chefe da autocelebração de sua competência a baixo custo.¹¹

Em seu relatório de avaliação dos resultados dos bolsistas do

7 Feres Junior e Campos, 2016.

8 Programa Universidade para Todos. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/>. Acesso em: 29 jan. 2017.

9 Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/enade>. Acesso em: 29 jan. 2017.

10 Disponível em: http://ri.sereducacional.com/sereducacional/web/conteudo_pt.asp?idioma=o&conta=28&tipo=47925.

11 ABRAES, 2014. Relatório da Associação Brasileira para Desenvolvimento da Educação Superior, vinculado à Associação Nacional das Universidades Particulares (Anup).

Prouni nos exames do Enade, a Associação de Universidades Particulares conclui: “a expansão do sistema via aumento de oferta de vagas públicas não encontra suporte em termos de resultados no desempenho dos alunos”.¹²

E recomenda:

Se o que conta é a eficiência da aplicação de recursos públicos e seus resultados para a sociedade, a operação de algumas instituições federais por instituições privadas, de resultado comprovado no desempenho do aluno, poderia liberar orçamento para outros investimentos, como formação de professores e infraestrutura a serviços.¹³

O setor privado tem recebido crescente financiamento público. Segundo dados do Ipea¹⁴, em 2013, ao menos um terço das cinco milhões de matrículas da educação superior no Brasil recebiam financiamento público via Fies¹⁵ e Prouni. A política de inclusão tornou-se rentável para o setor privado. Hoje, em seus documentos oficiais, esse setor comemora, de um lado, o crescimento do valor de suas ações nos índices da Ibovespa,¹⁶ de outro, festeja sua eficiência e baixo custo nas políticas de inclusão. E, por fim, recebe recursos públicos com risco zero: a inadimplência do Fies¹⁷ é um problema dos estudantes que tomaram o crédito, pois os recursos já foram contabilizados em seus balanços.

12 ABRAES, p. 37.

13 Idem.

14 IPEA, 2015, p. 224.

15 Programa de Financiamento Estudantil. Disponível em: <http://sisfiesportal.mec.gov.br/>. Acesso em: 29 jan. 2017.

16 “Com relação à receita líquida e ao resultado líquido, as companhias do setor de Educação tiveram excelente desempenho acima de todos os setores da bolsa”. Disponível em: <http://www.sabe.com.br/setor-educacao-desempenho-2011-2015/>. Acesso em: 29 jan. 2017.

17 Supera 50%, segundo matéria do jornal Zero Hora. Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/vida-e-estilo/educacao/noticia/2017/01/inadimplencia-do-fies-ultrapassa-metade-dos-beneficiarios-em-2016-9675928.html>.

A UERJ e o futuro do Brasil

A reitoria da Universidade do Estado do Rio de Janeiro foi clara e firme, com apoio de todos os ex-reitores da instituição, em denunciar o descaso do governo do estado com a Universidade. Na carta pública “A UERJ e o futuro do Rio de Janeiro”, encaminhada ao governo, a reitoria conclui:

Desprezar o ensino superior, a pós-graduação e a pesquisa é apostar na miséria, na violência e num futuro sem perspectivas positivas. Forçar o fechamento da UERJ é não pensar no futuro de nosso estado e de nosso país. A UERJ e o Estado são perenes, os governantes não.¹⁸

O Hospital Universitário Pedro Ernesto e a Policlínica Piquet Carneiro, unidades cujo papel na formação de estudantes e atendimento da população dispensam comentários, sofrem com o desabastecimento crônico. A Escola Superior de Desenho Industrial, pioneira no Brasil, parece esquecida em seus planos de ampliação e reorganização de seu espaço na Lapa. As unidades de outros municípios não vivem dias melhores. Os restaurantes universitários das unidades de São Gonçalo e Duque de Caxias nem sequer estão concluídos no papel. A sede em Teresópolis não está definida; do mesmo modo, Petrópolis carece de estabelecer fisicamente os cursos da UERJ. O Colégio de Aplicação não recebe investimentos significativos desde sua instalação no prédio do Rio Comprido. Nova Friburgo sofre ainda as consequências das enchentes de 2011. Em Resende, a Universidade conta com oportunidades imensas, que demandam investimentos e parceria do estado. E muitas seriam as questões a serem levantadas, para não falar do extraordinário campus do Maracanã, com seus dois teatros, concha acústica, galerias de arte, laboratórios, auditórios e salas de aula. Se o risco ao patrimônio material é visível, a ameaça ao patrimônio intelectual é mais premente e menos visível. Após uma

¹⁸ “A Uerj e o futuro do Rio de Janeiro”. Disponível em: http://www.uerj.br/lendo_noticia.php?id=1115. Acesso em: 29 jan. 2017.

longa greve, no início de 2016, a UERJ reluta em abrir as portas neste início de 2017 por absoluta falta de condições mínimas: de salários atrasados a custeio interrompido e investimento zerado.

Aqui está em jogo não apenas o futuro do estado ou da própria universidade. Está em jogo o modelo de sociedade que queremos e o lugar que a educação superior de qualidade, que reúne ensino, pesquisa e extensão na formação de estudantes, terá no país. A UERJ está sendo sacrificada por seus acertos, não por seus erros. Há, no mercado, quem queira ocupar o lugar tão duramente trilhado pela Universidade Popular que é a UERJ. Estamos no olho do furacão.

Navegar é preciso

A argumentação apresentada não supõe uma teoria da conspiração, mas reconhece que a dinâmica do mercado que tomou conta da educação superior no país se move em busca de ampliar espaços e auferir maiores rendimentos. A inclusão, salvo honrosas exceções, era refutada com base em preconceitos de classe e de cor. Agora, começa a ser aceita pela garantia econômica que oferecem os programas do governo federal e pela imagem pública que pode apresentar na sociedade brutalmente desigual.¹⁹ E vai se tornando rentável, como demonstram as propostas recentes e os dados econômicos do setor.²⁰

Os parâmetros de avaliação das instituições de educação superior são motivo de intenso debate. A UERJ tem obtido resultados relevantes em algumas dessas avaliações, seus docentes mantêm elevados níveis de cooperação nacional e internacional, e estudantes que a integram vêm do Rio, de municípios vizinhos, estados distantes e países de outros continentes. A UERJ tem sido acolhedora, a

19 O uso pela terceira vez da mesma expressão é, claro, intencional. Trata-se de uma forma de chamar atenção para a violência cotidiana: o massacre que sofre a juventude, em especial a negra, a violência contra as mulheres, o assassinato de pessoas da comunidade LGBT, a violência no campo. São muitas as formas de violência que colocam o país entre aqueles com maior população carcerária e mortalidade por habitante.

20 HOPE: em 2013, o faturamento estimado no país foi de 32 bilhões de reais.

seu modo. Parte de seu mérito não pode ser captada a não ser pela experiência cotidiana de lidar com sua riqueza e suas fragilidades, que se agravam com o desinvestimento do estado. Na sociedade que separa espacialmente suas classes e estimula as tensões entre elas, o convívio universitário que a UERJ propicia é uma experiência subjetiva e formadora. Se o sentido último das ações afirmativas é enfrentar e superar os processos de discriminação e racismo em nossa vida comum, o cotidiano na Universidade tem sido a verdadeira escola democrática. Há tensões, mas há diálogo.

Como enfrentar a conjuntura? Não há resposta certa antes dos processos de mobilização que estão em curso. Muitas pessoas e instituições já se manifestaram pela Universidade. Fisicamente, ela tem sido abraçada e cantada. É inegável que a crise pelo menos serviu para tornar público o reconhecimento nacional e internacional do trabalho que faz a UERJ. Mas qual o caminho a seguir?

Há pouco a fazer, senão avançar em direção à autonomia, prevendo a revisão orçamentária para a adequação dos recursos de salário, custeio e investimento nas demandas reais da Universidade. Sem um projeto de futuro, a extraordinária energia que a UERJ tem mobilizado vai se dissipar, sem que o estado altere essencialmente sua relação com ela. Sem planejamento e sem estabilidade institucional, a Universidade não pode funcionar.

Portanto, é preciso criar alternativas, mesmo na contramão da história recente, em sentido contrário ao que define a versão da PEC 55, que será imposta ao estado do Rio de Janeiro, a contrapelo das visões globais que privatizam as riquezas. É preciso construir um caminho que dê futuro à nossa esperança e fortaleça a educação pública no Brasil.

Referências

ABRAES. “Programas de inclusão e o ensino superior no Brasil: o impacto do Programa Universidade Para Todos - Prouni no desempenho dos alunos no ENADE. Brasília, 2014. Disponível em: file:///C:/Documents%20and%20Settings/logbit/Desktop/Andr%C3%A9%20I/Biblioteca/A%C3%A7%C3%B5es%20afirmativas/estudo_final.pdf. Acesso em: 29 jan. 2017.

BERNHEIM, Carlos Tünnermann e CHAÚÍ, Marilena de Souza. *Desafios da universidade na sociedade do conhecimento: cinco anos depois da conferência mundial sobre educação superior*. Brasília: UNESCO, 2008.

CATANI, Afrânio e OLIVEIRA, João. “A reestruturação da educação superior no debate internacional: a padronização das políticas de diversificação e diferenciação”. *Revista Portuguesa de Educação*, v. 13, n. 2, Universidade do Minho, Braga, Portugal, 2000, pp. 29-52.

FERES JUNIOR, João e CAMPOS, Luiz Augusto. “A evolução do debate sobre ação afirmativa no Brasil: prognósticos passados e diagnósticos presentes”. In: ARTES, Amélia et al. (orgs.). *Ações afirmativas no Brasil: reflexões e desafios para a pós-graduação*. São Paulo: Cortez; Fundação Carlos Chagas, 2016, pp. 241-67.

HOPER. “Análise setorial do ensino superior privado: Brasil 2013”. Paraná, 2013.

IPEA. *Boletim de Políticas Sociais*. “Educação”, n. 23, Brasília, 2015, pp.181-234.

MACHADO, Elielma Ayres. *Ação afirmativa, reserva de vagas e cotas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2002-2012)*. Rio de Janeiro: Flacso-GEA; UERJ-LPP, 2013.

RISTOFF, Dilvo. “A democratização do campus”. *Cadernos do GEA*, n. 9, Rio de Janeiro, Flacso-GEA; UERJ-LPP, 2017 (no prelo).

UERJ, CAIAC. “Levantamento de cotas 2015”. Disponível em: http://www.caiac.uerj.br/documentos/LEVANTAMENTO_final%202015.pdf. Acesso em: 29 jan. 2017.





NÃO PODEMOS DEIXAR

Ricardo Lísias

COM EXCEÇÃO DO PRIMEIRO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL, sempre estudei em escolas públicas. Peguei o meu primeiro diploma na Escola Estadual Amador Arruda Mendes. Depois, fiz o ensino médio na Escola Estadual Antonio Firmino de Proença. Fui então cursar a graduação em Letras na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), onde também defendi uma dissertação de mestrado. Meu título de doutorado é da Universidade de São Paulo (USP). Sou um autêntico fruto do ensino público e gratuito brasileiro.

Desde a época em que aprendi a ler, de vez em quando cruzo com o discurso que denuncia a precariedade da escola pública. As instalações são ruins, falta merenda e professor, e o ensino é o pior possível. Hoje mesmo um telejornal mostrou a “situação lamentável” de algumas escolas de Cotia, aqui em São Paulo. De fato, havia um matagal ao redor da minha primeira escola. De vez em quando eu tinha que ficar em casa por causa da greve. O grande acontecimento do mês era quando havia pão com salsicha na hora do recreio.

No entanto, muitos dos meus professores daquela época lecionavam também em escolas particulares. Nesse caso, não havia matagal, e os alunos traziam o cachorro-quente de casa. Como eram as mesmas pessoas que seguravam o giz, aqui e lá, acho que as aulas eram muito parecidas. Na minha escola havia biblioteca, mapas e um excelente professor de educação física, um certo Waldomiro. Anos depois, cruzei com ele em um torneio de xadrez. Ele me disse que estava implantando o ensino do jogo na escola, a mesma em que eu havia estudado trinta anos antes.

A escola em que fiz o ensino médio não tinha matagal em volta. Na verdade, não me parecia faltar muita coisa. Fui um cara-pintada,

fiz bastante bagunça na minha adolescência, estudei só o que eu quis, participei dos jogos da escola e fiz algumas coisas escondido, na sala de educação física. Do mesmo jeito, vários professores davam aula em escolas particulares em outros períodos. De lá, fui direto para a UNICAMP.

Não vou falar, para não cair no ridículo, do nível de ensino da UNICAMP e da USP. Tem bastante mato, mas, quando o governo não atrasa os repasses, o pessoal corta. Prefiro comentar o nível social dos meus colegas. O curso de Letras nunca foi o preferido das classes mais altas. Elas gostam de medicina, de direito e das engenharias. Mas havia exceções: aqui e ali, alguns alunos chegavam nesses jipes caros, deixavam carrões no estacionamento, ou acenavam para o pai indo embora depois de os deixar na faculdade.

A propósito, a primeira vez que ouvi falar em privatização, o assunto veio junto com esses carros: um cara disse que a universidade tinha que ser gratuita, com certeza, mas deviam cobrar o estacionamento e quem sabe um pedágio na entrada. Usaríamos o dinheiro para, entre outros destinos, o auxílio financeiro para os alunos cujas famílias não podiam pagar pelo sustento deles.

Discordei dizendo que na verdade a proposta estimularia a universidade a dar um jeito de receber mais alunos que tenham carro. É a famosa carrocracia. Em tempo: não sei dirigir e não tenho o menor interesse por carros. Mas minha família custeou minha permanência em Campinas durante todo o curso de graduação. Eu não tinha grandes privilégios, mas estava feliz. Minha mãe pagava meu aluguel e minha alimentação. Não tinha para mais nada. E eu não precisava: a UNICAMP mantinha vários cineclubes com exibição gratuita, a Faculdade de Educação Física substituía a academia, e a biblioteca cuidava do resto do tempo.

Evidentemente, quem paga pelo estacionamento, também paga pelo ingresso de cinema. E quem costuma fazer esses dois gastos, também quer um fast food, não o bandejão. Aqui, o cineclube do professor Dantas, com um mês de filmes do Jean Renoir (sempre seguidos de debate), está fora do horizonte. A universidade viraria um shopping center.

Na minha turma, acho que cinco ou seis alunos não tinham dinheiro sequer para comer. Precisavam de todos os subsídios da universidade: da alimentação à moradia. Havia a bolsa trabalho: em troca de um valor pequeno e da entrada subsidiada no restaurante universitário, prestavam meio período de serviço em algum ponto da universidade. A troca era justa e não gerava endividamento. Desses alunos, se eu estiver certo, quatro se formaram e hoje já teriam condições de sustentar o filho na UNICAMP, sem necessidade do auxílio.

Sendo bem claro: para eles e para boa parte da minha turma, o diploma universitário ofereceu de fato ascensão social. A garantia de um dos direitos humanos básicos, a educação, gerou melhoria de vida. Algumas pessoas dizem que, caso a universidade seja privatizada, haverá bolsas para os alunos mais pobres. No entanto, essas bolsas cobrem apenas a mensalidade. Quem não tem condições de se sustentar e precisa, além disso, dos auxílios, basicamente não poderá estudar. Sem dizer que esse modelo de subsídio para ser pago depois da formatura gera endividamento. Assim, no lugar de a universidade fornecer ascensão social através de um dos direitos humanos fundamentais, a privatização retira um direito e ainda endivida o cidadão. Sendo bem claro de novo: há piora no nível social. Minha família não poderia me sustentar em Campinas e, além disso, pagar uma mensalidade. Essa seria a situação da maioria dos meus colegas de sala. A privatização, portanto, geraria o empobrecimento de muita gente que hoje procura o ensino superior.

Qual a razão, então, para o retorno com tanta força do discurso privatista? Tomara que o leitor deste texto não me ache óbvio demais... É o seguinte: afastando boa parte das pessoas que não podem pagar por uma mensalidade e pelo sustento durante os anos de graduação, a elite barra o aumento do nível socioeconômico de boa parte da população e, com isso, mantém o discurso mentiroso de que seus privilégios decorrem de mérito próprio. Do mesmo jeito, vai conseguir fazer a universidade se tornar um lugar bem parecido com o shopping onde passaram a infância. É uma espécie de acomodação para o bem-estar dos mais ricos.

Quero descrever ainda um fato bastante pessoal. Meu romance *Divórcio* recebeu uma infinidade de interpretações diferentes. Uma delas tentava desqualificá-lo, atacando o que seria a sua “intenção”: vingança de marido traído. É uma leitura despolitizadora, que surgiu no interior de alguns veículos de imprensa e foi insuflada por jornalistas, que naturalmente não aceitavam a crítica ao próprio meio que o romance realiza.

Enfim, inúmeros professores universitários escreveram textos sobre o livro, não apenas mostrando a impropriedade dessa significação despolitizadora como apresentando leituras mais ricas e complexas. São pesquisadores que passam boa parte do seu tempo percorrendo uma bibliografia especializada e com isso se municiam para oferecer à sociedade discursos mais profundos, críticos e embasados.

A propósito: tanto veículos quanto jornalistas que propagaram um significado despolitizador e tentaram anular a crítica que meu livro coloca à imprensa são a favor da privatização da universidade pública. Isso ocorre porque esses veículos e essas pessoas não querem ter sua superficialidade exposta e não admitem vozes contrárias aos seus sentidos. Simplórios e patéticos, a profundidade que o ensino superior cultiva lhes ofende. Trata-se meramente de uma estratégia de sobrevivência. Como são toscos, querem que todos sejam.

Pesquisa exige investimento sem prazo de retorno certo. Seus resultados, embora concretos, são muitas vezes difusos. A multiplicidade de sentidos que se criou sobre o meu romance no interior da universidade brasileira, garantindo, com isso, que ele não sofresse a violência da interpretação única, demonstra, porém, que seus resultados são visíveis e, mais ainda, necessários para a reflexão crítica. Quem não quer a sociedade brasileira dotada de pensamento profundo luta pelo fim da pesquisa universitária.

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro foi escolhida como “laboratório” para a privatização do ensino superior público brasileiro. Os motivos são vários, mas um dos principais deve ser o fato

de que nela começaram as políticas de cotas acadêmicas. Junto com o apoio para os estudos, essa é uma das melhores ofertas de ascensão social que um governo pode oferecer para a sociedade. Sem dizer que é a realização de um dos direitos humanos básicos – como eu já disse, mas vou repetir: trata-se de uma questão de Direitos Humanos.

Estive várias vezes na UERJ. Em uma delas, passei a tarde e a noite discutindo literatura com estudantes de graduação e pós. Em salas cheias, a maioria tinha lido meus livros, preparado perguntas complexas e armado possibilidades de debate que me fizeram refletir sobre pontos da minha obra que eu ainda não tinha percebido. Nunca estive em uma universidade, no Brasil ou no exterior, com tantos estudantes negros. A privatização significará nova violência da elite branca contra o resto da população. No ano passado, apresentei a peça no congresso da Associação Brasileira de Literatura Comparada. Acompanhei o evento do começo ao fim, da primeira à última palestra. A opinião não é apenas minha: reunindo escritores, pesquisadores, professores, alunos e interessados em geral, foi um dos melhores congressos de literatura que o Brasil já abrigou.

Privatizar a UERJ é, em um ato apenas, impedir a melhoria de vida de parte da população, desperdiçar acervos gigantescos de debate e reflexão, precarizar o trabalho de alguns dos melhores pesquisadores do Brasil e tornar o nosso país um pouco mais medíocre.

A gente não pode deixar isso acontecer: é uma tragédia.



SOBRE FAZER CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EM ÉPOCAS DE HEGEMONIA NEOLIBERAL

Lia Rocha

*Pois nada tem valor para o homem enquanto homem,
se o não puder fazer com paixão.*

— Max Weber, *A ciência como vocação*

ESTAR EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA como professora e pesquisadora é, nos dias atuais, uma experiência repleta de grandes desafios, assim como de grandes responsabilidades. A consciência acerca desses desafios e responsabilidades não tarda a aparecer para aqueles que, como eu, trabalham na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, há anos alvo de um projeto de sucateamento e desfinanciamento gestado nos gabinetes do governo estadual. Como professora do curso de Ciências Sociais, que possui um grande número de alunos da classe trabalhadora, cotistas e não cotistas, e na condição de dirigente sindical, a percepção tanto dos desafios quanto das possibilidades me parece inescapável. Enfrentamos, como trabalhadores intelectuais, pensadores e educadores, uma forte campanha de desmoralização do conhecimento livre e autônomo vinda de diversos campos da sociedade.

A UERJ está no epicentro de um grande debate colocado na sociedade e expresso nas falas oficiais, na imprensa e nos movimentos sociais, a respeito do caráter, das causas e das soluções da crise orçamentária e institucional que se abate hoje sobre o Estado brasileiro. Em recente matéria de jornal de grande circulação, os parques investimentos do estado feitos na ciência e tecnologia foram contabili-

zados como “gastos” e questionados como um problema de gestão pública: “Gastos da Uerj com pessoal aumentaram acima da inflação nos últimos dez anos”¹. A matéria, além de ter trazido informações erradas, questionou o crescimento do nosso “custo” em comparação com o crescimento do número de alunos inscritos nos nossos cursos de graduação. Em nossa réplica — insuficiente, visto que nossas possibilidades de disseminar a resposta são ínfimas perto do poder de comunicação de um grande órgão da imprensa —, argumentamos, entre outras coisas, que o salário dos professores e técnico-administrativos que na universidade trabalham não podem ser entendidos como “gastos”, e sim como investimentos. Contudo, sabemos que esse debate se alicerça na compreensão bastante generalizada de que o serviço público é sempre mal gerido e ineficaz, e que os servidores públicos são, em sua maioria, incompetentes ou supérfluos. Desconstruir essa imagem solidificada que vê a universidade como espaço de privilégio de servidores e de serviços mal prestados à sociedade, e especialmente a nossos alunos, torna-se, talvez, o nosso desafio central.

Se explicar que os “custos” de uma universidade não podem ser descritos apenas em termos de sua folha de pagamento e da proporção aluno/servidor já é uma tarefa difícil, explicar que a universidade forma não apenas alunos de graduação, mas também pesquisadores, e produz, ela mesma, ciência e tecnologia é tarefa ainda mais árdua. Essa dificuldade se evidencia, por exemplo, quando temos que defender nossa adesão ao regime de dedicação exclusiva. A Uerj foi uma das últimas universidades do Brasil a possuir em seu plano de carreira docente o regime da DE, que consiste em compensar financeiramente o professor por não se dedicar a nenhuma outra instituição que não aquela na qual ele está lotado, e que garante, assim, que esse profissional possa realizar ensino, pesquisa,

¹ Disponível em <<http://oglobo.globo.com/rio/gastos-da-uerj-com-pessoal-aumentaram-acima-da-inflacao-nos-ultimos-dez-anos-20879132>>. Acesso em: 7 fev. 2017.

extensão e cuidar da administração da universidade de forma integral e exclusiva. Ela é, portanto, estruturante da nossa carreira, porque todas as tarefas citadas acima compõem, juntas, o nosso ofício. Um professor universitário deve ter as condições necessárias para realizar todas elas, porque elas são articuladas: um bom professor é um melhor pesquisador, extensionista e administrador, e vice-versa, porque as experiências obtidas em cada uma dessas “pernas” alimentam e potencializam a outra. No entanto, para o senso comum, trata-se apenas de um aumento salarial — e como podemos estar pedindo aumento salarial em tal momento de crise?

Da mesma forma, o cálculo feito pelos ideólogos neoliberais da grande imprensa entre o número de servidores e de alunos de graduação expressa uma concepção de universidade que não a concebe como um espaço de produção de conhecimento, diálogo e alteridade, mas como uma engrenagem que recebe jovens inexperientes e “devolve” para a sociedade trabalhadores aptos a lutar por uma posição num mercado de trabalho desigual. Nós somos muito mais que isso. Os espaços de uma universidade deveriam pulsar de forma vibrante, com a realização de eventos de todos os tipos, o encontro de pessoas de todas as partes, o acolhimento a diferentes manifestações políticas, culturais e científicas — porque é dessa efervescência que o conhecimento é feito. Não somos apenas uma fileira de salas de aula. E, para sermos tudo isso, precisamos de muitos profissionais nos mais diversos setores: esportivo, cultural, de saúde, interinstitucional, administrativo, de atendimento à comunidade interna e externa etc.; fora os trabalhadores da manutenção, que têm sido, ao longo dos últimos anos, jogados em postos de trabalho precários porque foram contratados por empresas terceirizadas. Universidades custam caro, em qualquer lugar do mundo. Por isso devem ser entendidas como investimento, e jamais como gasto.

A dificuldade em traduzir o que fazemos — que é tão específico, especializado e incompreensível até para quem trabalha conosco na Universidade — se intensifica quando falamos sobre pesquisa e

desenvolvimento científico. Mesmo entre a comunidade científica, os parâmetros de produtividade, expressos nos rankings e nas pontuações dos programas de pós-graduação, são assunto polêmico. Vinda de um campo de conhecimento pouco apreciado e valorizado, que são as ciências sociais, esse tema é ainda mais caro, e espinhoso, para mim. Como medir a nossa produtividade? Como calcular o quanto “devolvemos” à sociedade? Um cientista social tem como tema de trabalho questões que muitas vezes estão invisibilizadas do debate público; são questões sociais, mas não necessariamente questões colocadas pela opinião pública. A especificidade do conhecimento produzido por nós é de difícil tradução até para colegas, e a possível aplicação do conhecimento que produzimos não cabe nas caixas dos formulários online que temos que preencher nos pedidos de financiamento. Pelo contrário, muitas vezes, o conhecimento que produzimos não será apropriado por aqueles que são nossos “alvos” na pesquisa — por diferenças de classe, capital social ou interesse — nem será conveniente para aqueles cujos interesses desafiamos com nossa investigação. O resultado de nossas pesquisas é, muitas vezes, a problematização de situações sociais, mais do que sua explicação. Posso dizer com um indisfarçável orgulho que o produto do cientista social é o incômodo: para quem nos lê, para quem quer se apropriar do que produzimos e para nós mesmos. Como medir, mensurar, colocar em rankings e indicadores esse incômodo que produzimos? Ou melhor: como mercantilizar o nosso conhecimento?

O que nos leva ao tema do financiamento da pesquisa produzida na universidade. Exatamente porque o que produzimos não pode ser quantificado, sei com clareza que no mercado do financiamento privado aquilo que tenho a oferecer não tem vez. Quem financiaria uma pesquisa como a que desenvolvo no momento, sobre organizações de moradores de favelas e sua relação conflituosa com os agentes estatais? Ou ainda outras similares, desenvolvidas pelos meus colegas, cuja função social é inquestionável do ponto de vista científico, mas pouco justificável do ponto de vista mercadológico?

É nesse sentido que não concebo a universidade pública senão financiada integralmente com dinheiro público, colocando-a a salvo dos interesses econômicos e também dos volúveis interesses governamentais. Porém, a questão que compreendo como mais significativa neste momento é: a quem serve nosso conhecimento?

Entendo que ser professora e pesquisadora em uma universidade pública nos dias atuais, em que o pensamento livre e autônomo é questionado inclusive em termos legais – vide tentativas de regulação do ensino como os projetos de lei que versam sobre o Programa Escola Sem Partido e a reforma do ensino médio –, é um privilégio, mas também uma grande responsabilidade. Responsabilidade com nossos estudantes, que buscam no ensino superior não apenas uma possibilidade de inserção no mercado de trabalho, mas também uma experiência de troca, reflexão e aprendizado, e que, portanto, não podem ter sua formação condicionada por interesses alheios ao campo acadêmico. Responsabilidade em relação aos grupos sociais cujos interesses são atacados pelo mercado e pelos governos, mas que encontram na universidade parceria e colaboração para suas lutas. E responsabilidade com o pensamento livre, autônomo e contestador, que parece tão em baixa nos tempos que correm, mas que é imprescindível para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática. É por isso que lutamos pela universidade pública, gratuita e de qualidade. É por isso que a Uerj resiste, e nós resistimos com ela.

moção de apoio

A Reitoria da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), em nome de sua comunidade acadêmica, vem prestar total solidariedade à comunidade da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em face da severa crise que se abate sobre aquela instituição, pela falta de repasses financeiros por parte do governo do Estado do Rio de Janeiro, o que impede o regular funcionamento de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A UERJ, em seus mais de 60 anos de existência, tem prestado um relevante serviço ao Brasil e, em particular, ao Estado do Rio de Janeiro, com a formação de profissionais qualificados nas diferentes áreas do saber, com a realização de pesquisas de importância estratégica e com um forte engajamento com a sociedade, tanto através de suas inúmeras atividades de extensão, como pelo pioneirismo na aplicação de uma política de cotas, que permitiu a formação superior de jovens das camadas historicamente excluídas desse nível de ensino.

Inúmeros projetos em parceria têm sido desenvolvidos entre as nossas instituições, enriquecendo a formação de nossos docentes e estudantes e fortalecendo o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação — estratégicas para a real soberania de nosso país.

Na compreensão de que um país que se quer forte e em constante desenvolvimento não pode, mesmo em momentos de crise, relegar a Educação Pública a uma condição de desmonte total, colocamo-nos ao lado da comunidade de docentes, técnico-administrativos, estudantes e egressos da UERJ, na defesa desse patrimônio incalculável que merece todo o nosso respeito.

A UERJ RESISTE! RESISTAMOS COM ELA!

Ana Maria Dantas Soares (Ufrj)



ULTRA EMB
TAKI
MULTI
PRIVATI
DIRE
DO BAR DO
COMANDA IL ERSE

DIA

DIRETTA

DIRETTA

POSFÁCIO: A UERJ CRESCER, CRESCER, SIM!

Maria Georgina Muniz Washington

MUITO SE TEM FALADO SOBRE A UERJ NOS ÚLTIMOS TEMPOS. Temos tido muitos apoios, mas sofremos com críticas que se limitam a ver a universidade como custo, apontando para o crescimento orçamentário sem uma análise mais profunda. A UERJ cresceu, cresceu, sim, nos últimos dez anos, com o cuidado devido e consciente do seu papel na sociedade do estado do Rio de Janeiro.

Pioneira em ações sociais, foi a primeira universidade pública do Brasil a ter ensino noturno (dando, assim, oportunidade aos trabalhadores), a implantar o sistema de Reserva de Vagas (RV) com bolsa-permanência durante o curso para os alunos, o que, como já é do conhecimento geral, deu oportunidade a jovens que não tinham expectativas de cursar o ensino superior. Esse programa já mostrou que veio para dar certo: hoje temos alunos que são os primeiros a serem graduados em suas famílias, levando assim não só à elevação da autoestima, como à certeza, para muitos jovens, de que é possível. Só isso já vale o investimento na UERJ. Mas a UERJ também cresceu na educação básica, na graduação, na pós-graduação, na extensão e na área da saúde neste período.

Colégio de Aplicação (CAp-UERJ)

O Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp-UERJ), uma das unidades acadêmicas da UERJ, tem por finalidade a formação docente inicial e continuada, em parceria com outras unidades acadêmicas da universidade, e a promoção de educação básica de qualidade, de atividades de pesquisa em ensino

e educação, da extensão universitária e da cultura na cidade e no estado do Rio de Janeiro. Apesar de ter uma estrutura predial de condições não adequadas, o CAP oferece desde o ensino básico (fundamental e médio), passando pela graduação, até a pós-graduação de alta qualidade, além de oferecer um acompanhamento aos portadores de necessidades especiais classificado como excelente pelo Ministério Público, após ter ouvido relatos de pais. O corpo docente conta com 196 professores, e, desses, 41% possuem doutorado.

O Programa de Pós-Graduação de Ensino de Educação Básica (PPGEB) oferece o curso de mestrado profissional no CAP. A extensão do CAP conta com 36 projetos, a maioria deles voltada para as comunidades e municípios.

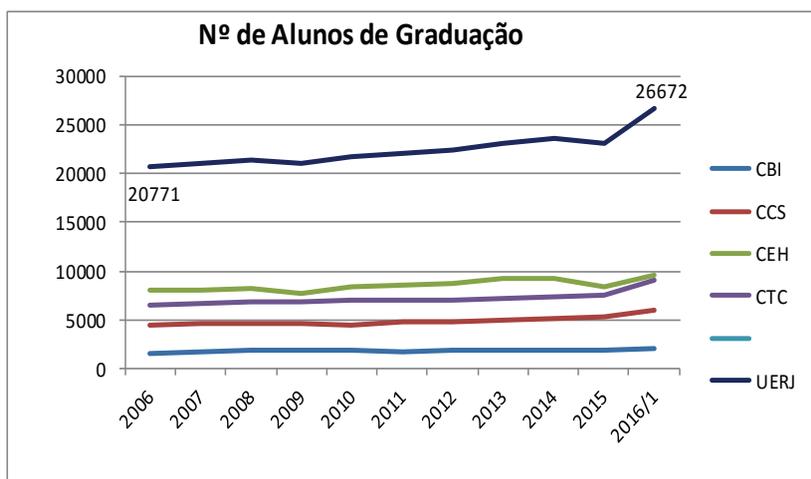
A excelência do CAP é notória, mas sempre temos algo mais de que nos orgulhar: em 2016 três estudantes egressos do CAP embarcaram para o Japão, em abril, após entrevistas que os habilitaram a ingressarem na graduação em Relações Internacionais da Universidade de Estudos Estrangeiros de Tóquio (Tufts). Este ano mais três alunos irão participar de estudos na Tufts.

Graduação

A UERJ implantou, neste período, 13 novos cursos. Destaca-se que os cursos de Engenharia Mecânica e de Engenharia Química, em Resende, foram montados com a anuência do governo do estado do Rio de Janeiro, em face da expansão do parque automotivo da região. Arquitetura e Urbanismo, em Petrópolis, foi um curso criado por solicitação do governo.

O ingresso dos estudantes na universidade acontece através de Vestibular Estadual da Uerj, realizado anualmente, com edital próprio e com grande quantidade de candidatos disputando as vagas ofertadas. Nos últimos cinco anos, o número de inscritos no Exame Discursivo, última etapa do vestibular, foi de 45.448 no ano de 2013; 46.712 em 2014; 49.127 em 2015; 41.897 em 2016; e agora, em

2017, um número significativamente menor: 29.537. Em 2016.1, a Uerj apresentava em torno de 26.767 alunos nos cursos de graduação presenciais, e 7.266 alunos de educação a distância, totalizando, assim, 34.033 alunos ativos.



Fonte: SR1

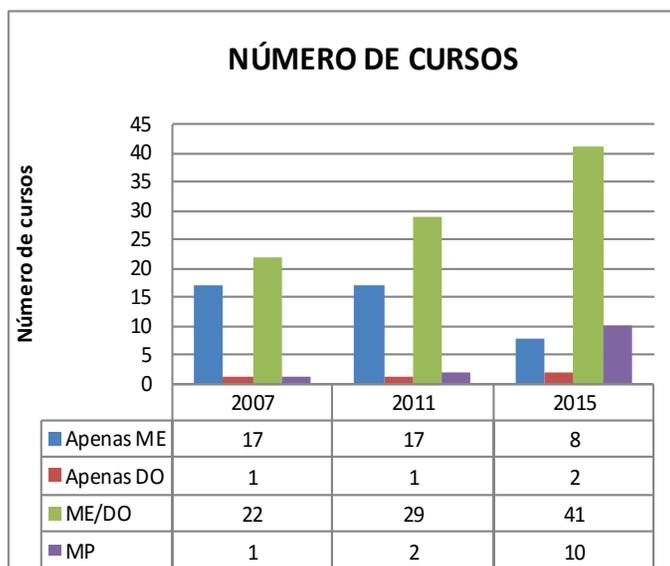
Com relação ao Sistema de Reserva de Vagas (Políticas Afirmativas), em 2007 o número de cotistas era de 3.598 alunos de reserva de cotas, o que correspondia a 17% do número de alunos de graduação. Hoje temos 9.900, o que corresponde a 37% dos alunos.

Outra demonstração de nossa qualidade de ensino (graduação e pós-graduação) é que, apesar da crise por que a UERJ passa, temos uma demanda de intercâmbio de alunos estrangeiros que estamos recebendo através da Diretoria de Cooperação Internacional nos últimos dois meses. São 16 países entre Alemanha, França, Portugal, Itália, Peru, Bélgica, Reino Unido e Japão, para diversos cursos de graduação.

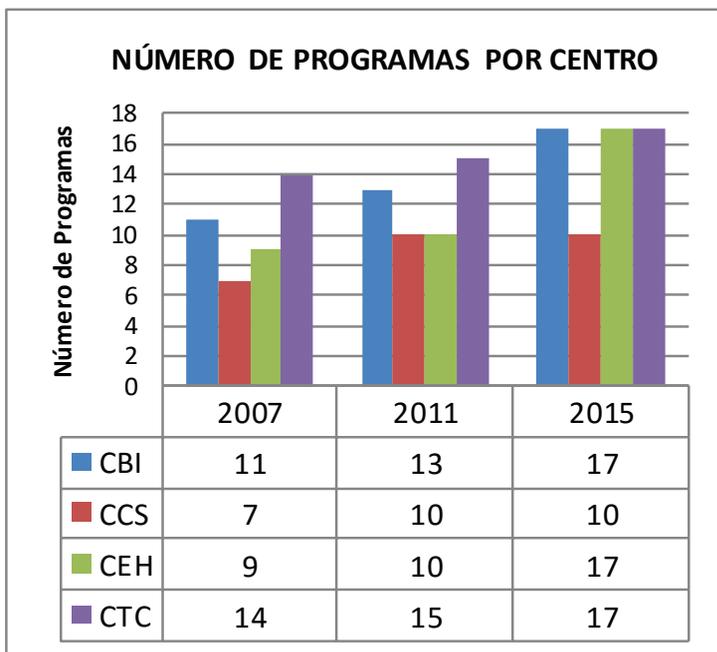
Pesquisa e pós-graduação

Pós-graduação stricto sensu

Ao longo do mesmo tempo, destacamos o aumento total do número de programas em 50%, passando de 41 para 61. Um dado dos mais relevantes é o número de cursos de doutorado, que praticamente dobrou, com um aumento de 23 para 43 cursos, o que demonstra a maturidade da pós-graduação e da pesquisa na universidade. Note-se que, apenas de 2011 a 2015, o incremento foi de 30 para 43 cursos, na medida em que a apresentação de propostas de doutorado é um desdobramento de um esforço de qualificação dos cursos de mestrados. Destaca-se também o aumento do número de redes nacionais de pós-graduação de que a UERJ participa, sendo a maioria para o oferecimento de mestrados profissionais.



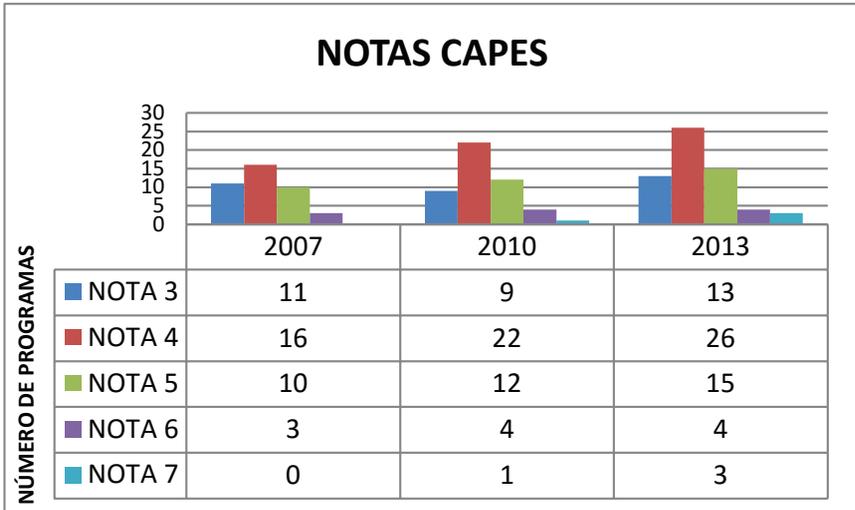
Fonte: SR2



Fonte: SR2

A distribuição dos programas por Centros Setoriais mostra que o aumento da pós-graduação tem ocorrido em todas as macroáreas de conhecimento, sendo especialmente relevante o crescimento da pós-graduação nas unidades fora do campus Maracanã.

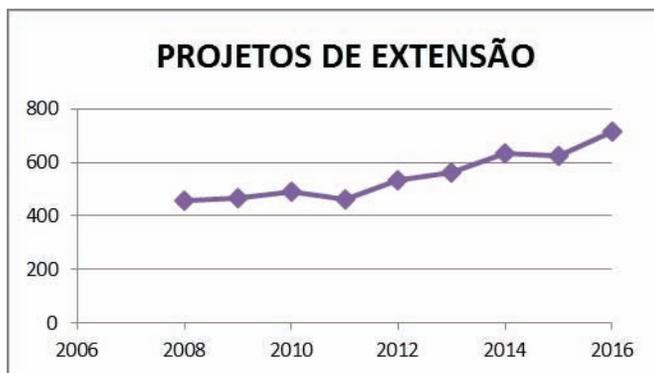
Além da ampliação do número de programas, o movimento de qualificação dos cursos deu resultado na avaliação trienal finalizada em 2013, conforme explicitam os dados a seguir. A curva é ascendente em todos os conceitos, destacando-se que o número de cursos de excelência 6 e 7 (na avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES) mais do que dobrou (de 3 para 7), sendo que passamos de nenhum curso nível 7 em 2007 para 3 cursos com nota máxima na última avaliação. O incremento de cursos com avaliação 5 foi de 50%, o que coloca a UERJ entre as grandes universidades do país. Destaca-se que os cursos 3 são em sua maioria novos, recém-criados e, por isso, ainda não avaliados em seu funcionamento.



Fonte: SR2

Extensão e cultura da UERJ

No que se refere às atividades extensionistas, a condição de instituição estadual confere à UERJ um forte compromisso com o desenvolvimento regional, que se materializa em uma intensa gama de atividades. Ao mesmo tempo, a extensão proporciona a troca de saberes e de experiências entre a comunidade acadêmica e o público externo, viabilizada, por exemplo, nas oficinas de criação artística oferecidas pela Coart (Coordenadoria de Artes e Oficinas de Criação), com uma média de seiscentos alunos, em especial de baixa renda, das comunidades do entorno do campus Maracanã. Atualmente estão em execução: 714 projetos, 253 cursos, 34 programas de extensão, envolvendo no seu total de atividades 3 milhões de pessoas, entre professores, funcionários técnico-administrativos, alunos e comunidade atendida. Destacamos que, ao longo do tempo, mais de 2.000 projetos cadastrados foram desenvolvidos.



Fonte: SR3



Fonte: SR3

No que tange às áreas geográficas de atuação extensionista dentro do estado, a UERJ está presente, em especial, nos municípios de Angra dos Reis, Armação dos Búzios, Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Cantagalo, Duque de Caxias, Itaperuna, Itatiaia, Japeri, Magé, Maricá, Nilópolis, Niterói, Nova Friburgo, Nova Iguaçu, Petrópolis, Queimados, Resende, Rio das Ostras, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti, Teresópolis, Varre-Sai, Mesquita e São Pedro da Aldeia. Os principais locais de atuação dos cursos de extensão são Casemiro de Abreu, Duque de Caxias, Niterói, Nova Friburgo, Paraty,

Resende, Rio de Janeiro, São Gonçalo, Teresópolis e Volta Redonda. Ou seja, atividades extensionistas da UERJ atingem 29 municípios do estado do Rio de Janeiro.

A universidade oferece também uma ampla e variada programação artística e cultural. Para isso, a UERJ conta com espaços privilegiados, como os teatros Odylo Costa Filho e Noel Rosa; as galerias Candido Portinari e Gustavo Schnoor, o Centro Cultural, a Concha Acústica e o Ecomuseu Ilha Grande. A média de público presente nos eventos promovidos nesses espaços é de 130 mil pessoas por ano. Os eventos e atividades culturais permanentes proporcionam à comunidade acadêmica e à população do Rio de Janeiro, nos mais diversos segmentos, acesso à cultura.

A área cultural, através de uma agenda regular de exposições individuais e coletivas, mostras de filmes, shows, recitais, concertos, peças teatrais, ensaios abertos, rodas de conversa, oficinas, visitas mediadas e espetáculos diversos, oferece à população de todo o estado do Rio de Janeiro uma programação de qualidade disponibilizada gratuitamente ou a preços populares, além de caracterizar-se como atividades de formação continuada, aprofundamento teórico-prático, profissionalização e geração de renda.

Dentro desse universo, merece destaque o Ecomuseu Ilha Grande, que possui os núcleos Museu do Cárcere, Museu do Meio Ambiente, Parque Botânico e Centro Multimídia em pleno funcionamento, com seis galerias com exposições permanentes e temporárias abertas ao público na Vila Dois Rios. O Ecomuseu desenvolve diferentes tipos de atividades e oficinas em toda a ilha, buscando a preservação da memória, da cultura e da biodiversidade, sendo também responsável pelas bibliotecas comunitárias de Vila Dois Rios e da Enseada de Palmas.

A Universidade Aberta da Terceira Idade (UnATI) é o único centro de ensino, pesquisa, extensão, estudos, debates e assistência voltado para questões inerentes ao envelhecimento da nossa população, estruturado em uma microuniversidade temática que vem con-

tribuindo para a transformação do pensar da sociedade brasileira sobre os seus idosos.

Atuamos também na execução acadêmica dos seguintes projetos da Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Social (da antiga Seasdh): Aluguel Social, Rio sem Homofobia, Casa de Direitos, Libras no município de Queimados, Políticas para Mulheres e Rio sem Miséria.

Em outra categoria de projetos, por sua excelência, podemos citar o Maqua (Laboratório de Mamíferos Aquáticos e Bioindicadores), que desenvolve, desde 1992, ações e pesquisas que visam ampliar o conhecimento acerca dos mamíferos marinhos (baleias e golfinhos), que ocorrem no estado do Rio de Janeiro, bem como a sua preservação.

As ações desenvolvidas em extensão e cultura são reflexo direto da capacidade de investimento do estado nessa área.

Atendimento à saúde

O Hospital Universitário Pedro Ernesto (Hupe) e Policlínica Piquet Carneiro (PPC)

No Hupe são 44 mil m² de área construída, onde funcionam 512 leitos e mais de sessenta especialidades e subespecialidades. Tecnologia sofisticada abrange a cirurgia cardíaca, transplante renal e de coração, além dos atendimentos ambulatoriais de referência em diversas áreas da saúde. Além desses serviços, o Hupe inovou ao criar a Enfermaria dos Adolescentes – hoje o Núcleo de Estudo da Saúde do Adolescente (Nesa) –, a Clínica de Dor e a Clínica de Hipertensão do Laboratório de Fisiopatologia Clínica e Experimental (Clinex), que atende hipertensos, obesos, diabéticos e dislipidêmicos, com enfoque interdisciplinar. Cabe a essa clínica o diagnóstico precoce dessas doenças e suas consequências cardiovasculares.

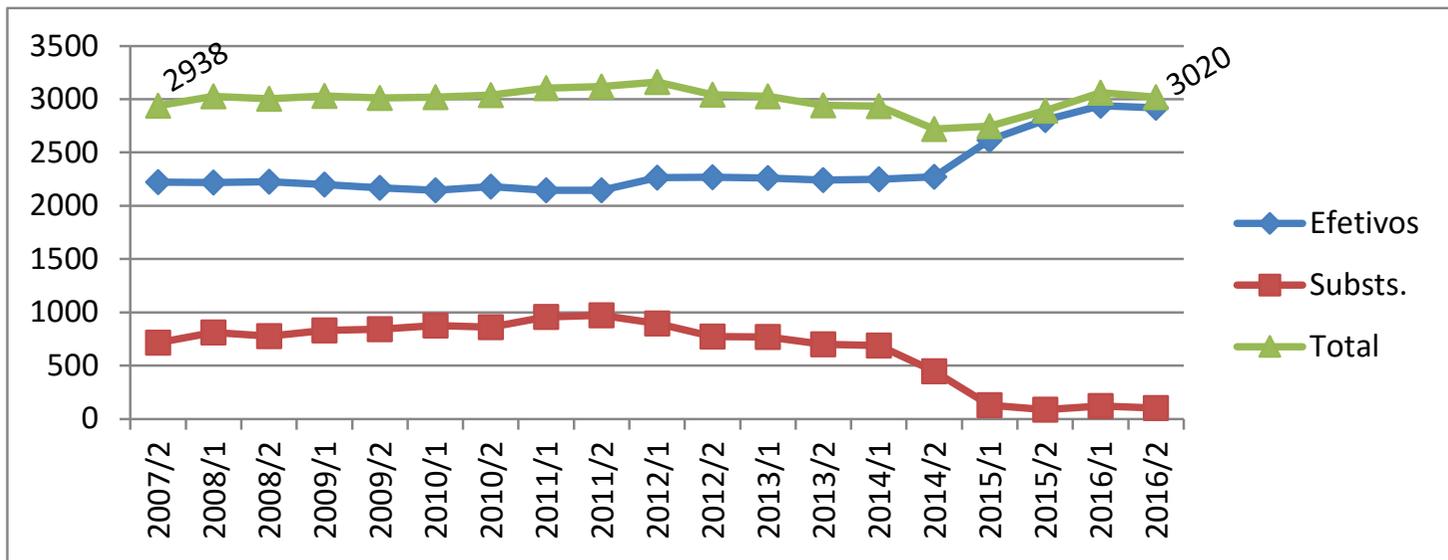
O Hospital Universitário Pedro Ernesto – por ser um centro de excelência na área de saúde, dispondo de um corpo clínico formado por profissionais com reconhecimento nacional e internacional –

mantém programas permanentes de atualização e modernização através de recursos captados com projetos desenvolvidos por seus profissionais. É composto de três departamentos: Direção Geral, Sistema de Informação e Telessaúde, e Infraestrutura e Hotelaria. Além delas, conta com a Divisão de Nutrição e vários setores de assistência como farmácia, fisioterapia e laboratórios. Fazem parte, também, do Hupe, o Hemocentro “Betinho”, o Centro de Imagem e a Policlínica Piquet Carneiro (PPC), única do gênero no RJ.

Na relação direta com a universidade, temos a Coordenadoria de Desenvolvimento Acadêmico (CDA), a quem compete orientar e implementar as atividades educacionais do hospital, harmonizando-as com as ações assistenciais, através do Núcleo de Apoio Psicopedagógico ao Residente (Nappre), que visa criar uma cultura de cuidado aos profissionais em formação, deflagrar a reflexão sobre a prática, identificar as necessidades para a melhoria dos processos de formação/de trabalho, valorizar a convivência com os diferentes atores da instituição e desenvolver ações de educação permanente. Para tal, o Nappre desenvolve atividades individuais e coletivas, como a Ambientação dos Residentes, que tem como objetivo receber os residentes que chegam à instituição de modo a inseri-los em uma estratégia de transformação das práticas de cuidado. Além do Nappre, o Hupe tem outros núcleos, como o Núcleo de Pesquisa em Processos Educativos na Saúde (Nuppess), que visa o desenvolvimento da pesquisa com foco na divulgação, orientação e sistematização de dados no âmbito da educação de profissionais de saúde e oferta de acervo bibliográfico nessa temática; o Núcleo de Avaliação e Ensino (Nave), que tem como objetivo reconhecer, discutir, analisar e refletir sobre o processo avaliativo dos programas de residência do/no Hupe mediante orientação pedagógica; e o Núcleo de Extensão (Next), com o programa You Hupe: Educação em Saúde, Imagem e Sensibilidade.

O Hupe possui 512 leitos de internação, sendo 47 leitos de terapia intensiva adulta, 6 de terapia intensiva infantil e 25 de terapia intensiva neonatal. São 21 salas de procedimentos cirúrgicos no Hupe e 6 na PPC, com capacidade para realizar anualmente 12 mil cirurgias, 1,2 milhão de exames, 42 mil tratamentos ambulatoriais em oncologia e 8 mil quimioterapias; e mais de mil internações e 25 mil a 35 mil consultas ambulatoriais por mês. Isso permite ao hospital oferecer consultas, exames, procedimentos e cirurgias como transplantes, diálise, oncologia, cardiovascular, neurocirurgia, reumatologia e hematologia, dentre outras – com destaque para realização de radioterapia, quimioterapia, cirurgias oncológicas, transplantes e cateterismo cardíaco, tratamentos que não podem ser interrompidos.

Tipo	Período																			
	2007/2	2008/1	2008/2	2009/1	2009/2	2010/1	2010/2	2011/1	2011/2	2012/1	2012/2	2013/1	2013/2	2014/1	2014/2	2015/1	2015/2	2016/1	2016/2	
Efetivos	2221	2217	2226	2198	2170	2145	2179	2145	2147	2266	2267	2260	2243	2247	2271	2617	2804	2940	2918	
Substs.	717	810	779	832	841	876	861	959	971	895	775	768	701	689	449	130	87	123	102	
Total	2938	3027	3005	3030	3011	3021	3040	3104	3118	3161	3042	3028	2944	2936	2720	2747	2891	3063	3020	



Evolução do número de professores

Comparado ao ano de 2007, a universidade teve um salto de qualificação extraordinário no quadro docente em relação à titulação – de 1.231 doutores no quadro efetivo em 2007 para 2.314 em 2016 –, principalmente com a diminuição do número de docentes substitutos (contratos temporários) e ampliação significativa do quadro docente efetivo. Cabe aqui destacar que grande parte dessa ampliação do quadro docente efetivo teve origem na sentença do processo judicial no 0153645-96.2007.8.19.0001 (2007.001.149833-2), que obrigava a UERJ a recompor seu quadro docente, diminuindo progressivamente o número de docentes substitutos, que chegou a representar mais de 30% do quadro docente da Universidade. Para tanto, 611 vagas foram autorizadas em 2014 para a realização de concursos públicos docentes. A fim de regular os termos da sentença judicial, foi celebrado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre a UERJ e o Ministério Público Estadual, passando a serem, os substitutos, contratados somente para as situações de vacâncias e licenças.

Isso fez com que, em 2016, o número de substitutos não passasse de 4% do quadro efetivo permanente. De todo modo, mesmo com todo o crescimento qualitativo que a universidade alcançou no período observado (2007 a 2016), o número total de docentes (substitutos + efetivos) hoje é praticamente o mesmo, conforme pode ser visto na tabela e no gráfico anteriores.

O dinamismo da universidade faz com que ela esteja em constante renovação e atualização para atender às demandas da sociedade. E assim é a UERJ, suas ações estão sempre voltadas para a ampliação e socialização do conhecimento em prol do desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro e do Brasil. Desta forma, uma política de estado que verdadeiramente objetiva a inovação e o desenvolvimento tecnológico e social da sociedade fluminense obrigatoriamente tem que investir em sua universidade pública.

Referências

Os textos e dados foram obtidos das Sub-Reitorias de Graduação, Pós-Graduação e Extensão, bem como do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp), do Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE) e da Vice-Reitoria.



SOBRE OS ORGANIZADORES

Iuri Pavan é graduando em Letras pela UERJ e estagiário da EDUERJ. Editor do Selo Editorial Lima Barreto, iniciativa discente do Instituto de Letras da universidade que tem por missão capacitar estudantes à edição de livros em seus variados aspectos.

Mauro Siqueira é coordenador de produção da EDUERJ, onde começou como estagiário em 2009, retornando à instituição em 2013 como servidor concursado. Especialista em Publishing Management: O Negócio do Livro pela FGV. Teve diversas passagens por outras editoras, como o grupo Ediouro e Editora Fiocruz, além de diversas consultorias no setor. É escritor e editor independente na Rubra Editora.

Phellipe Marcel é professor adjunto do Departamento de Estudos da Linguagem do Instituto de Letras da UERJ. Doutor em Estudos de Linguagem pela UFF, mestre em Letras (Língua Portuguesa) pela UERJ e graduado em Comunicação Social pela UFRJ, faz pesquisas em análise do discurso, epistemologia das ciências da linguagem e história do livro.

SOBRE OS AUTORES

Amaury Fernandes é professor associado da Escola de Comunicação da UFRJ. Pós-doutor em Comunicação pela Universidad Nacional de Quilmes, doutor em Ciências Sociais pela UERJ, mestre em Artes Visuais e graduado em Desenho Industrial pela UFRJ.

André Lázaro é professor associado da Faculdade de Comunicação Social da UERJ e membro do Comitê Gestor do Laboratório de Políticas Públicas da universidade. Doutor e mestre em Comunicação e graduado em Letras, com os três títulos pela UFRJ.

Anna Maria Linhares é professora do Programa de Formação de Professor (Parfor) da UEPA e da Secretaria de Educação do Estado do Pará. Doutora em História Social da Amazônia, mestra em Antropologia e graduada em Ciências Sociais pela UFPA.

Bruno Deusdará é professor adjunto do Instituto de Letras da UERJ e coordenador do Programa de Leitura da UERJ (LerUerj). Doutor em Psicologia Social, mestre em Letras e graduado em Letras, com os três títulos pela mesma instituição.

Carlos Eduardo de Rezende é professor titular da UENF e chefe do Laboratório de Ciências Ambientais da universidade. Membro da Comissão de Implantação da UENF. Doutor em Ciências Biológicas pela UFRJ, mestre em Geociências pela UFF, especialista em Oceanografia Química pela UFF e graduado em Biologia pela FAMATH.

Carlos Frederico Leão Rocha é professor associado do Instituto de Economia da UFRJ e vice-presidente da Associação de Docentes da universidade (ADUFRJ). Doutor e mestre em Economia da Indústria e da Tecnologia e bacharel em Ciências Econômicas, com os três títulos pela mesma instituição.

Charles Antonio Moreira é mestrando em Estudos da Linguagem, graduando em Letras e graduado em Filosofia, com os três títulos pela UERJ.

Dau Bastos é professor associado II da Faculdade de Letras da UFRJ. Autor dos romances *Das trips, coração* (1984), *Snif* (1987), *Clandestinos na América* (2005), *Reima* (2009) e *Mar Negro* (2014). Doutor em Literatura Comparada e mestre em Literatura Brasileira pela UERJ.

Deise Mancebo é professora titular do Instituto de Psicologia da UERJ. Doutora em Educação pela PUC-SP, mestre em Psicologia Clínica pela PUC-Rio e graduada em Psicologia pela UERJ.

Gaudêncio Frigotto é professor adjunto da Faculdade de Educação da UERJ. Doutor em Educação pela PUC-SP, mestre em Administração pela FGV, graduado em Pedagogia e bacharel em Filosofia pela UNIJUI (antiga FINEDE).

Guilherme de Alcântara é professor da Faculdade de Educação da UFRJ e da Prefeitura Municipal de Duque de Caxias. Doutor em Educação pela PUC-Rio, mestre em Planejamento Urbano e Regional e graduado em Geografia pela UFRJ.

Guilherme Abelha é professor adjunto do Instituto de Matemática e Estatística da UERJ. Doutor e mestre em Engenharia Elétrica pela PUC-Rio e graduado em Engenharia pela UERJ.

Gustavo Bernardo Krause é professor associado do Instituto de Letras da UERJ e diretor do Departamento de Seleção Acadêmica da universidade. Autor dos romances *Pedro Pedra* (1982), *Me nina* (1989), *Lúcia* (1999), *A alma do urso* (1999), *Desenho mudo* (2002), *O mágico de verdade* (2006), *Reviravolta* (2007), *A filha do escritor* (2008), *Monte Verità* (2009), *O gosto do apfelstrudel* (2010) e *Nanook* (2016). Doutor em Literatura Comparada e mestre em Literatura Brasileira pela UERJ e graduado em Letras pela PUC-Rio.

Ivo Tonet é professor do curso de Filosofia da UFAL. Doutor em Educação pela Unesp, mestre em Filosofia pela UFMG e graduado em Letras pela UFPR.

João Cezar de Castro Rocha é professor associado do Instituto de Letras da UERJ. Presidente (2016-2017) da Associação Brasileira de Literatura Comparada (ABRALIC). Doutor em Literatura Comparada pela Stanford University e em Letras pela UERJ, mestre em Letras e graduado em História pela UERJ.

Lauro Baldini é professor doutor do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP e coordenador dos cursos de Letras do instituto. Doutor e mestre em Linguística pela mesma instituição e graduado em Letras pela UNIFEG.

Lia Rocha é professora adjunta do Instituto de Ciências Sociais da UERJ e presidenta da Associação de Docentes da universidade (Asduerj). Doutora em Sociologia pelo IUPERJ, mestra em Sociologia e Antropologia e graduada em Ciências Sociais pela UFRJ.

Lisandro Lovisolo é professor associado da Faculdade de Engenharia da UERJ. Doutor e mestre em Engenharia Elétrica e graduado em Engenharia Eletrônica, com os três títulos pela UFRJ.

Márcio Couto Henrique é professor adjunto III da Faculdade de História da UFPA. Doutor e mestre em Antropologia, especialista em História Social da Amazônia e graduado em História, com os quatro títulos pela mesma instituição.

Maria Georgina Muniz Washington é professora adjunta da Faculdade de Engenharia da UERJ e vice-reitora da universidade. Doutora em Modelagem Computacional pela UERJ, mestra em Engenharia Oceânica pela UFRJ e graduada em Engenharia Civil pela UFF.

Maud Chirio é professora-pesquisadora de História Contemporânea da Université Paris-Est Marne-la-Vallée. Doutora e mestra em História pela Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne.

Mónica Zoppi Fontana é professora associada do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP e coordenadora da graduação em Linguística do instituto. Doutora em Linguística pela mesma instituição e bacharel e licenciada em Letras pela Universidad de Buenos Aires.

Muniz Sodré é professor titular da Escola de Comunicação da UFRJ. Ex-presidente da Fundação Biblioteca Nacional (2006-2010). Doutor em Letras pela UFRJ, mestre em Sociologia da Informação e Comunicação pela Université Paris-Sorbonne e graduado em Direito pela UFBA.

Noam Chomsky é professor emérito do Linguistics Program do Massachusetts Institute of Technology (MIT, EUA) desde 1955. Linguista e ativista político há décadas, dispensa muito mais apresentações. Já foi considerado o intelectual mais influente do mundo mais de uma vez.

Raquel Paiva é professora titular da Escola de Comunicação da UFRJ e coordenadora do Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária da universidade. Doutora e mestra em Comunicação pela mesma instituição e graduada em Jornalismo pela UFJF.

Rodrigo dos Reis é professor adjunto do Instituto de Química da UERJ. Doutor e mestre em Engenharia Química pela UFRJ e graduado em Engenharia Química pela UFMG.

Rosana da Paz Ferreira é professora adjunta da UEXO e diretora da Unidade Universitária de Computação da universidade. Doutora e mestra em Modelagem Computacional pela UERJ, graduada em Oceanografia pela mesma instituição e em Estatística pelo ENCE.

Ricardo Benevides é professor adjunto da Faculdade de Comunicação Social da UERJ e coordenador de graduação. Doutor e mestre em Letras e graduado em Comunicação Social, com os três títulos pela UERJ.

Ricardo Lísias é autor dos romances *Cobertor de estrelas* (1999), *Duas praças* (2005), *O livro dos mandarins* (2009), *O céu dos suicidas* (2012), *Divórcio* (2013) e *A vista particular* (2016). Vencedor dos prêmios Portugal Telecom de Literatura Brasileira e de Melhor Romancista da Associação Paulista de Críticos de Arte (APCA). Doutor em Literatura Brasileira pela USP, mestre em Teoria e História Literária e graduado em Letras pela UNICAMP.

Simone Ricco é professora da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Mestre em Literaturas Africanas de Língua Portuguesa pela UFF.

Tatiana Roque é professora associada do Instituto de Matemática da UFRJ e presidenta da Associação de Docentes da universidade (ADUFRJ). Doutora em Engenharia de Produção, mestra em Matemática Aplicada e graduada em Matemática, com os três títulos pela mesma instituição.

Tatiane Alves Baptista é professora adjunta da Faculdade de Serviço Social da UERJ e coordenadora de Estudos Estratégicos e Desenvolvimento. Doutora e mestra em Serviço Social pela UFRJ e graduada em Serviço Social pela UERJ.

Vera Salim é professora associada IV do Programa de Engenharia Química e vice-coordenadora do Programa de Engenharia da Nanotecnologia da COPPE/UFRJ e superintendente geral de Assuntos Estudantis da universidade. Doutora em Química Orgânica pela USP, mestra em Química pelo IME e graduada em Química pela UFRGS.

Copyright © 2017, Dos autores e organizadores.

Todos os direitos desta edição reservados à Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, ou de parte do mesmo, em quaisquer meios, sem autorização expressa da editora.

Os artigos e informações aqui publicados são de inteira responsabilidade de seus autores.

Copyright das fotografias © 2017 by Andrei Holanda 76, 248; Fernando Rey 68, 98; Glauco Bressan 25, 31; Izabelle Vieira 83, 220; José Alexandre CAPA, 48, 92, 144, 155, QUARTA CAPA; Leila Gibin 172; Mídia Ninja 165, 219; Núcleo de Memória, Informação e Documentação 9, 16, 40, 45, 59, 115, 121, 122, 185, 186, 192, 206, 226, 233; Sílvia Maria 107; Tatiana Castro 193.



EoUERJ

Editora da UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Rua São Francisco Xavier, 524 – Maracanã

CEP 20550-013 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil

Tel./Fax.: 55 (21) 2334-0720 / 2334-0721

www.EoUERJ.uerj.br

EoUERJ@uerj.br

Editor Executivo

Coordenadora Administrativa

Coordenadora Editorial

Assistente Editorial

Coordenador de Produção

Revisão

Glaucio Marafon

Elisete Cantuária

Sílvia Nóbrega

Thiago Braz

Mauro Siqueira

Danilo Lucas

Elmar Aquino

Érika Neuschwang

Iuri Pavan

Jefferson Evaristo

Patrícia Macedo

Júlio Nogueira

Mauro Siqueira

Capa

Projeto e Diagramação

Formato 16 x 23

Tipologia: Bookeryly (texto) Ostrich Sans e Magra (títulos)

Arquivo formato PDF

H678 Hoje acordei pra luta! : intelectuais pela universidade pública / Phellipe Marcel, Iuri Pavan, Mauro Siqueira [Orgs.]. – Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2017.

256 p. ; 16x23 cm.

Tradução dos textos "O conhecimento não é uma mercadoria" e "Enquanto as universidades caminham para um modelo de negócios corporativo, a precariedade é imposta pela força": Phellipe Marcel.

ISBN: 978-85-7511-446-9

1. Lutas sociais. 2. Universidades públicas.
3. Educação pública. I. Marcel, Phellipe. II. Pavan, Iuri.
III. Siqueira, Mauro. IV. Título.

CDU 378.4:316.42

Catálogo: Bel. Bruna Heller CRB-10/2348.

Índices para o catálogo sistemático (CDU):

1. Mudança/desenvolvimento social 316.42

2. Universidades 378.4



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Reitor

Ruy Garcia Marques

Vice-reitora

Maria Georgina Muniz Washington



EDITORA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Conselho Editorial

Bernardo Esteves

Erick Felinto

Glaucio Marafon (presidente)

Jane Russo

Maria Aparecida Ferreira de Andrade Salgueiro

Italo Moriconi (membro honorário)

Ivo Barbieri (membro honorário)

Lucia Bastos (membro honorário)

